



SEPLAN
SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO



ESTADO DE GOIÁS

CONJUNTURA ECONÔMICA GOIANA

Boletim Trimestral

8

Maio - 2006

GOVERNO DE GOIÁS
Alcides Rodrigues Filho

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
José Carlos Siqueira

CHEFIA DE GABINETE
Leônidas de Lima Neto

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA
Humberto Tannús Júnior

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTATÍSTICA, PESQUISA E INFORMAÇÃO
Lillian Maria Silva Prado

CONSELHO EDITORIAL
Lillian Maria Silva Prado
Marcelo Advocat
Paulo Borges Campos Jr.

COORDENAÇÃO
Marcos Fernando Arriel

EQUIPE TÉCNICA
Alex Salvino Dias
Dinamar Maria Ferreira Marques
Lillian Maria Silva Prado
Marcelo Cardoso da Silva
Marcos Fernando Arriel

REVISÃO
Macário de Paiva Neto

CAPA
Alex Salvino Dias

FOTOS
Cleomar Gonçalves do Nascimento
José Antônio Pereira Neto

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores.
As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da
Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento.

Conjuntura Econômica Goiana, n. 08 - (2004-).
Goiânia: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, 2006.
60p. : il

Trimestral

ISSN 1807-4871

CDU; 338



SEPLAN
SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO



Sepin
Superintendência de Estatística
Pesquisa e Informação

Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira nº 3 Centro
CEP 74.003-010 - Goiânia - Goiás
Tel: (62) 3201-7878
Internet: www.seplan.go.gov.br/sepin
e-mail: sepin@seplan.go.gov.br

Sumário

<i>Apresentação</i>	2
<i>Economia Goiana Primeiro Trimestre de 2006</i>	3
<i>Redução da Desigualdade: O Impacto dos Programas Sociais de Transferência de Renda no País e em Goiás.</i>	11
<i>Empregos e Número de Estabelecimentos Segundo o Porte em Goiás: Um Estudo a Partir dos Dados da RAIS</i>	19
<i>Dinâmica Populacional de Goiânia: O Crescimento das Regiões na Década de 1990.....</i>	24
<i>O Declínio da Fecundidade no Território Goiano</i>	27
<i>A Oleaginosa Dourada Invade as Terras Goyases</i>	35
<i>Transferência e Apropriação de Tecnologias Através da Unidade de Teste e Demonstração – UTD, no Cultivo do Algodão para a Agricultura Familiar no Sudoeste de Goiás, com Enfoque no Município de Rio Verde, Safra 2004/2005..</i>	41
<i>O Mercado Sucroalcooleiro Goiano Pós-desregulamentação na Década de 1990.....</i>	48
<i>Consórcios Públicos – O Poder de Diálogo das Prefeituras Junto aos Governos Estadual e Federal</i>	51
<i>Pesquisa de Intenção de Investimentos no Estado de Goiás</i>	57

Pintura Rupestre
Gruta das Araras
Serranópolis - GO
9.000 a.C.



Estudo dos Elementos
da Iconografia de Goiás
- Sebrae-GO

A apresentação

Com este 8º número da Conjuntura Econômica Goiana, estamos fechando o segundo ano de publicação do boletim trimestral e, portanto, é com uma renovada satisfação que o colocamos à disposição do nosso leitor. Continuamos perseguindo o caminho inicialmente traçado, que é o de promover o debate sobre aspectos econômicos e sociais do Estado de Goiás.

Este número apresenta além da análise da conjuntura econômica do 1º trimestre de 2006, a Pesquisa de Intenção de Investimentos no Estado de Goiás, realizada semestralmente pela Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação, da Seplan.

Os nove artigos que compõem a edição, fruto de valiosas contribuições de nossos parceiros nesse projeto, versam sobre variados assuntos de grande interesse para o enriquecimento do conhecimento sobre Goiás. Os economistas Elceni de Melo Borges e Flávio Henrique de Sarmiento Seixas mostram, com riqueza de números, a magnitude da *“Redução da Desigualdade: O Impacto dos Programas Sociais de Transferência de Renda no País e em Goiás”*.

O professor economista Rui Dias da Costa apresenta breve estudo com informações do Ministério do Trabalho, no artigo *“Empregos e Número de Estabelecimentos Segundo o Porte em Goiás: Um Estudo a partir dos Dados da RAIS”*. Juciano Martins Rodrigues, Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais enfoca a capital do estado, analisando seu crescimento populacional no artigo: *“Dinâmica Populacional de Goiânia: O Crescimento das Regiões na Década de 1990”*. Continuando no tema demografia, Mônica Cristina da Silva, Manoel Calaça e Eguimar Felício Chaveiro, docentes da UFG, apresentam interessante estudo sobre *“O Declínio da Fecundidade no Território Goiano”*.

Os três artigos em seguida discorrem sobre importantes produtos da agricultura goiana: Mestre e doutorando em economia, Murilo José de Souza Pires apresenta um histórico da cultura da soja em: *“A Oleaginosa Dourada Invade as Terras Goyases”*; um grupo de professores e alunos da Universidade de Rio Verde, em parceria com a Embrapa Algodão, desenvolveu projeto apresentado no artigo: *“Transferência e Apropriação de Tecnologias Através da Unidade de Teste e Demonstração no Cultivo do Algodão...”* e sobre as mudanças ocorridas na agroindústria canavieira em Goiás a economista Karine Cristiane Ferreira apresenta seu artigo: *“O Mercado Sucroalcooleiro Goiano Pós-desregulamentação na Década de 1990”*.

Finalmente, a arquiteta Maria Raquel M. A. Jardim de Amorim mostra o funcionamento e os possíveis resultados de consórcios formados entre entes públicos: *“Consórcios Públicos – O Poder de Diálogo das Prefeituras junto aos Governos Estadual e Federal”*.

Com a finalização de mais esta edição, expressamos mais uma vez nossos agradecimentos a cada um dos colaboradores e renovamos o convite para continuarem prestigiando o Boletim Conjuntura Econômica Goiana, no seu objetivo de difundir informações e análises e, assim, fomentar a discussão sobre temas de desenvolvimento econômico e social de Goiás.

José Carlos Siqueira

Secretário do Planejamento e Desenvolvimento



Economia Goiana

Primeiro Trimestre de 2006

Não se observou uma alteração no quadro conjuntural da economia mundial no primeiro trimestre de 2006, o que se alterou foram as expectativas em relação às possíveis mudanças no quadro global. Houve uma continuidade da elevação das taxas de juro norte-americanas, que se mantiveram em um patamar superior a 5%, além da manutenção da bolha especulativa no mercado imobiliário. O setor industrial e o consumo das famílias mantiveram-se em um ritmo acelerado com alta expansão da utilização da capacidade instalada. Tal situação coexistiu com um quadro de elevação dos preços do petróleo e com a elevação dos déficits gêmeos da economia americana (déficit fiscal e no comércio externo). Tal situação fez com que os Estados Unidos tenham atraído fortemente capital para financiamento deste déficit, o que é facilitado pelos elevados superávits dos países asiáticos e dos exportadores de petróleo. Com a manutenção do forte crescimento também das economias da China e da Índia, houve a manutenção dos preços elevados de diversas *commodities* como petróleo e minério de ferro, além de produtos industriais básicos como chapa de aço. Apesar de uma melhor perspectiva a economia europeia, ainda não apresenta sinais acentuados de crescimento, o mesmo ocorrendo com o Japão. O que se tornou nítido no início de 2006 é que alguns ajustes macroeconômicos deverão ocorrer, de forma a reduzir o déficit americano e flexibilizar o câmbio de países asiáticos, o que poderá influenciar na liquidez internacional. A questão mais relevante é justamente

* Dinamar Maria Ferreira Marques, Marcelo Cardoso da Silva, Marcelo Eurico de Sousa, Maria de Fátima Mendonça Faleiro Rocha e Marcos Fernando Arriel

Equipe de Conjuntura - Seplan*

saber a intensidade deste ajuste e seu impacto na economia brasileira.

Este cenário externo proporcionou ainda uma elevada liquidez no mercado externo e um forte crescimento no mercado internacional de *commodities* e bens duráveis. A alta liquidez proporcionou ainda uma entrada considerável de fluxos de capital em países emergentes apesar de algumas turbulências. Tal situação levou a uma forte apreciação do real frente ao dólar no primeiro trimestre. Com isto observou-se nitidamente uma queda na renda de exportadores de *commodities*, além de reclamações de setores que se vêem prejudicados por considerarem que estão perdendo competitividade, fato que acentuará nos segmentos industrializados caso não haja um forte aumento da produtividade (o que não vem ocorrendo) ou uma acomodação do câmbio mediante aumento das importações, diminuição das taxas de juro ou mesmo uma forte reversão nos fluxos de capitais externos em decorrência de alterações dos portfólios dos agentes externos. Porém, deve-se considerar que uma alteração brusca destes portfólios viria acompanhada de forte queda no comércio de diversos produtos com reflexos nos preços das *commodities* e redução do crescimento global

Mesmo com a valorização do real, o país continuou apresentando elevados superávits com crescimento das reservas. Nem mesmo o quadro político, agravado pela queda do ministro da Fazenda foi suficiente para modificar a situação, embora já haja uma preocupação com a ampliação dos gastos em ano eleitoral, com uma possível deterioração da situação fiscal. Tal fato tornaria mais difícil a redução da taxa básica de juros.

A economia goiana continuou apresentando bons resultados no comércio externo. Porém, no que tange ao crescimento industrial, apesar de



positivo o mesmo mostrou-se abaixo da média nacional no primeiro trimestre. O quadro que se mostra mais preocupante no estado é a situação do setor agrícola, principalmente dos produtores de soja, haja vista que a maioria dos municípios goianos possui economia agrícola e um mau desempenho do setor pode impactar fortemente nas economias locais, principalmente no comércio.

Indústria

O crescimento da produção industrial brasileira no primeiro trimestre de 2006, em relação ao mesmo trimestre de 2005, foi generalizado pelo País, conforme pesquisa industrial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O crescimento ocorreu em 12 das 14 regiões pesquisadas pelo Instituto. Em São Paulo, onde está a maior parte da indústria brasileira, o crescimento foi de 4,74%, acima da média nacional de 4,56%. As taxas positivas oscilaram entre 12,63% (Pará) e (1,23%) Santa Catarina. Apresentaram recuo os estados do Rio Grande do Sul (-1,65%) e Paraná (-5,54%). A forte presença dos segmentos de bens de consumo tanto duráveis como semi e não-duráveis e a sustentação das exportações explicam o bom desempenho dos locais que apresentaram os maiores ganhos entre esses períodos: Pará, Amazonas e Ceará.

A indústria goiana no primeiro trimestre de 2006 cresceu 1,37%, revertendo a queda observada no último trimestre do ano passado (-1,52%). Contribuíram para esse resultado três dos cinco ramos pesquisados, com destaque para o de produtos químicos que passou de (-17,06%) no quarto trimestre de 2005 para 3,94% no primeiro trimestre de 2006 para o de minerais não-metálicos que passou de (0,51%) para 17,30% no mesmo período.

O indicador acumulado no primeiro trimestre do ano, contra igual período do ano anterior, assinalou crescimento em todas as atividades da indústria de transformação. Os principais impactos positivos sobre a média global da indústria foram observados em alimentos e bebidas 2,08%, por conta do acréscimo na produção de refrigerantes e cervejas e chope; metalurgia básica 12,81%, em função do avanço na produção de ferroníquel; e minerais não-metálicos 17,30%, por conta dos itens cimento e ladrilho e placas de cerâmica. Por outro lado, a indústria extrativa, com decréscimo de 25,40%, foi a única atividade que produziu resultado negativo.

Nas comparações com indicadores mais abrangentes, observou-se expansão tanto no acumulado no ano (1,37%) como no acumulado nos últimos doze meses (2,69%).

Tabela 1
Indicadores da Produção Industrial - Resultados Regionais Indústria Geral
(Base: Igual período do ano anterior=100)

Brasil, Região Geográfica e Unidade da Federação	Variação (%)				
	2005				2006
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	1º Trim
Brasil	3,85	6,11	1,44	1,28	4,56
Nordeste	7,08	2,07	0,59	0,61	3,30
Amazonas	14,00	25,58	8,45	1,94	10,57
Pará	4,55	5,80	1,22	3,87	12,63
Ceará	5,21	6,91	-7,20	-7,93	10,32
Pernambuco	3,46	0,02	1,01	6,11	3,17
Bahia	3,51	1,16	7,56	4,19	6,57
Minas Gerais	6,95	8,55	5,17	4,87	6,45
Espírito Santo	4,69	1,66	-1,21	0,61	2,15
Rio de Janeiro	0,89	1,66	2,10	3,40	5,09
São Paulo	5,26	7,18	1,41	1,50	4,74
Paraná	5,04	11,87	-3,69	-5,64	-5,54
Santa Catarina	8,38	4,78	-7,39	-3,72	1,23
Rio Grande do Sul	-3,40	-2,92	-4,06	-3,86	-1,65
Goiás	3,76	9,75	1,73	-1,52	1,37

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa.



Tabela 2
Estado de Goiás: Pesquisa Industrial Mensal Produção Física

(Base: Igual período do ano anterior = 100)

Segmentos	Variação (%)				
	2005				2006
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	1º Trim
Indústria extrativa	2,79	18,52	-7,20	-34,72	-25,40
Indústria de transformação	3,87	8,98	2,58	1,69	4,18
Alimentos e bebidas	6,35	10,16	4,15	3,99	2,08
Produtos químicos	-12,27	-0,52	-11,79	-17,06	3,94
Minerais não-metálicos	-0,68	8,95	3,66	0,51	17,30
Metalurgia básica	13,20	10,54	16,02	19,30	12,81
Indústria geral	3,76	9,75	1,73	-1,52	1,37

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa.

Comércio Varejista

Os resultados do comércio varejista ampliado foram positivos no mês de março e no primeiro trimestre. No estado de Goiás, houve um crescimento de 7,94% no volume de vendas e de 10,01% na receita nominal, em relação a março do ano anterior, sendo que em quase todos os segmentos Goiás apresentou resultados superiores à média nacional. Um setor que chama a atenção é o de combustíveis e lubrificantes que apresentou uma forte redução no volume de vendas em março (-20,66%), porém com uma queda da receita nominal de -7,74%.

A menor queda na receita nominal é decorrente do fato de este segmento ser inelástico no curto prazo em relação à elasticidade preço da

demanda, o que implica que no curto prazo a queda na quantidade consumida não é proporcional ao aumento dos preços, fato que se mostrou intenso principalmente em relação ao álcool, que apresentou forte elevação.

Outro segmento que apresentou um resultado fraco foi o de tecidos, vestuários e calçados, sendo este muito relacionado à renda, apresentando um crescimento no volume de vendas de apenas 0,70%, com incremento de receita de 10,63% em março, período de lançamento da coleção outono-inverno, que em geral apresenta elevação dos preços, além de ser uma época em que já não ocorrem tantas liquidações e queima de estoque.

O segmento equipamentos de informática continua apresentando um crescimento elevado no volume de vendas em decorrência

Tabela 3
Estado de Goiás e Brasil: Variação de volume de vendas no comércio varejista ampliado – março e 1º trimestre de 2006

Segmentos	Variação (%)			
	Brasil		Goiás	
	Março	1º Trim	Março	1º Trim.
Combustíveis e Lubrificantes	-9,26	-8,23	-20,66	5,90
Hipermercados supermercados produtos alimentícios, bebidas e fumo	3,51	5,19	9,75	13,56
- Hipermercados e Supermercados	2,02	4,36	12,34	15,59
Tecidos, vestuários e calçados	0,84	4,93	0,70	-0,18
Móveis e eletrodomésticos	11,03	11,06	14,28	12,94
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos	4,00	5,67	23,90	30,31
Livros, jornais, revistas e papelaria	-0,06	-1,53	28,53	25,76
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	30,90	55,38	90,21	56,45
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	3,80	12,51	-20,36	4,30
Veículos, motores, partes e peças	6,18	2,48	12,29	6,53
Material de construção	4,67	0,09	7,61	5,49
Comércio varejista geral	4,06	3,95	7,94	8,50

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio.



da diminuição dos preços ocasionada pela valorização cambial, bem como pela oferta de crédito. O crescimento do volume de vendas do segmento no mês de março foi de 90,21% e o acumulado no trimestre chegou a 56,45%. O crediário disponibilizado pelas redes de varejo e o crédito consignado também têm sido responsáveis pelos bons

resultados nos segmentos móveis e eletrodomésticos e material de construção. O crescimento do volume de vendas do segmento supermercados e hipermercados (12,34% em março e 15,59% no trimestre) é decorrente do aumento do nível de ocupação da mão-de-obra e da melhoria do rendimento médio da população.

Tabela 4
Estado de Goiás e Brasil: Variação da receita nominal de vendas no comércio varejista ampliado – março e 1º trimestre de 2006

Segmentos	Variação (%)			
	Brasil		Goiás	
	Março	1º Trim.	Março	1º Trim.
Combustíveis e Lubrificantes	6,40	4,35	-7,74	4,24
Hipermercados supermercados produtos alimentícios, bebidas e fumo	6,40	4,35	9,32	13,36
- Hipermercados e Supermercados	2,60	4,92	11,94	15,43
Tecidos, vestuários e calçados	1,17	4,13	10,63	9,85
Móveis e eletrodomésticos	11,45	12,11	14,30	14,16
Artigos farmacêut., médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos	11,45	12,11	31,84	38,79
Livros, jornais, revistas e papelaria	6,25	4,29	32,33	29,90
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	13,16	35,72	60,73	35,84
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	10,08	19,05	-13,80	12,88
Veículos, motores, partes e peças	9,15	5,60	12,19	7,90
Material de construção	9,84	5,52	11,56	9,30
Comércio varejista geral	7,06	6,94	10,01	10,91

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio.

Agricultura

A produção goiana de grãos, segundo os dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA/IBGE, foi de 10.670 mil toneladas na estimativa de março de 2006, apresentando uma redução de 8,50% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando foram colhidas 11.662 mil toneladas. Vale ressaltar que a

colheita dos principais produtos ainda não encerrou, faltando colher o milho safrinha, feijão terceira safra e os produtos das lavouras irrigadas. Os principais produtos que apresentaram expansão no período em análise foram: cana-de-açúcar (15,45%), feijão (1,19%), milho (8,33%) e tomate (3,50%). Apresentaram queda: algodão herbáceo (-55,60%), arroz (-43,88%), soja (-8,86%) e sorgo (-7,66%).

Tabela 5
Estado de Goiás: Área colhida, produção e produtividade dos principais produtos - mar/05-mar/06

Produto	Área Colhida (ha)		Variação (%)	Produção (t)		Variação (%)	Produtividade (Kg/ha)		Variação (%)
	mar/05	mar/06		mar/05	mar/06		mar/05	mar/06	
Algodão herbáceo	149.114	59.676	-59,98	432.045	191.844	-55,60	2.897	3.214	10,94
Arroz	184.950	111.490	-39,72	374.627	210.223	-43,88	2.026	1.885	-6,96
Cana-de-açúcar	196.586	223.632	13,76	15.639.760	18.056.626	15,45	79.557	80.743	1,49
Feijão	118.242	129.137	9,21	280.461	283.786	1,19	2.372	2.198	-7,35
Milho	614.709	657.156	6,91	2.853.738	3.091.464	8,33	4.642	4.704	1,33
Soja	2.663.380	2.485.118	-6,69	6.983.860	6.364.908	-8,86	2.622	2.561	-2,33
Sorgo	275.065	204.939	-25,49	508.569	469.622	-7,66	1.849	2.291	23,90
Tomate	10.792	10.732	-0,56	776.430	803.579	3,50	71.945	74.877	4,08

Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático - LSPA



As estimativas em março de 2006 para a produção de cana-de-açúcar apresentaram um resultado positivo, com expansão de 15,45% na produção, comparado ao mesmo período do ano anterior. A área colhida expandiu 13,76% e a produtividade chegou a 80.743 kg/ha, com incremento de 1,49%, fato explicado pela expansão da cultura no estado, que vem ocupando áreas de outras culturas, a exemplo da soja e do algodão, e também pelo aumento das exportações de açúcar e pela crescente demanda de álcool combustível no mercado interno.

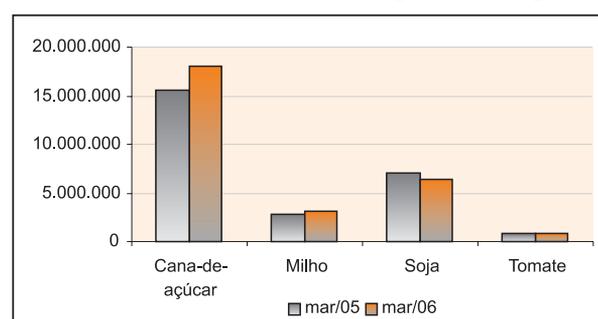
Apesar dos baixos preços praticados no mercado, a lavoura de milho, conforme o LSPA/IBGE, aumentou 8,33% na produção e 6,91% em área colhida. Este grão tem importância para avicultura e suinocultura goianas, segmentos que vêm apresentando expansão no estado. Vale dizer que ainda não foi colhida toda a safra de milho e a cultura apresenta desenvolvimento vegetativo normal, conforme relato do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuária do Estado de Goiás – GCEA/GO.

No caso da soja houve redução de 6,69% na área colhida e de 8,86% na produção. Foram colhidas 6.365 mil toneladas até o mês de março do corrente ano, ante 6.984 mil no mesmo período do ano anterior, com uma queda na produtividade de 2,33%, fato explicado pelo atraso na colheita, devido às chuvas constantes, impossibilitando o deslocamento de máquinas e equipamentos que fazem a colheita e a retirada do grão das propriedades. Outros fatores têm contribuído para queda na produção dessa leguminosa: os baixos preços recebidos pelos produtores, que provocam a descapitalização e a desvalorização cambial. A expectativa dos analistas é de que o decréscimo apresentado na produção poderá reduzir se melhorarem as condições climáticas e também porque ainda não foi concluída toda a safra.

O tomate apresentou incremento na produção de 3,50%, apesar de ter reduzido a área colhida em 0,56%, aumentando a produtividade em 4,08%, ou seja, 74.877 kg por hectare.

Gráfico 1

Estado de Goiás: Estimativa da produção agrícola



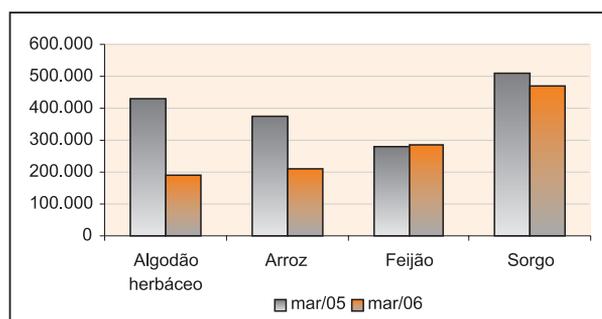
Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático - LSPA

No que se refere à produção de algodão herbáceo, foi observado no levantamento do LSPA recuo na produção de 55,60% e 59,98% na área colhida, o que já era esperado pelos analistas de mercado, devido aos baixos preços praticados na comercialização da safra do ano anterior, provocando desestímulo dos produtores. Até o mês de março, a cultura apresentou desenvolvimento vegetativo normal, com certa preocupação devida ao volume de chuvas nos últimos dias, podendo afetar a produtividade da cultura.

A pesquisa apontou uma queda acentuada também na produção de arroz de 43,88% e 39,72% na produção e área colhida até o mês de março de 2006. O feijão apesar de ter crescido em área 9,21%, expandiu apenas 1,19% na produção e o rendimento médio foi de 2.198 kg por hectare, ante 2.372 kg em março de 2005. A colheita do feijão 1ª safra já está encerrada, confirmando redução na produtividade em torno de 24% em relação ao ano anterior, mas apresentando recuperação no preço médio recebido pelo produtor. Há expectativa de aumentar um pouco a área de cultura do feijão para a 3ª safra, influenciado pelos bons preços praticado no feijão de 1ª safra, conforme confirmação do GCEA.

A cultura de sorgo sofreu retração de 7,66% na quantidade produzida, reduzindo a área colhida em 25,49%, melhorando a produtividade em 23,90%, ou seja, 2.291 kg por hectare. O sorgo concorre com a cultura de milho, ambos são insumos na composição de ração animal, fato que explica a redução na área colhida do grão.



Gráfico 2**Estado de Goiás: Estimativa da produção agrícola**

Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático - LSPA

Comércio Exterior

No primeiro trimestre de 2006, as exportações goianas somaram US\$ 405,204 milhões, recorde histórico para períodos de janeiro a março, e 77,61% acima do valor exportado no mesmo período de 2005. As importações no ano cresceram 24,16% em relação a igual período do ano anterior, totalizando US\$ 204,096 milhões. Como consequência, registrou-se um superávit de US\$ 201,108 milhões, superior em 215% ao resultado alcançado no período de janeiro a março de 2005, índices superiores também à média nacional.

As exportações do agronegócio nos três primeiros meses de 2006 totalizaram US\$ 351,813 milhões, o que representou crescimento de 98% em relação a igual período do ano anterior. O complexo soja retomou a liderança na lista das exportações goianas em março, atingindo US\$ 114,627 milhões. Nos três primeiros meses de 2006 este complexo exportou US\$ 156,133 milhões, representando crescimento de 90%, em relação igual período do ano anterior. O com-

plexo carne, que ocupou a liderança da pauta exportadora por dois meses seguidos, voltou para o 2º lugar no mês de março de 2006, mas mantém novo patamar de vendas para o exterior, com US\$ 59,644 milhões e de couro US\$ 8,559 milhões. Esse bom desempenho do setor deve-se ao reconhecimento, pelo mercado global, da qualidade do rebanho e da carne produzida no Estado e também pelas missões comerciais organizadas pelo governo.

Outros destaques das exportações goianas no 1º trimestre de 2006, pela ordem, foram: ferronióbio, ouro, amianto, algodão, leite, café, produtos hortícolas e açúcar.

No primeiro trimestre de 2006, os destinos das exportações goianas foram: Países Baixos (Holanda), China, Rússia, Alemanha, Estados Unidos, Itália. Os Países Baixos (Holanda) respondem por 17,2% das compras de produtos goianos, mas não significa que a Holanda seja o principal consumidor, é que os produtos chegam ao Porto de Rotterdam e de lá se espalham pela Europa.

As importações goianas nos três primeiros meses de 2006 foram de US\$ 204,096 milhões, 24% superiores em relação ao mesmo período do ano passado. Os principais itens adquiridos de outros países foram: produtos farmacêuticos, automóveis, tratores, adubos e fertilizantes.

Nas importações, os principais países de origem dos produtos comprados por Goiás foram: Japão (US\$ 44,369 milhões), Estados Unidos (US\$ 34,547 milhões), Tailândia (US\$ 15,365 milhões), Suíça (US\$ 15,063 milhões), China (US\$ 13,378 milhões), Coreia do Sul (US\$ 11,731 milhões), Índia (US\$ 8,202 milhões) e Rússia (US\$ 7,893 milhões).

Tabela 6**Estado de Goiás e Brasil: Balança Comercial - 2005/06.**

Ano	Goiás				Brasil			
	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de comércio	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de comércio
2005	228.138	164.378	63.760	392.516	24.451.131	16.146.618	8.304.513	40.597.749
Janeiro	74.646	60.129	14.517	134.775	7.444.140	5.257.381	2.186.759	12.701.521
Fevereiro	63.717	55.885	7.832	119.602	7.756.287	4.980.195	2.776.093	12.736.482
Março	89.775	48.364	41.411	138.139	9.250.704	5.909.042	3.341.661	15.159.746
2006	405.204	204.096	201.108	609.300	29.387.321	20.046.360	9.340.962	49.433.681
Janeiro	106.672	57.986	48.685	164.658	9.270.707	6.430.194	2.840.514	15.700.901
Fevereiro	85.217	66.803	18.414	152.020	8.750.217	5.929.671	2.820.545	14.679.888
Março	213.315	79.307	134.009	292.622	11.366.397	7.686.495	3.679.903	19.052.892
Var. (%) 06/05	77,61	24,16	215,41	55,23	20,19	24,15	12,48	21,76

Fonte: MDIC.

Elaboração: Seplan-GO / Sepin / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2006.



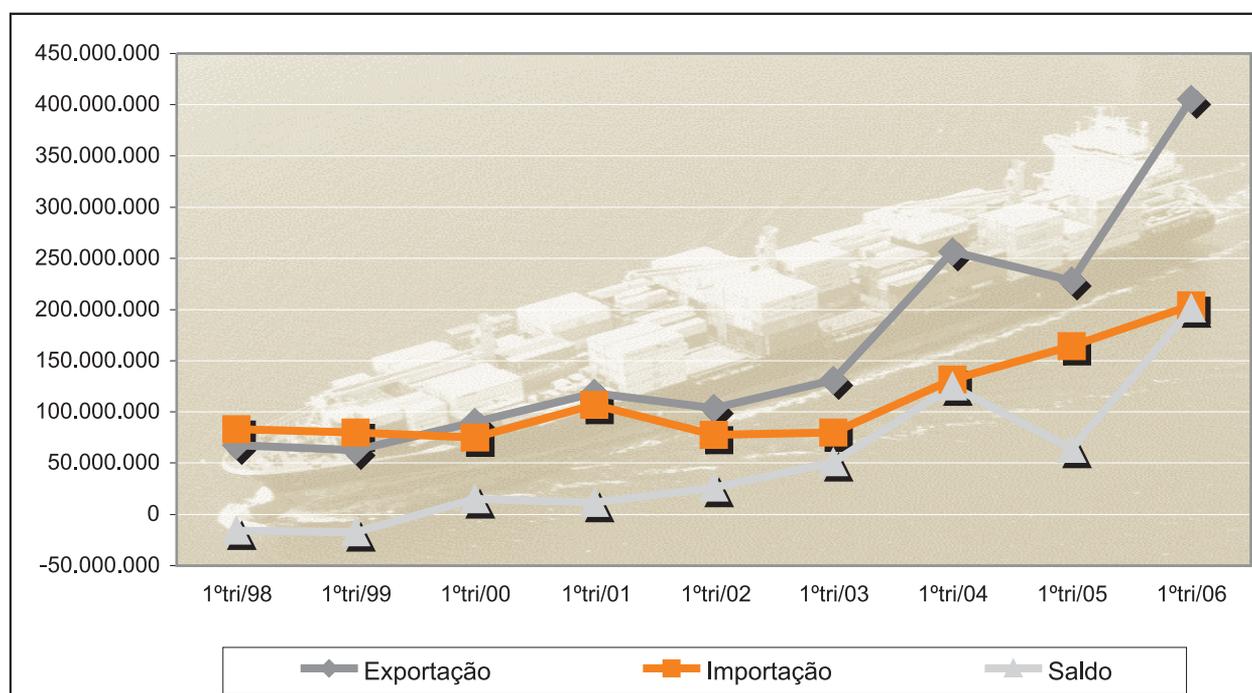
Tabela 7
Estado de Goiás: Principais produtos exportados - 2005 - 2006

Produto	2006 (jan-mar)			2005 (jan-mar)		
	US\$ F.O.B.	Part (%)	Kg Líquido	US\$ F.O.B.	Part (%)	Kg Líquido
Total	405.204.217	100,00	841.121.594	228.137.909	100,00	563.161.711
Complexo Soja	156.133.699	38,53	680.422.478	82.129.725	36,00	414.611.553
Complexo Carnes	150.245.792	37,08	74.533.670	68.475.362	30,01	47.256.297
Ferroligas	22.208.661	5,48	3.111.902	16.700.802	7,32	2.297.747
Couros	21.335.184	5,27	7.635.334	7.682.680	3,37	2.590.269
Ouro	12.475.453	3,08	700	6.669.630	2,92	481
Algodão	8.637.620	2,13	9.013.728	4.393.498	1,93	4.134.934
Açúcares	3.096.340	0,76	8.200.555	2.450.985	1,07	11.934.510
Leite	1.858.522	0,46	862.180	3.907.662	1,71	1.924.058
Demais produtos	29.212.946	7,21	57.341.047	35.727.565	15,66	78.411.862

Fonte: MDIC

Elaboração: Seplan-GO / Sepin / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2006.

Gráfico 3
Estado de Goiás: Exportação e importação 1º trimestre – 1998 – 06



Elaboração: Seplan-GO / Sepin / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2006.

Emprego Formal

Os dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) do Ministério do Trabalho e Emprego, para Goiás, apontaram que o nível de emprego formal manteve a trajetória de crescimento. No acumulado do primeiro trimestre de 2006, o emprego celetista elevou-se em 2,69% com relação a dezembro de 2005, resultado do incremento de 18.400 postos de trabalho. Nota-se um número de emprego gerado bastante supe-

rior ao registrado no mesmo período do ano anterior que foi de 12.416 empregos, o que representa um diferencial de quase 6 mil postos. Em termos absolutos, cabe ressaltar, que Goiás revelou o melhor desempenho da Região Centro-Oeste, no primeiro trimestre e nos últimos 12 meses.

No trimestre as atividades produtivas que mais contribuíram para o saldo positivo foram indústria de transformação (8.067), agropecuária (3.945), serviços (3.156) e construção civil (2.080).

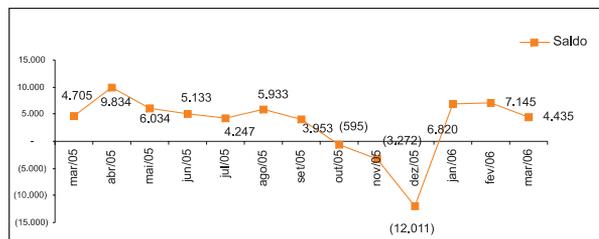


Tabela 8
Estado de Goiás: saldo – Admitidos
Desligados por setor de atividade – 2005/06

Setores	1º trim./2005	1º trim./2006
Extrativa mineral	224	93
Indústria de transformação	4.312	8.067
Serv. ind. de utilidade pública	39	100
Construção civil	97	2.080
Comércio	1.163	939
Serviços	3.158	3.156
Administração pública	-23	20
Agropecuária	3.446	3.945
Total	12.416	18.400

Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

Gráfico 4
Estado de Goiás: saldo – Admitidos
Desligados mensal – 2005/06



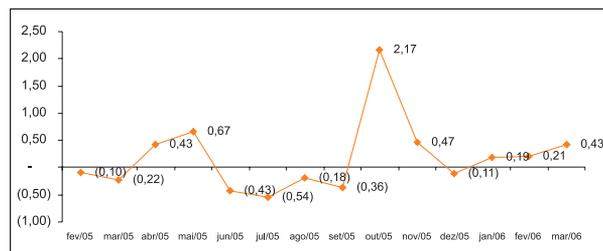
Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

Índice de Preços

O índice de preços ao consumidor calculado para a cidade de Goiânia registrou no primeiro trimestre de 2006 uma variação acumulada de 0,83%, resultado superior ao verificado no mesmo período de 2005, que foi de 0,16%. O resultado maior verificado no período de janeiro a março de 2006 evidenciou o caráter transitório de pressões sazonais, marcadamente sobre o preço de itens como combustíveis 18,03%, educação 13,68% e alimentos industrializados 7,81%.

No trimestre encerrado em março, a variação acumulada do IPC refletiu principalmente os aumentos nos preços do álcool combustível

Gráfico 5
Taxa de Variação do IPC – Goiânia (%)



Fonte: Seplan-GO/SePIN – Gerência de Índices de Preços -

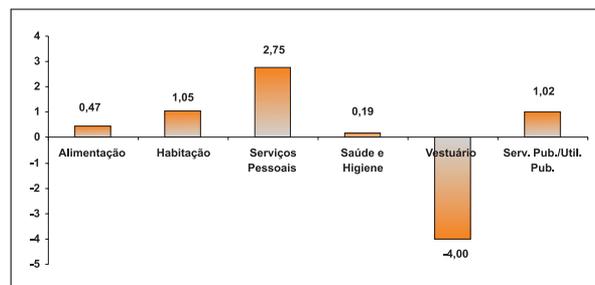
44,28% e do açúcar 38,61% em função do período de entressafra da cana-de-açúcar. No grupo alimentação outros produtos além do açúcar, também pressionaram positivamente o índice: o feijão cariquinho variou 43,15% e a laranja pêra 27,13%, ambos impactados por situações climáticas desfavoráveis.

O item educação variou 13,68%, somente no mês de fevereiro em função dos reajustes de matrícula e material escolar.

No grupo habitação os maiores reajustes foram verificados em produtos de som e imagem que variaram 1,83% e eletrodomésticos 0,82%. Os impactos foram registrados nos meses de fevereiro e março, respectivamente.

Em sentido inverso aos demais grupos, os produtos do vestuário registraram recuo nos preços nos primeiros meses do ano, acumulando variação negativa de (-4,00%) pressionados por liquidações ocorridas no mercado varejista.

Gráfico 6
Variação acumulada no trimestre/2006
por grupos do IPC – Goiânia (%)



Fonte: Seplan-GO/SePIN – Gerência de Índices de Preços -



Redução da Desigualdade: O Impacto dos Programas Sociais de Transferência de Renda no País e em Goiás¹.

Resumo: Este artigo apresenta uma síntese dos indicadores de pobreza e desigualdade de renda, a partir de dados oficiais da PNAD/IBGE e procura dimensionar a magnitude da redução da desigualdade no país e em Goiás, bem como elenca os principais fatores explicativos desse fenômeno, tendo como hipótese central o impacto dos programas de transferência direta de renda.

Palavras-chave: Pobreza, Transferência de Renda, Desigualdade, Segurança Alimentar.

1 - Introdução

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2004 anunciaram uma nova tendência na série histórica da pesquisa: redução na desigualdade de renda brasileira. Por muito tempo o Brasil ostentou o título de bi-campeão mundial em desigualdade social. Desde a década de 70 os indicadores de apropriação da renda eram os mesmos: os 10% mais ricos da sociedade brasileira detinham 50% da renda nacional do país, e inversamente os 50% mais pobres detinham, apenas, 10% dela. No ano de 1989 o indicador

Tabela 1
Parcela da renda apropriada pelos estratos

Ano	apropriação pelos 10% mais ricos	apropriação pelos 50% mais pobres
1976	51,04	11,58
1989	51,50	10,62
1995	47,85	12,35
1998	47,80	12,34
2001	47,44	12,58
2004	45,31	13,85

Fonte: PNADs de vários anos.

* Mestre em Economia Social e do Trabalho (UNICAMP), Gestora Pública da Rede de Proteção Social de Goiás (SGG). E-mail: redsocial@sgg.go.gov.br

** Economista, Pós-Graduado em Mercado de Capitais (EPGE/FGV) e em Gestão Pública (UEG). Gerente de Assuntos Institucionais da Rede de Proteção Social de Goiás (SGG). Professor da UNIP/GO. E-mail: fhseixas@sgg.go.gov.br

¹ Agradecimentos ao Gerente-Executivo da Rede de Proteção Social de Goiás, Sr. Nériton Ribeiro pelo apoio e incentivo ao aprofundamento das discussões nesta área.



Elcileni de Melo Borges*



Flávio Henrique de Sarmiento Seixas**

era praticamente igual ao de 1976, e a partir de 1995 houve uma longa trajetória de estabilização: os 10% mais ricos detinham cerca de 47% e os 50% mais pobres 12% da renda total. Em 2004 observa-se uma pequena movimentação positiva nessa medida: cai para 45,31% a parcela apropriada pelos 10% mais ricos e sobe para 13,85% a apropriação dos 50% mais pobres.

2 - Evolução temporal da desigualdade de renda: índice de gini; razão entre as rendas; apropriação da renda pelos estratos

A desigualdade da distribuição da renda pode ser vista através do índice de Gini, indicador consagrado e de uso difundido na literatura, que revela o grau de desigualdade de uma realidade específica: quanto mais próximo de um o indicador, mais desigual é a distribuição da renda, e ao contrário, quanto mais próximo de zero, maior é a igualdade numa certa distribuição.

A análise do comportamento desse indicador nos anos recentes mostra que a desigualdade brasileira vem caindo sistematicamente desde 1993: o índice de Gini dos Ocupados caiu de 0,600 para 0,547 no ano de 2004. Na mesma trajetória, o índice de Gini calculado para o Estado de Goiás vem apresentando redução: em 1992 este índice foi de 0,598 e em 2003 de 0,514 (14,05% de queda). Porém, em 2004, o índice piorou e registrou 0,534.

A razão entre os rendimentos médios dos estratos é outra importante medida de desigualdade de renda. A observação dessa relação para as informações do Brasil mostra que, tanto a razão 10/10 ou a razão 10/40, vem diminuindo em distância. Em 1999 a renda dos 10% mais ricos



correspondia a mais de 53 vezes a renda dos 10% mais pobres e a 22,13 vezes a renda dos 40% mais pobres; e em 2004 essa relação era 47,75 e 19,37 vezes, respectivamente.

Em Goiás o movimento de redução na distância entre as rendas médias dos estratos é seme-

lhante: em 1999 a razão 10/10 correspondia a 33,65 vezes e a razão 10/40 era 16,71; em 2004 a razão 10/10 havia diminuído para 30,01 e a razão 10/40 para 15,11 vezes. No entanto, de 2003 para 2004 ocorre um aumento na distância entre as rendas.

Tabela 2
Índice de Gini da distribuição do rendimento médio mensal

BRASIL	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento	0,575	0,603	0,592	0,590	0,588	0,584	0,576	0,572	0,573	0,566	0,559
das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com rendimento de trabalho	0,571	0,600	0,585	0,580	0,580	0,575	0,567	0,566	0,563	0,554	0,547
dos domicílios particulares, com rendimento domiciliar	0,549	0,571	0,567	0,568	0,570	0,567	0,560	0,558	0,553	0,545	0,535
GOIÁS *	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento	0,594	0,617	0,592	0,606	0,600	0,591	0,585	0,591	0,568	0,570	0,543
das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com rendimento de trabalho	0,598	0,594	0,581	0,581	0,577	0,573	0,549	0,552	0,547	0,514	0,534
dos domicílios particulares, com rendimento domiciliar	0,588	0,588	0,565	0,581	0,583	0,586	0,577	0,574	0,573	0,557	0,553

Fonte: PNADs de vários anos. Observe-se que não existem PNADs nos anos 1991, 1994 e 2000.

*Apenas o índice de Gini do rendimento dos Ocupados é específico do Estado de Goiás, os demais se referem à região Centro-Oeste,

Tabela 3
Razão entre as rendas médias dos estratos

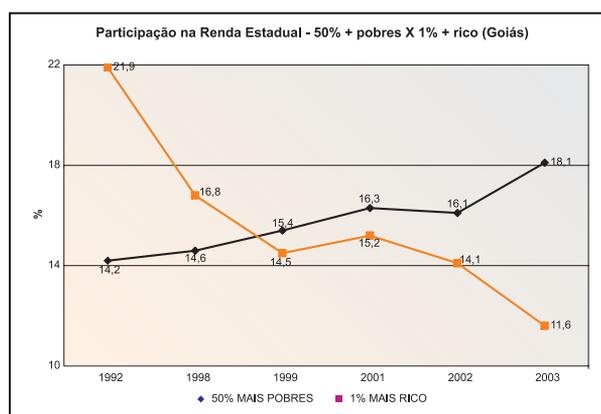
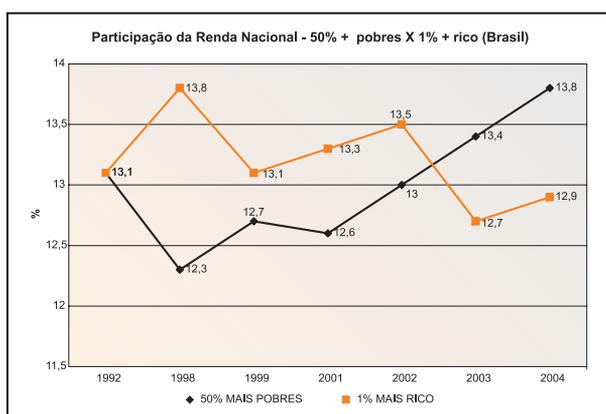
Ano	Brasil		Goiás	
	dos 10% mais pobres e a dos 10% mais ricos	dos 40% mais pobres e a dos 10% mais ricos	dos 10% mais pobres e a dos 10% mais ricos	dos 40% mais pobres e a dos 10% mais ricos
1999	53,48	22,13	33,65	16,71
2001	55,25	22,07	37,29	18,08
2002	53,26	21,54	33,27	16,11
2003	51,95	20,52	29,55	14,15
2004	47,75	19,37	30,01	15,11

Fonte: Síntese de Indicadores sociais/PNADs de vários anos.

Em termos da parcela da renda total apropriada pelos estratos no Brasil, em 1998, a participação do 1% mais rico na renda total era de 13,8% - parcela superior à participação da metade mais pobre da população, que era de 12,3%. No ano de 2003 essa relação se modifica: a parcela apropriada pelo 1% mais rico recua para 12,7% e a dos 50% mais pobres passa para 13,4%. Em 2004, esta tendência se manteve.

Em Goiás, onde a parcela abocanhada pelo 1% mais rico era significativamente maior no início dos anos 90, a mudança é mais acentuada: em 1992 os 50% mais pobres ficaram com 14,2% da renda contra 21,9% da parcela mais rica; em 2003 a relação era quase inversa, com a metade mais pobre detendo 18,1% da renda, e o 1% mais rico com 11,6%. Não foram divulgados os resultados de 2004 para Goiás.





2.1 - A redução da pobreza e da extrema pobreza nos anos recentes

Não existe no Brasil uma linha oficial de pobreza. Comumente, utiliza-se como parâmetro para o diagnóstico da situação social a renda familiar per capita com base no salário mínimo, tal como apurado pelo IBGE².

A PNAD apurou que o número de pessoas pobres

no Brasil, entre 2003 e 2004, caiu de 31% para 27,6%, ou de 54 milhões para 50 milhões de pessoas. E o número de extremamente pobres caiu de 12,7% para 9%, ou de 22 milhões para 16 milhões. Em Goiás, a redução foi de 27,1% para 23,2%, ou 1.440 milhão para 1.276 milhão de pessoas pobres, e de 8,2% para 3,5%, ou 436 mil para 193 mil os extremamente pobres.

Tabela 4
Número de pobres e extremamente pobres *

Ano	Brasil				Goiás			
	pobres (em %)	pobres (milhões)	pobreza extrema (em %)	pobreza extrema (milhões)	pobres (em %)	pobres (milhões)	pobreza extrema (em %)	pobreza extrema (mil)
2001	29,0	48,926	-	-	26,8	1,397	-	-
2002	30,1	51,485	11,7	20,012	26,0	1,356	7,0	365
2003	31,0	53,759	12,7	22,024	27,1	1,440	8,2	436
2004	27,6	50,089	9,0	16,333	23,2	1,276	3,5	193

Fonte: Síntese de Indicadores sociais/PNADs de vários anos.

* Pobres: Pessoas, com rendimento familiar até ½ salário mínimo.

* Extrema Pobreza: Pessoas, com rendimento familiar per capita até ¼ de salário mínimo;

Em termos de famílias, entre 2003 e 2004, o percentual de famílias pobres no Brasil reduziu de 24,6% para 23,6%. Entretanto, devido ao aumento populacional não houve redução em números absolutos (continuamos com cerca de 13 milhões de famílias pobres). O percentual de famílias em extrema pobreza reduziu de 9,1% para 8%,

ou de 4.831 para 4.468 milhões de famílias. Em Goiás, o percentual de famílias pobres caiu de 22,6% para 19,1%, e em totais de 378 mil para 342 mil famílias; o percentual de famílias extremamente pobres caiu de 6,1% para 4,2%, significando uma redução de 102 mil para 69 mil famílias nessa faixa de renda.

Tabela 5
Número de famílias pobres e extremamente pobres *

Ano	Brasil				Goiás			
	pobres (em %)	pobres (milhões)	pobreza extrema (em %)	pobreza extrema (milhões)	pobres (em %)	pobres (milhões)	pobreza extrema (em %)	pobreza extrema (mil)
2001	22,9	11,544	-	-	22,3	351,502	-	-
2002	23,9	12,323	8,4	4,331	21,6	352.191	5,4	88,048
2003	24,6	13,072	9,1	4,831	22,6	378.360	6,1	102,124
2004	23,6	13,201	8,0	4,468	19,1	341,548	4,2	69,484

Fonte: Síntese de Indicadores sociais/PNADs de vários anos.

* Pobres: Famílias com rendimento familiar até ½ salário mínimo.

* Extrema Pobreza: Famílias com rendimento familiar per capita até ¼ de salário mínimo;

² Existem no país pelo menos cinco linhas de pobreza e indigência, como a do IPEA, a da FGV (CPS), a do Banco Mundial (linha de referência para comparação de países, usado pela ONU para fixação das Metas do Milênio), e a do MDS - Ministério de Des. Social e Combate à Fome (que utiliza como parâmetro os dados da PNAD, porém expurga da renda os valores identificados como renda transferida por programas sociais).



3 - A anatomia da queda: fatores explicativos (Brasil e Goiás)

Entre os fatores explicativos da queda na desigualdade em curso, têm peso fundamental a estabilidade da inflação e a queda no preço dos alimentos, lembrando que em termos de crescimento da economia o país patinou em fraco desempenho (média de crescimento do PIB de 2,6%). Igualmente importante foi a recuperação do mercado de trabalho após o forte ajuste da primeira metade da década de 90, e, sobretudo, a recuperação do poder de compra do salário mínimo (entre

1995 e 2005 subiu em torno de 29,0% em termos reais). Especificamente ao ano de 2004, há que se considerar o efeito-crescimento do PIB (5,2%) e a geração de empregos formais naquele ano (1,5 milhão de postos segundo o CAGED, 6,6% a mais). Uma crítica contundente ao processo, é que o rendimento médio no país ficou estagnado na última década. Porém, vale observar que para as camadas mais ricas tem havido uma retração mais intensa do rendimento. O que explica em parte a redução da desigualdade: se a remuneração mínima sobe, e o rendimento médio cai, diminui a distância entre eles.

Tabela 6
Renda média e salário mínimo

Ano	Renda média (R\$)			Salário mínimo			
	Per Capita Média	Dos Ocupados	Dos 50% mais pobres	Em R\$	Reajuste Nominal %	INPC %	Aumento real %
1994	-	-	-	70,00 * set.	-	-	-
1995	336,08	879,00	117,00	100,00 maio	42,86	21,98	
1996	341,05	903,00	117,00	112,00 maio	12,0	9,12	
1997	342,09	893,00	117,00	120,00 maio	7,14	4,34	
1998	345,85	885,00	121,00	130,00 maio	8,33	2,49	
1999	326,34	823,00	117,00	136,00 maio	4,62	8,43	
2000	-	-	-	151,00 abril	11,03	5,27	
2001	325,04	813,00	118,00	180,00 abril	19,20	9,44	
2002	325,64	793,00	122,00	200,00 abril	11,11	14,74	
2003	286,30	733,00	117,00	240,00 abril	20,00	10,38	
2004	313,12	733,00	127,00	260,00 maio	8,33	6,13	
2005	-	-	-	300,00 maio	15,38	5,05	
Acumulado					223,55	151,08	28,86%

Fonte: PNADs de vários anos (observe-se que não existem PNADs em 1994 e 2000); e site do MT para salário mínimo nominal.
* Em março de 1994 o salário mínimo valeu URV 64,79.

Fator incisivo na redução da desigualdade é a maior presença do Estado na economia com maior transferência de renda à sociedade. O Brasil conta com vários programas de transferência de renda para os estratos mais pobres da população, sendo o mais antigo destes as aposentadorias rurais, e o Benefício da Prestação Continuada (transferência de renda para idosos e deficientes) introduzido com a LOAS, ambos indexados ao salário mínimo, gerando impacto distributivo potencial. Além destes, o crescimento dos programas sociais de transferência direta de renda, não indexados ao valor do salário mínimo (Bolsa-Família, Bolsa-Escola, PETI, Auxílio-Gás), tem resultado em algum aumento na renda das famílias mais pobres, impactando positivamente a distribuição de renda no país.

Em Goiás, entre os principais fatores explicativos para a redução na pobreza e desigualdade de renda está o efeito do desenvolvimento econômico do Estado revelado na performance dos seus indicadores: de 1998 a 2005, o PIB Goiano saltou de R\$ 17,5 bilhões para R\$ 45,9 bilhões, evoluindo do 11º para o 9º lugar no ranking de participação no PIB nacional, segundo estivas da Seplan-GO; o PIB per capita passou de R\$ 3.610,00 para R\$ 8.162,00; as exportações subiram de R\$ 380 milhões para R\$ 1,8 bilhões; a arrecadação saltou de R\$ 1,5 bilhão para R\$ 4,2 bilhões anuais. O setor de Agronegócio exibe um forte dinamismo: a produção de grãos passou de 6,7 milhões de toneladas para 11,3 milhões; a área irrigada (sistema pivô) passou de 66 mil hectares para 113 mil hectares; o rebanho bovino cresceu de 18 milhões de cabeças para 20,4 milhões; o re-



banho avícola cresceu de 19 milhões de cabeças para 38,6 milhões; a produção de leite passou de 1,9 bilhão de litros para 2,8 bilhões de litros (e já é a 2ª maior do país). Com relação ao mercado de trabalho, no período 1999/2005, Goiás registrou crescimento de 55,78% na criação de emprego formal com um total de 323.876 postos gerados, contra um crescimento de 33,19% no país. De 2000 a 2003, em termos percentuais, o crescimento do emprego foi maior em Goiás (35,43%, no período) contra 18,21% do Brasil, e somente em 2004 e 2005 o desempenho do mercado de trabalho nacional (6,30% e 3,86%) foi equivalente ao desempenho do Estado (5,53% e 3,63%), conforme dados da RAIS.

Relativamente aos programas de transferência de renda, Goiás implementou dois grandes programas: o Renda Cidadã e o Salário Escola. O programa Renda Cidadã investiu R\$ 470,9 milhões, significando um crescimento de 126% (no ano de 2000 o gasto do programa foi de R\$ 36,5 milhões, e em 2004 chegou à R\$ 105,9 milhões, e em 2005, voltou à R\$ 96,8 milhões). A clientela beneficiária, que em 2000 correspondia a 106 mil famílias, em 2004 chegou a 162 mil famílias, caindo para 131 mil em setembro de 2005 (após o recadastramento) e alcançou

145 mil famílias em maio de 2006. O programa Salário Escola, concebido como Programa de renda mínima, tendo como objetivo evitar a evasão escolar e o trabalho infantil no Estado, beneficia as famílias de baixa renda com filhos de 7 a 17 anos na escola - desde 1999 investiu um montante de recursos de R\$ 321 milhões, significando um gasto anual médio de R\$ 71 milhões nos últimos três anos, e atualmente beneficia cerca de 85 mil famílias em todo o Estado.

4 - Brasil e Goiás: domicílios atendidos nos programas de transferência de renda

Em 2004, 15,6% dos domicílios no país tinham pelo menos um morador recebendo dinheiro de programa social. Entre estes, 61,3% se beneficiavam em apenas um programa e 39,6% dos domicílios beneficiários recebiam dinheiro em mais de um programa. Em Goiás, 17,2% dos domicílios particulares recebiam dinheiro de programas sociais, sendo que 68,9% se beneficiavam em apenas um programa e 31,1% dos domicílios beneficiários recebiam dinheiro em mais de um programa³.

Tabela 7
Recebimento de dinheiro de programa social do governo

domicílios total	domicílios que recebiam dinheiro de programa social	só de um programa	mais de um programa	sem declaração
Brasil	8.059.643	4.939.601	3.193.650	26.392
51.902.121	15,6%	61,3%	39,6%	0,3%
Goiás	287.621	198.297	89.324	-
1.672.662	17,2%	68,9%	31,1%	-

Fonte: PNAD 2004/Suplemento Educação e Acesso a Transferências de Renda de Programas Sociais.

O perfil de renda dos domicílios beneficiados mostra que, no total do Brasil, 91,9% tinham rendimento domiciliar *per capita* de até 1 salário mínimo. Destes, 24,9% tinham renda de até ¼ de salário mínimo e 37,3% de mais de ¼ até ½ salário mínimo. Em Goiás, a presença de domicílios com rendimento domiciliar *per capita* de até 1 salário mínimo é de 81,9%, sendo bem menor a participação de domicílios com renda de até ¼ de salário mínimo, apenas 7,5%, e similar ao percentual na faixa de renda de mais de ¼ até ½ salário mínimo: 32,8%. Em 2006 o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) estimou, com base nos dados da PNAD 2004, em 263.482 o número de famílias pobres em

Goiás, algo em torno de 1,27 milhão de pessoas. Os dois principais programas de transferência de renda de Goiás, Renda Cidadã e Salário Escola, beneficiam em 2006 cerca de 233 mil famílias: 148.000 no Renda Cidadã e 85.000 no Salário Escola. Ou seja, o correspondente a 88,5% das famílias pobres. O Programa Bolsa Família, do governo Federal, atende a 188.740 mil famílias

³ Vale ressaltar que enquanto o governo estadual não permite cadastrar famílias beneficiárias de outros programas sociais de renda mínima, a gestão do programa Bolsa Família (Federal) não impede o acúmulo destes benefícios. Muitas famílias beneficiárias anteriormente do programa Renda Cidadã vêm se habilitando ao programa federal.



Tabela 8
Recebimento de dinheiro de
programa social do governo
percentual de domicílios, segundo as classes
de rendimento mensal domiciliar per capita

Classes de rendimento	Brasil	Goiás
Até ¼ salário mínimo	24,9	7,4%
Mais de ¼ até ½ salário mínimo	37,3	32,8%
Mais de ½ até 1 salário mínimo	28,7	41,7%
Total até 1 salário mínimo	90,9%	81,9%

Fonte: PNAD 2004/Suplemento Educação e Acesso a Transferências de Renda de Programas Sociais.

(março 2006). Desta forma, poder-se-ia dizer que os programas de transferência de renda em Goiás beneficiam quase o dobro do número de famílias pobres do Estado (cerca de 160%). Entretanto, como mostrado anteriormente, em muitos casos os benefícios são concedidos a um mesmo grupo familiar, ocorrendo duplicidade entre os programas estaduais e federais¹. Por outro lado, está claro que, quantitativamente, esta cobertura já poderia estar plenamente atendida, em caso de uma gestão compartilhada e integrada.

Tabela 9
Famílias goianas atendidas nos programas de transferência de renda: federal e estadual – 2005

Descrição	Total	%	Benefício médio
Famílias Pobres Goianas *	263.482	100,0	-
Beneficiárias do Bolsa Família	188.740	71,6	R\$ 53,19
Beneficiárias do Renda Cidadã	148.000	56,2	R\$ 60,00
Beneficiárias do Salário Escola	85.000	32,3	R\$ 120,00
Total de Benefícios Concedidos	421.740	160,1	-

* Fonte: MDS estimado com base na PNAD 2004.

5 - Efeitos na composição da renda total estadual: pesos das rendas do trabalho e de transferências governamentais

As informações apresentadas ao longo do texto confirmam a expansão dos programas sociais de transferência de renda à sociedade, analisam os impactos positivos que esses programas vêm exercendo na distribuição de renda no Brasil e em Goiás, que seguramente tem contribuído para a redução da desigualdade de renda e dos níveis de pobreza como mostram os indicadores. Entretanto, a informação trazida no Atlas do Desenvolvi-

mento Humano no Brasil (do PNUD) revela uma situação bastante preocupante: vem aumentando de forma marcante a dependência estatal dos programas de transferência de renda. Em várias cidades do Estado de Goiás (selecionamos as 10 de maior alteração) a composição da renda total que em 1991 era proveniente do trabalho em cerca de 86%, já em 2000 havia se reduzido para um índice médio de 47%. Em outro extremo, a renda proveniente de transferências governamentais aumentou significativamente: em 1991 estava em torno de 7%, já em 2000 havia evoluído para a casa dos 20%.

Tabela 10
Municípios com maior redução no peso da renda do trabalho e aumento na
renda proveniente de transferências governamentais – Goiás

Municípios	percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho		percentual da renda proveniente de transferências governamentais		percentual de pessoas com mais de 50% da renda provenientes de transferências governamentais	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
1 Monte Alegre de Goiás	85,41	40,37	7,43	20,58	5,03	19,06
2 Cavalcante	85,80	43,88	7,48	21,76	5,41	20,57
3 Buritinópolis	83,78	44,69	9,07	19,83	7,53	17,97
4 Sítio d'Abadia	85,89	44,70	8,84	17,98	7,41	15,79
5 Guarani de Goiás	89,27	46,85	6,87	16,78	4,70	15,39
6 São Domingos	85,18	47,30	8,35	19,27	5,57	16,86
7 Flores de Goiás	85,44	48,04	4,34	7,64	2,34	5,58
8 Montividiu do Norte	89,49	52,17	5,70	10,82	3,58	9,62
9 Teresina de Goiás	89,16	52,75	3,83	15,51	2,15	13,26
10 Damianópolis	86,69	53,11	8,16	24,40	7,30	22,31

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD).



6 - Tópicos conclusivos

Antes de apresentar nossas considerações finais, cabe mencionar as limitações que os dados da PNAD impõem: primeiramente é preciso considerar que a PNAD se refere à renda do trabalho (atualmente representa 36% do PIB), e não considera rendimento de capital, juros, lucro, renda da terra, aluguel de imóveis etc; no cômputo global representa apenas 60% da renda pessoal disponível na contabilidade nacional, evidenciando que embora os ricos tenham representação na Pesquisa, há subestimação e sub-declaração da renda; o índice de Gini da distribuição do rendimento (da PIA, dos Ocupados e dos Domicílios) apenas considera a população e/ou os domicílios com rendimento, deixando de fora os mais pobres dos pobres (aqueles que não são nem monetizados).

Os dados sintetizados ao longo do estudo permitem as seguintes constatações: a) Em qualquer que seja a medida do índice de Gini, observa-se, nos anos recentes, redução na desigualdade e estreitamento na distância da renda auferida e apropriada pelos estratos sociais; b) Em termos percentuais,

verifica-se redução na pobreza e extrema pobreza tanto no Brasil quanto em Goiás, sendo que a redução na extrema pobreza em Goiás foi mais acentuada; c) Entre os fatores explicativos do fenômeno destaca-se a estabilidade da economia, a recuperação do mercado de trabalho nos anos recentes, e

“verifica-se redução na pobreza e extrema pobreza tanto no Brasil quanto em Goiás, sendo que a redução na extrema pobreza em Goiás foi mais acentuada”

o aumento real do salário mínimo impactando o setor formal e informal do mercado de trabalho (em contraface à estagnação do rendimento médio do país); d) Incisivamente, o incremento dos programas de transferência de renda à sociedade, tanto os indexados ao salário mínimo (como as aposentadorias rurais, o Benefício da Prestação Continuada/LOAS etc) quanto os não indexados ao mínimo (como o Bolsa-Família, Bolsa-Escola, PETI, Auxílio-Gás) tem gerado impacto distributivo potencial; e) Em Goiás, além do impacto dos programas federais, os estratos mais pobres da população dispõem de boa cobertura com os programas estaduais.

Apesar desses resultados altamente positivos, os dados da composição da renda total do Estado suscitam uma preocupação: os números (período 1991/2000) mostram

que a parcela da renda proveniente do trabalho vem diminuindo acentuadamente enquanto a renda proveniente de transferências governamentais vem aumentando significativamente, o que indica que as possibilidades de ingresso no mercado de trabalho vêm se reduzindo de maneira drástica à população. Em muitos casos, as políticas compensatórias

têm deixado de ser um complemento de renda e se transformado na fonte principal do sustento familiar, e o crescimento da transferência de renda à sociedade deve agravar ainda mais esta situação.

Outro aspecto importante a salientar é a recente divulgação, pelo IBGE, do suplemento

Tabela 11

Domicílios e moradores, segundo a situação de segurança alimentar existente no domicílio – 2004

	Brasil				Goiás			
	Domicílios	%	Moradores	%	Domicílios	%	Moradores	%
Total	51.802.121	100,0	181.429.807	100,0	1.672.662	100,0	5.528.852	100,0
Com segurança alimentar	33.754.206	65,2	109.190.429	60,2	1.093.254	65,4	3.423.626	61,9
Com insegurança alimentar	18.024.439	34,8	72.163.886	39,8	576.306	34,5	2.093.157	37,9
Leve	8.308.975	15,0	32.645.194	18,0	300.397	18,0	1.121.581	20,3
Moderada	6.364.308	12,3	25.596.991	14,1	193.477	11,6	682.905	12,4
Grave	3.351.156	6,5	13.291.701	7,7	82.432	4,9	288.671	5,2

Fonte: PNAD 2004/Suplemento Segurança Alimentar.



da PNAD sobre Segurança Alimentar. Além dos dados de insuficiência de renda, alguns países vêm desenvolvendo, desde os anos 80, escalas de medidas diretas de insuficiência alimentar e fome, para identificação de populações que sofrem algum grau de limitação de acesso qualitativo e quantitativo aos alimentos. No Brasil, pela primeira vez o IBGE realizou o levantamento, com base na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA¹, classificando os domicílios em categorias de segurança alimentar (SA) e insegurança alimentar (IA Leve, Moderada e Grave).

A análise desses dados permite afirmar que existe uma dicotomia de resultados para o ano de 2004: Os números da PNAD, sustentados em **insuficiência de renda**, indicam que em Goiás havia **193 mil pessoas** extremamente pobres. A análise de Insegurança Alimentar indica que **288.671 pessoas** se enquadraram em **Insuficiência Alimentar Grave** no Estado – esta classificação considera o convívio com a fome devido à **falta de dinheiro** para a aquisição de alimentos.

Referências

- BANCO MUNDIAL. **The rise and fall of brazilian inequality, 1981-2004**. Disponível em www.worldbank.org. Acesso em 05/05/2006.
- Folha de São Paulo. **Brasil Desigual – Estudo do CEBRAP mostra maior dependência de programas sociais**, disponível em: www1.folha.uol.com.br/brasil/fc2512200502.htm
- FUNDAÇÃO IBGE. **PNAD (Síntese de Indicadores Sociais)**. Vários anos.
- _____. **PNAD 2004 (Suplemento Educação e Acesso a Transferências de Renda de Programas Sociais)**. 2006.
- HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro, IPEA, 2000.
- HOFMANN, R. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo. Ed. USP, 1998.
- PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. PNUD/IPEA/Fundação João Pinheiro. 2003.
- POCHMANN, M. **É Relativa a Diminuição da Desigualdade Divulgada em 2005**. LABJOR/UNICAMP, janeiro de 2006.
- SOARES, S.S.D. **Distribuição de Renda no Brasil de 1976 a 2004 com Ênfase no Período 2001 e 2004**. IPEA, texto para discussão n 1166, Brasília, IPEA/MPOG, fevereiro de 2006.



Empregos e Número de Estabelecimentos Segundo o Porte em Goiás: Um Estudo a Partir dos Dados da RAIS



Rui Dias da Costa*

Resumo: Este trabalho apresenta os resultados de análise do conjunto de dados relativos ao número de estabelecimentos e emprego de diversas atividades econômicas da economia goiana obtidos a partir da RAIS, anos 1990, 1994, 1998, 2002 a 2004.

Palavras-chave: emprego, estabelecimentos, firmas, atividade econômica.

1. - Introdução

O objetivo deste trabalho é o de analisar os dados sobre o número de estabelecimentos e empregos em Goiás obtidos a partir da fonte denominada Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho, período de 1990 a 2004. É importante ressaltar que a Rais registra o emprego formal no município onde o trabalhador executa sua atividade e dessa maneira só se obtêm dados sobre a mão-de-obra com carteira profissional assinada. Esses dados têm origem em um questionário anual, que é preenchido por todas as firmas registradas no país e mostra não apenas o número, mas também uma série de informações sobre os trabalhadores, como distribuição do

gênero, número de horas trabalhadas, escolaridade e remuneração média dos trabalhadores do país.

2. - Evolução do número de estabelecimentos e do emprego

2.1 - Aspectos gerais

Como mostra a tabela 1 no período compreendido entre 1990 e 2004, o emprego total na economia goiana cresceu de 410,9 mil para 872,8 mil pessoas, que corresponde a um acréscimo líquido de 461,8 mil postos de trabalho, ou seja, 112,4% a mais em relação a 1990, que é um resultado bem superior à média nacional. Trata-se de um comportamento diferente da economia brasileira que a partir de 1994 apresentou uma tendência decrescente, reflexo das mudanças na estrutura de funcionamento da economia a partir da introdução do Plano Real. Quanto ao número de estabelecimentos¹, o Estado de Goiás apresentou e manteve mais uma vez uma tendência crescente ao longo do período, 1990-2004, com um aumento de 272,4% em 2004, em relação ao ano base (1990).

Tabela 1
Evolução do número de estabelecimentos e do emprego: 1990 –2004 (1990=100)

Anos	Estabelecimentos	Empregados	1990=100	
			Estabelecimentos	Empregados
1990	21.943	410.991	100	100
1994	30.892	459.352	140,8	111,8
1998	51.647	580.480	235,4	141,2
2002	55.348	733.288	252,2	178,4
2003	76.542	819.071	348,8	199,3
2004	81.706	872.824	372,4	212,4

Fonte: Rais/ MTE

* Economista, mestrando em Economia - Unb, economista da FIEG e professor da Uni-Anhanguera. E-mail: rui@sistemafieg.org.br

¹ Os conceitos de firma e estabelecimento são usados sem distinção ao longo deste artigo. Assim, podem ocorrer distorções em alguns resultados, em virtude do aumento na cobertura das informações dadas pelos empresários à RAIS.

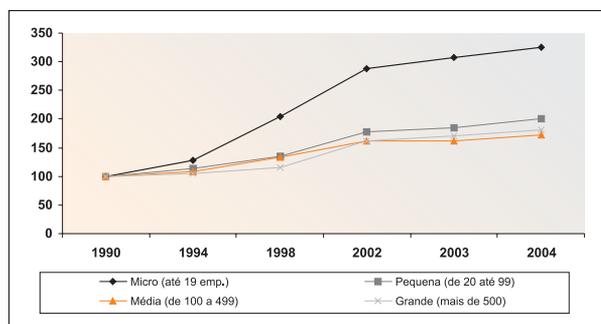
2.2. - Porte dos Estabelecimentos

No período analisado entre 1990 e 2004, a distribuição das firmas e dos trabalhadores no mercado de trabalho formal no Estado mudou bastante. O gráfico 1 apresenta o crescimento mais acentuado do emprego nas firmas de menor porte². Dessa



maneira, nas micro firmas, o crescimento do número de trabalhadores foi de 225,5%. Nas firmas de grande porte cresceu 80,6% no período.

Gráfico 1
Dinâmica do emprego por tamanho de estabelecimento: 1990-2004 (1990=100)



No gráfico 2, em 2004, poucas firmas empregam grande parte dos trabalhadores. Os estabelecimentos de médio e grande portes representam 1,2% do total de firmas e respondem pela contratação de 50% dos trabalhadores formais¹.

Já as micro firmas significam 93,6% dos estabelecimentos empregadores e 31,4% dos trabalhadores formais e é o segundo maior empregador. Ainda, para melhorar a análise, elas foram divididas em firmas com até quatro trabalhadores e aquelas de cinco até 19 trabalhadores. As firmas com até quatro trabalhadores, que eram 69,9% do total, empregavam 12% dos trabalhadores formais do estado de Goiás.

Segundo a publicação INFORME-SE 50 (2003), a dinâmica recente da economia brasileira tem induzido a uma maior participação dos estabelecimentos de menor porte na atividade econômica. E mais, existem diversas explicações possíveis para esse movimento, dentre as quais:

- a globalização econômica impôs a necessidade de as firmas se tornarem mais eficientes, através da especialização naquilo em que possuíam vantagem comparativa, o que levou as grandes firmas a terceirizarem atividades de apoio ao negócio principal;

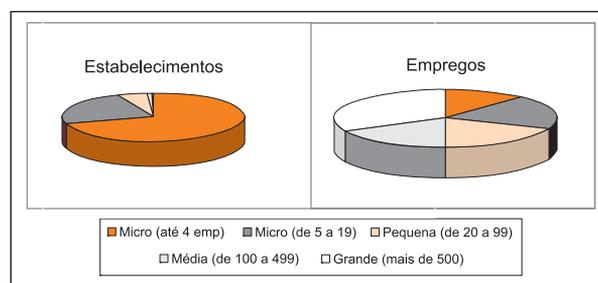
² Neste artigo excluíram-se os estabelecimentos sem pelo menos um empregado formal.

³ A comparação de um ano com outro, leva em conta que surgiram novas firmas, outras foram fechadas e outras mudaram de porte. Neste trabalho só o resultado deste processo é analisado.

- têm ocorrido movimentos de redução de porte das firmas associados ao aumento da produtividade dos trabalhadores;
- os micro, pequenos e médios estabelecimentos (MPMEs) têm demonstrado ser estruturas bastante flexíveis, capazes de responder melhor a um mundo que crescentemente valoriza a agilidade; e
- o Regime Simplificado de Tributação (Simples), instituído em dezembro de 1996, ao conceder tratamento tributário diferenciado para as MPMEs, incentivou o processo de formalização de micronegócios.

Desse modo, a economia goiana, quanto ao tamanho médio dos estabelecimentos, apresentou a seguinte situação, conforme a tabela 1: Em 1990, havia em média, 18,7 empregados por estabelecimento; em 1994 reduziu a média para 14,9; manteve a queda em 1998, com 11,2 empregados por firma; amplia para 13,2 empregados por firma em 2002 e uma tendência declinante no período 2003 a 2004 com a média de 10,6 empregados por firma. Uma explicação para essa diminuição em 2004 é em virtude de que o aumento percentual no número de trabalhadores de 112,47% foi menor do que o aumento percentual no número de estabelecimentos 272,4%.

Gráfico 2
Estabelecimentos e empregos formais por porte - 2004



2.3. - O comportamento por Setor

Por outro lado, nas tabelas 2, 3 e 4, em 2004, têm-se setores econômicos com grande participação no número de estabelecimentos, mas pouco representativo em termos de número de trabalhadores. Desse modo, o maior empregador é o setor de Serviços, que emprega 28,1% dos trabalhadores formais, e, no número de firmas representa 26,8%.



Tabela 2
Estabelecimentos e emprego segundo
setor de atividade (2004) em %

Setor	Estabelecimentos		Empregos	
	Quant.	%	Quant.	%
Extração de Minerais	220	0,2	4.622	0,5
Ind. Transformação	7.642	9,3	132.460	15,2
Construção Civil	2.083	3,2	31.351	3,6
Comércio	29.207	35,7	165.112	19,0
Serv. Ind. Util. Pública	319	0,3	8.547	0,9
Serviços	21.898	26,8	244.901	28,1
Adm. Pública	606	0,7	224.368	25,7
Agropecuária	19.731	24,1	61.463	7,0
Total	81.706	100,0	872.824	100,0

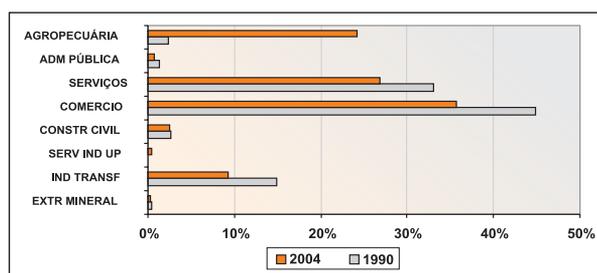
Fonte: Rais/ MTE.

O segundo maior empregador é a Administração Pública que representa 25,7% dos empregos e 0,7% dos estabelecimentos. O Comércio gera 19% dos empregos e 35,7% dos estabelecimentos. A Indústria de Transformação emprega 15,2% dos trabalhadores e 9,3% das firmas. A Agropecuária representa 7,0% dos empregos e 24,1% das firmas.

2.3.1 - Estabelecimentos

O gráfico 3 aponta a participação de cada setor no total de estabelecimentos em 1990 e 2004. Os setores Agropecuária e Serviços Industriais de Utilidade Pública tiveram aumento percentual,

Gráfico 3
Participação dos estabelecimentos por
setor de atividade (1990-2004)



ao passo que, nos demais setores houve redução.

O quadro 1 mostra a evolução do quantitativo de estabelecimentos por setor, desagregado por tamanho no período analisado. Os oito setores estudados mostram aumento no número de estabelecimentos. Em 2004, havia 81,7 mil estabelecimentos no mercado formal, 272,4% a mais que em 1990. Todos os setores tiveram aumento no número de firmas, com esse aumento sendo mais significativo nos setores da Agropecuária (3.672,7%), da Construção Civil (253,6%), dos Serviços (201,4%), do Comércio (196,4%) e da Indústria de Transformação (132,7%).

Quadro 1
Número de estabelecimentos por porte e setor de atividade (1990 – 2004)

Setor	1990								Total*
	Ext Mineral	Ind Transf	Serv Ind Ut Pub	Const Civil	Comercio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	
Micro (até 4 empr.)	41	1.848	9	269	6.606	3.899	53	312	13.037
Micro (de 5 a 19)	28	1.020	8	159	2.689	2.292	33	150	6.379
Pequena (de 20 a 99)	25	339	9	115	513	875	73	47	1.996
Média (de 100 a 499)	4	66	0	36	44	175	111	13	449
Grande (mais de 500)	1	11	2	10	0	24	33	1	82
Total	99	3.284	28	589	9.852	7.265	303	523	21.943
Setor	2004								Total*
	Ext Mineral	Ind Transf	Serv Ind Ut Pub	Const Civil	Comercio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	
Micro (até 4 empr.)	98	3.750	228	1.069	20.388	14.076	133	17.379	57.121
Micro (de 5 a 19)	76	2.798	60	654	7.536	6.089	94	2.081	19.388
Pequena (de 20 a 99)	41	910	23	313	1.176	1.474	78	236	4.251
Média (de 100 a 499)	3	154	5	44	105	205	225	33	774
Grande (mais de 500)	2	30	3	3	2	54	76	2	172
Total	220	7.642	319	2.083	29.207	21.898	606	19.731	81.706

FONTE: RAIS1990 e RAIS 2004

*Outros e Ignorados: 8,3% em 1990 e 0% em 2004.



O quadro 1 mostra crescimento no número de micro firmas. Os setores não têm um padrão único de distribuição de firmas por tamanho. Em seis setores, Indústria da Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária, as micro unidades respondem por mais de 80% das firmas. Na Administração Pública existe uma participação maior das firmas de médio e grande portes. As firmas de pequeno porte têm uma participação maior na Indústria Extrativa Mineral.

2.3.2 - Empregos

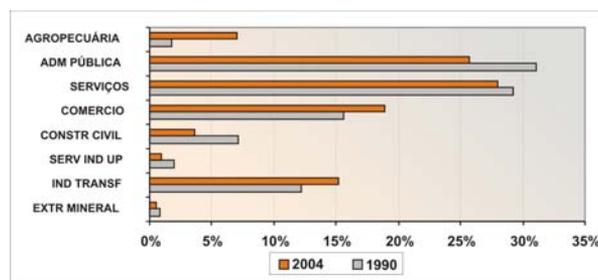
O gráfico 4 indica a participação de cada setor no total de empregos em 1990 e 2004. Três setores tiveram aumento percentual, Agropecuária, Comércio e a Indústria da Transformação. Nos demais houve queda na participação.

Quanto ao número de empregos no período, conforme o quadro 2 todos os setores analisados tiveram aumento, o que revela uma tendência diferente da que ocorreu com a economia brasileira no tocante ao emprego gerado na década de 90, período marcado pela maior competição decorrente da abertura da economia, modernização tanto organizacional quanto tecnológica das empresas. Todos os se-

tores foram responsáveis pela geração de 461,8 mil novos empregos, cerca de 112,4% da base existente em 1990.

O setor Agropecuário destacou-se como o mais dinâmico de Goiás, resultando, em 2004, numa expansão do emprego de 712% em relação a 1990, embora contribua com 11,7% para a geração total de empregos.

Gráfico 4
Participação dos empregos por setor de atividade (1990-2004)



O segundo setor mais dinâmico foi a Indústria da Transformação com um crescimento de 163% no período, e uma contribuição de 17,8% na geração total de empregos. O terceiro é o Comércio, que cresceu 158,2% no período e que em relação à geração total de empregos participou com 21,9%. O setor de Serviços é o quarto na geração de empregos no período, com 103,7%, e uma contribuição na geração total de empregos de 27%.

Quadro 2
Número de empregos por porte e setor de atividade

Setor	1990								
	Ext Mineral	Ind Transf	Serv Ind Ut Pub	Const Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agrope cuária	Total*
Micro (até 4 empr.)	96	3771	17	547	12.499	7.863	111	601	25.505
Micro (de 5 a 19)	296	9217	78	1.568	24.247	21.643	299	1.411	58.759
Pequena (de 20 a 99)	1.075	13.241	515	5.377	19.545	34.462	4.469	1.932	80.616
Média (de 100 a 499)	919	13.162	0	6.820	7.661	35.137	23.183	2.872	89.754
Grande (mais de 500)	1.113	10.968	7.759	14.811	0	21.122	99.831	753	156.357
Total	3.499	50.359	8.369	29.123	63.952	120.227	127.893	7.569	410.991
Setor	2004								
	Ext Mineral	Ind Transf	Serv Ind Ut Pub	Const Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agrope cuária	Total*
Micro (até 4 empr.)	209	7.923	469	2.246	40.066	26.231	305	27.314	104.763
Micro (de 5 a 19)	702	26.442	549	6.270	64.502	53.503	772	16.795	169.535
Pequena (de 20 a 99)	1.364	35.025	1.024	13.370	41.306	56.852	4.459	8.616	162.016
Média (de 100 a 499)	956	28.630	755	6.770	17.962	42.401	49.919	6.782	154.175
Grande (mais de 500)	1.391	34.440	5.750	2.695	1.276	65.914	168.913	1.956	282.335
Total	4.622	132.460	8.547	31.351	165.112	244.901	224.368	61.463	872.824

Fonte: RAIS 1990 e RAIS 2004

*Outros e Ignorados: 5,5% em 1990 e 0% em 2004.



Uma análise segundo o porte das firmas mostra que, nos Serviços Industriais de Utilidade Pública, apenas 11,9% dos empregos formais estão em micro unidades. Na Administração Pública é de 0,5%. Já na atividade de Serviços são 63,3%. A maior participação do emprego formal é nas micro firmas, com 71,8%.

No plano interno, os esforços implementados pelo Estado, através de políticas públicas atrativas, possibilitaram um fluxo de investimento que trouxeram importantes mudanças no desenho do emprego.

3. – Conclusão

Em 2004 havia 81,7 mil firmas empregadoras em Goiás, 272,3% a mais que em 1990. O Número de empregados no mercado formal também cresceu nesses 15 anos, mas não na mesma velocidade das firmas. Em 2004 eles eram 872,8 mil, 112,4% a mais que em 1990. O tamanho médio dos estabelecimentos, no período, caiu de 18,7 empregados por estabelecimentos, em 1990, para 10,6 empregados por firma, em 2004.

Os estabelecimentos de médio e grande portes eram responsáveis, em 2004, por 50% dos

empregos e 1,2% do total de firmas. As micro firmas representavam 93,6% dos estabelecimentos e 31,4% dos empregos formais.

Os setores econômicos de Serviços, Comércio, Indústria da Transformação e a Agropecuária foram os que obtiveram o maior aumento no nível de emprego. Assim, esses três primeiros setores, no período de 1990 a 2004, tiveram um saldo de mais de 307,9 mil novos empregos. Passaram a representar 62,1% dos empregos formais e 71,9% dos estabelecimentos formais do estado. Nos três setores, a maior parte das firmas tem até 19 empregados. Na outra ponta está a Administração Pública que concentra seus trabalhadores em firmas de grande porte. Em 2004, era o segundo maior empregador com 25,7% dos empregos e 0,7% do total de firmas do mercado formal.

Referências

Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. 1990, 1994, 1998 e 2002 a 2004. Ministério do Trabalho e do Emprego - MTE

Bndes. Informe-se. *Firmas e Empregos – Demografia das Firmas Brasileiras*. Janeiro de 2003, número 50.



Dinâmica Populacional de Goiânia: O Crescimento das Regiões na Década de 1990

Resumo: Desde a construção da cidade, na década de 30, a população de Goiânia cresceu significativamente, superando inclusive as previsões de crescimento já nas primeiras décadas. Assim, Goiânia desde os primeiros anos constituiu um espaço com grande potencial de imigrantes, o que propiciou à cidade um crescimento rápido. Idealizada e planejada para 50.000 habitantes, três anos após a transferência da sede do governo estadual, que se deu em 1937, a nova capital já contava com 48.166 habitantes e em 1950 rompia-se a barreira da população estimada com 53.389. Na década de 1990, Goiânia consolida-se como o núcleo de uma metrópole, uma metrópole regional, que alcançou uma população de mais de 1,5 milhões de habitantes no ano 2000. Portanto, como um espaço urbano-metropolitano, apresenta problemas típicos de metrópole; tais como: pobreza, desigualdade, violência, caos no trânsito, etc. Todavia, apresenta também características singulares de uma metrópole constituída em um espaço periférico. O objetivo deste trabalho é analisar o crescimento populacional das 12 regiões administrativas da cidade, identificando os vetores de crescimento populacional das cidades.

Palavras-chave: crescimento urbano, regiões administrativas, dinâmica intraurbana.

Introdução

A população de Goiânia cresceu de maneira rápida desde a sua construção na década de 1930, superando as expectativas daqueles que comandaram sua construção. Desde já a cidade constituía um espaço pujante no que diz respeito à atração de imigrantes, o que propiciou à cidade esse crescimento acelerado, difundindo elementos que inclusive viriam criar possibilidades para a transformação da estrutura socioeconômica do centro-sul do Estado. Porém, nas últimas décadas, com o processo de metropolização, Goiânia, como núcleo da metrópole, vê cair o volume e o ritmo de crescimento populacional em favor do crescimento dos municípios do seu entorno imediato. Neste contexto, apesar de verificarmos taxas de crescimento significativamente menores, continuamos observando um processo de ocupação

* Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela ENCE/IBGE. Pesquisador do Observatório das Metrôpoles – IPPUR/UFRJ. e-mail: jucianorodrigues@ibge.gov.br



Juciano Martins Rodrigues*

residencial das áreas periféricas em detrimento das regiões mais centrais. Portanto, a ocupação das franjas da mancha urbana pode estar associada diretamente a um processo de rarefação da ocupação residencial das áreas centrais. Constituem os principais objetivos deste trabalho, apresentar elementos gerais da dinâmica populacional intraurbana de Goiânia na década de 1990, focando o crescimento das 12 regiões administrativas da cidade, com o objetivo específico de identificar os principais vetores de crescimento da cidade.

Elementos gerais do crescimento da cidade

Ao final do século a Região Centro-Oeste já aparecia entre as mais urbanizadas do país, sendo que duas de suas aglomerações urbanas já ultrapassavam 1,5 milhão de habitantes¹. Em Goiânia, apesar do status de cidade planejada, nas décadas de 1980 e 1990 o crescimento do tecido urbano se deu de maneira rápida e irregular.

Esse crescimento implicou em uma malha urbana descontínua, na poluição dos recursos hídricos, na ocupação desordenada de fundos de vale em áreas de alto valor ecológico, na falta de infra-estrutura básica e o aumento das invasões e ocupações irregulares.

Com taxa de crescimento populacional elevado, onde a periferia cresce mais que o núcleo, e com uma presença marcante do capitalismo mercantil fundiário, Goiânia consolida-se como uma Metrópole. Uma Metrópole Regional² que procura definir seu papel no espaço geoeconômico nacional a partir de uma extensa área de influência.

Porém, a formação de um espaço metropolitano apresenta problemas inerentes às grandes

¹ Região de Desenvolvimento Integrado de Brasília, com 2.952.276 de habitantes e Aglomeração Metropolitana de Goiânia, com 1.639.516 habitantes, segundo o Censo 2000.

² Para melhor entender a classificação da cidade consultar a Região de Influência das Cidades (IBGE, 1993) e Caracterização da Rede Urbana no Brasil (IPEA/UNICAMP/IBGE, 1999).



concentrações humanas, tais como: um processo marcante de segregação social, um custo urbano cada vez mais alto, ou seja, um custo mais elevado de expansão principalmente de infra-estrutura, impactos de ordem fiscal-financeira e a degradação do meio-ambiente. Nesse sentido, o entendimento do crescimento de suas regiões constitui um importante elemento para o planejamento municipal, no que tange a alguns aspectos, como o transporte coletivo e o atendimento do acesso à saúde e à educação.

Dinâmica do crescimento populacional das regiões

Na década de 1980 a dinâmica urbana de Goiânia se caracterizou pela periferização, conforme afirma Bernardes e Campos (1991). Na década

de 1990 a dinâmica urbana se caracteriza pela expansão dessa periferia, pelo surgimento de espaços físicos territorialmente segregados nessas periferias e pela concentração das camadas sociais de nível social mais elevado em parte das regiões Sul e Central.

A Tabela 1 traz a evolução da população goiãniense segundo as 12 regiões administrativas com dados dos Censos demográficos de 1991 e 2000, e, de imediato, permite identificar os vetores geográficos de crescimento da população.

Notamos a perda de população nas regiões Central e Macambira/Cascavel, em percentuais de 4,3% e 7,2% respectivamente. Esta última é uma região até então pouco visada pelo mercado imobiliário, porém, para as próximas décadas acena em direção à expansão da ocupação vertical, como extensão da região Sul.

Tabela 1
Goiânia: População Urbana segundo as Regiões - 1991 e 2000

Região	População		Tx de Cresc. (%)	Participação (%)	
	1991	2000	Anual	1991	2000
Central	152.449	145.960	-0,5	16,7	13,4
Sul	157.938	165.288	0,5	17,3	15,2
Macambira/Cascavel	100.163	93.000	-0,8	11,0	8,6
Oeste	44.937	65.355	4,2	4,9	6,0
Mendanha	47.077	56.393	2,0	5,2	5,2
Noroeste	51.367	111.389	9,0	5,6	10,3
Vale do Meia Ponte	43.071	52.640	2,3	4,7	4,8
Norte	44.652	63.840	4,1	4,9	5,9
Leste	95.950	106.966	1,2	10,5	9,9
Campinas	123.338	123.530	0,0	13,5	11,4
Sudeste	34.780	43.807	2,6	3,8	4,0
Sudoeste	17.092	57.638	14,5	1,9	5,3
População Urbana	912.711	1.085.806	1,9	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos demográficos 1991 e 2000/Prefeitura de Goiânia-SEPLAM-DPSE

As regiões Campinas, que se caracteriza pela forte presença do comércio, e Sul, já bastante verticalizada, apresentam crescimentos de 0,2% e 4,7% respectivamente. Campinas ainda mantém um tipo de ocupação residencial bem tradicional, que são resquícios da própria história do seu principal bairro. A região Sul continua sendo uma área onde os empreendimentos imobiliários olham com bons olhos, pois continua sendo uma alternativa de moradia para a classe média alta que não opta pelos condomínios fechados.

O crescimento da população da Região Noroeste ficou acima dos 100%, a uma taxa de 9% ao ano. Essa região, em termos de ocupação, se amplia no início da década de 1990, com o lançamento de vários loteamentos irregulares, ou seja, à margem da legislação urbana em vigor. Esses loteamentos constituem uma área denominada Fazenda São Domingos, e deu origem aos seguintes bairros: São Domingos, São Carlos, Floresta e Boa Vista.

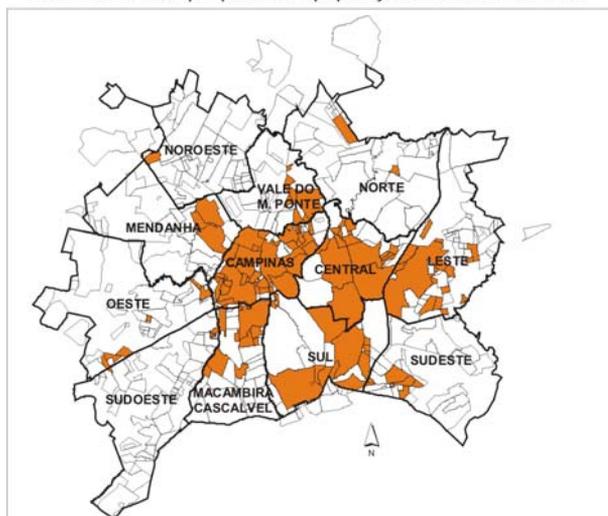
A Região Sudoeste, de 17.092 habitantes em 1991 passou a 57.638 em 2000, crescimento de 237%.



Essa região constitui uma área reserva de terra urbana, o que a torna uma alternativa para a implantação de conjuntos habitacionais, papel desempenhado pela região Noroeste desde o final da década de 70. Caracteriza-se também como o que se poderia chamar de uma área de fronteira da expansão urbana, pois combina um ritmo de crescimento demográfico na década de 1990 (14,5% ao ano), com uma baixa densidade demográfica. Juntamente com a região Noroeste a região Sudoeste constituem os principais vetores de expansão da periferia de Goiânia, neste caso, o cartograma 1, que traz uma idéia da movimentação interna da população de Goiânia na década de 1990, mostra que os bairros desta região não perderam população ao contrário da maioria dos bairros centrais.

Cartograma 1

Goiânia: Bairros que perderam população na década de 1990



Fonte: Censos demográficos 1991-2000 - IBGE
Dados trabalhados pela SEPLAM/DPSE

Vale destacar, também, o relevante crescimento de Bairros das Regiões Centrais que são receptores de população como os Setores Oeste, Aeroporto, na Região Central, e, Bueno, Bela Vista, Nova Suíça e Jardim Goiás na Região Sul.

Verifica-se, portanto, diante da dinâmica de crescimento populacional das regiões uma desconcentração da população na década de 1990. As regiões: Central, Campinas e Sul abarcam a maioria de bairros que perderam população nessa década. Todavia, ressaltamos a perda de população de bairros localizados nas "regiões periféricas", como o Jardim Novo Mundo, na Região Leste, um dos mais populosos e problemáticos da cidade e da Vila Itatiaia, na Região Norte (mapa 1).

Essa desconcentração é observada, em certa medida, a partir do momento que se verifica a diminuição da participação da população das regiões Central, Sul e Campinas no total da população urbana da cidade (tabela 1). As regiões que apresentam os maiores ritmos de crescimento são exatamente aquelas que não se localizam na parte central da cidade, como a região Sudoeste que apresenta a maior taxa de crescimento anual (14,5% a.a), Noroeste (9,0 % a.a), Oeste (4,2% a.a.) e Norte (4,1% a.a).

Considerações Finais

A cidade de Goiânia no contexto de seu dinamismo econômico atual vem apresentando um crescimento demográfico considerável, principalmente a partir da década de 80. A migração intensa para a cidade desde a sua construção estimula esse crescimento, que por sua vez impulsiona o crescimento da malha urbana municipal.

As regiões da cidade apresentam desempenhos diferentes no que tange ao crescimento populacional na década de 1990. Enquanto algumas partes da cidade apresentam crescimento elevado outras perdem gradativamente população. Entender a dinâmica demográfica intraurbana, mesmo que de forma sucinta, constitui um importante instrumento de planejamento. Conhecer a cidade e as peculiaridades demográficas e sócio-econômicas de suas partes corrobora, sem dúvida, para uma melhor aplicação das políticas públicas de diversas naturezas, a exemplo das políticas de transporte coletivo, saneamento e habitação.

Referências

- BERNARDES, Genilda, CAMPOS, Francisco Itami. Goiânia: *Sociabilidade na Periferia*. Ciências Humanas em Revista, v. 2, n. 1. Ed. UFG: Goiânia, 1991.
- IPEA/IBGE/NESUR-IE-UNICAMP. *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*, Campinas:IE-Unicamp (2 vols), 1999.
- MOYSÉS, Aristídes. *Contradições de uma cidade planejada no Planalto Central Brasileiro: Segregação Sócio-Territorial em Goiânia*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PUC/SP: 2001.
- SINGER, Paul. *A Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1978.



O Declínio da Fecundidade no Território Goiano

Resumo: A fecundidade é uma variável dinâmica demográfica que interfere de forma direta no processo de crescimento populacional. Neste sentido, este artigo tem por objetivo apresentar algumas definições a respeito da fecundidade e representar através de mapas e tabelas o processo de declínio da fecundidade no território goiano, levantando alguns questionamentos a respeito da diminuição de filhos por mulheres em idade reprodutiva. O artigo traz duas idéias centrais nas discussões sobre os determinantes e as conseqüências do declínio da fecundidade. A primeira é a de que o advento da sociedade moderna, presidido pela industrialização e urbanização, traz consigo a redução dos níveis de fecundidade. E a segunda é a de que a redução do número de filhos torna possível a efetivação de melhores condições de vida, sendo esta a motivação responsável pela difusão do desejo de uma família pequena.

Palavras-chave: Goiás, População, Declínio da fecundidade.

1 – Introdução

O crescimento populacional do território goiano a partir de 1970, período de intensas transformações territoriais, acompanhado pela consolidação da modernização da agricultura, seguida pelo modelo de desenvolvimento implantado no território com acentuação do processo de urbanização e industrialização, produziu meios que afetaram de forma direta a estrutura demográfica, principalmente na forma de reproduzir da população.

Já na década de setenta do século passado as estatísticas mostram seis filhos para cada mulher em idade reprodutiva, e na década de noventa esse número diminui praticamente para dois filhos por mulher em idade reprodu-

* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia na UFG, no Instituto de Estudos Sócio-Ambientais - UFG/IESA. E-mail: monicgeo@yahoo.com.br

** Professor do curso de Geografia na UFG, no Instituto de Estudos Sócio-Ambientais - UFG/IESA. E-mail: calaca@iesa.ufg.br

*** Professor do curso de Geografia na UFG, no Instituto de Estudos Sócio-Ambientais - UFG/IESA. E-mail: eguimar@hotmail.com

*Mônica Cristina da Silva**

*Manoel Calaça***

*Eguimar Felício Chaveiro****

tiva. Neste sentido, o artigo tem por objetivo apresentar algumas definições a respeito da fecundidade e representar o processo de declínio da fecundidade no território goiano.

A modernização do território goiano passa a ser uma força motriz que se move através de dinâmicas populacionais que representam o resultado de uma forte desigualdade regional interna e também da desigualdade social.

O declínio da fecundidade em Goiás irá refletir um processo de mudança demográfica global, que vai muito além do entendimento explicado por um único fenômeno biológico. As mudanças nos tabus que regulam a sexualidade e a procriação, a educação sexual dos adolescentes, assim como os fatores socioeconômicos são fatores que também afetam a fecundidade.

O estudo do declínio da fecundidade no território goiano contribui para a interpretação do espaço goiano à medida que o indivíduo humano socialmente constituído é um elemento do espaço (SANTOS, 1985); a descoberta de que a mudança do espaço além de resvalar na mudança estrutural da demografia, ressoa na qualidade e na substância subjetiva da sua vida, em que se envolvem cisões espaciais entre filhos e família, medos, estranhamento, conflito de gerações, solidão, perda de memórias, organização de territorialidades, anomia, tribalização, desreferencialização identitárias etc; e, por fim, a edificação do sentido pragmático dos estudos, especialmente no planejamento territorial.

2 – A Fecundidade no Território Goiano

Para Carvalho (1998), fecundidade refere-se à relação entre nascimentos vivos e mulheres em idade reprodutiva, ou conforme Berquó (1991), a expressão fecundidade é usada para indicar o desempenho reprodutivo efetivo de uma mulher ou de um grupo de mulheres que já completaram o período reprodutivo¹. Assim, quanto maior for o controle exercido pelas mulheres sobre o tamanho da sua prole maior será



a distância entre a fertilidade e a fecundidade. Pois nem toda mulher fértil é fecunda.

A fertilidade diz respeito ao potencial reprodutivo das mulheres. Refere-se à capacidade fisiológica que tem a mulher de conceber uma criança. Para que nasça uma criança viva há inúmeros fatores que influenciam sejam eles de natureza biológica, econômica, social ou cultural. A fertilidade, sem contar com o uso de métodos anticoncepcionais que passa ser uma opção da mulher, conta também, com o avanço da medicina, com os problemas de saúde, a desnutrição e outras doenças, como o excesso de trabalhos da sociedade contemporânea, que afetam a probabilidade de um nascimento vivo, influenciando assim, de forma direta no tamanho da população.

Nesta perspectiva, a fecundidade passa a ser um fenômeno social e histórico. Os processos econômicos, políticos e culturais são responsáveis pela dialética da permanência ou transformação das sociedades, que pressupõe a substituição física de seus membros através do tempo. Assim, a capacidade procriativa da mulher constitui um elemento essencial à história da humanidade, e deve ser considerado um fenômeno dependente das mudanças sociais.

O declínio da fecundidade reflete mudanças no contexto demográfico de forma global, e que segundo Caetano (2004), mudanças que implicam em uma taxa de fecundidade total que já está abaixo do nível de reposição². Nas décadas de 1960 e 1970 surge uma nova perspectiva centrada não mais na limitação do número de filhos por mulher, através da disseminação do uso de métodos contraceptivos, mas sim, como uma abordagem que incorpora saúde e direitos reprodutivos sexuais de forma integrada, co-responsabilidade e igualdade de direitos entre mulheres e homens. Como

direito dos cidadãos e dever do estado em fornecer as informações necessárias e os meios para uma vida reprodutiva e sexual segura e satisfatória. Para Caetano (2004, p.12):

O direito de escolha sobre quantos filhos ter e quando tê-los, assim como o direito de acesso aos meios para a implementação desta escolha, passa a ser, desta forma, um, entre vários, dos componentes necessários para uma vida reprodutiva saudável e segura.

Essa nova abordagem desloca as variáveis até então exclusivamente demográficas para uma esfera dos direitos humanos, integrando saúde e direitos reprodutivos com valores em si, como variáveis estratégicas do desenvolvimento da cidadania e direitos humanos. E somente após 1980, as questões dos direitos reprodutivos enfocam as discussões sobre assistência à saúde, sexualidade, contracepção, esterilização, concepção e aborto, e pela primeira vez o “corpo” é colocado como tema de políticas.

Essas inovações refletem as mudanças nas normas ou nos tabus que regulam a sexualidade e a constituição da família desde as sociedades mais antigas até as sociedades contemporâneas. Assim, as categorias socioeconômicas, tais como local de residência ou de origem rural ou urbana, ocupação, nível de renda, nível educacional, religião, cor, tipo de união conjugal, valor do aluguel da moradia, expectativa quanto ao futuro dos filhos, tipo e grau de informações sobre meios anticoncepcionais, e suas formas de uso, preferências sobre o tamanho da família, concepções sobre o número de filhos, autonomia da mulher e também o planejamento familiar efetivo, ou seja, a adoção de práticas de controle ou contracepção (seja aborto, retardamento da idade nupcial, a esterilização, como também os meios contraceptivos arcaicos e modernos, caseiros e científicos), consagram-se como fatores que afetam a fecundidade, e evidenciam que a fecundidade vai muito além do entendimento explicado por um único fenômeno biológico.

As diferenças históricas da sociedade ex-

¹ Por período reprodutivo entende-se aquele que vai desde a idade da menarca até a idade da menopausa. Conforme (BERQUÓ, 1991:71), muito embora estas idades, tanto a do início como a do final do período, variem de mulher para mulher, convencionou-se considerar como período reprodutivo aquele compreendido entre 15 e 49 anos completos. E para que uma mulher seja considerada fecunda, ela própria precisa ter dado origem a um nascido vivo.

² Reposição: 2,1 filhos por mulher necessária para que cada geração se reponha em sua totalidade. (CAETANO, 2004, p.12)



plicam as razões que conduzem as pessoas a controlarem deliberadamente sua reprodução, mas as tentativas de explicação ainda exigem alguns questionamentos, no sentido de saber por que na sociedade contemporânea as famílias tendem a reduzir seu tamanho, e por que esta tendência se manifesta diferentemente em distintas regiões e grupos sociais.

O declínio e as diferenças socioeconômicas da fecundidade passam a ser vistos como resultados de mudanças ideológicas que atingem a motivação relativa à reprodução: novos valores sociais impulsionam novas atitudes para com o bem-estar pessoal ou dos filhos, incompatíveis com a prole numerosa. Para (OLIVEIRA; SZMRECSANYI, 1991, p.1995):

A base dessa interpretação é a idéia de que nas sociedades que se modernizam as condições de vida das pessoas dependem mais da capacitação e esforço individuais do que de privilégios herdados do passado. Em conseqüência, a possibilidade de alterar a posição que ocupam na sociedade estaria de alguma forma em oposição à manutenção dos filhos.

A partir daí surgem duas idéias centrais nas discussões sobre os determinantes e as conseqüências do declínio da fecundidade. A primeira é a de que o advento da sociedade moderna, presidido pela industrialização e urbanização, traz consigo a redução dos níveis de fecundidade. A segunda é a de que a redução do número de filhos torna possível a efetivação de melhores condições de vida, sendo esta a motivação responsável pela difusão do desejo de uma família pequena.

A família adquire uma forte importância teórica para entender o declínio da fecundidade, ela passa a ser vista como o elo entre o indivíduo e a sociedade, concebida como grupo de tomada de decisões, manipulável em suas orientações pela ação externa.

As análises quantitativas abaixo nos dão uma dimensão das mudanças na fecundidade no estado de Goiás. Em 2000 a taxa de fecundidade total do país atingiu 2,4 filhos

por mulher, aproximando-se mais do nível de reposição. Esta é uma realidade que representa várias áreas do país, como é o caso de diversos municípios goianos. A taxa de fecundidade total de Goiás, em 2000, chega a 2,2 filhos por mulher. Esse fenômeno, juntamente com outros tipos de indicadores de crescimento populacional ou declínio, é um dos indicadores capazes de produzir algumas estimativas que permitam explicar a migração em Goiás.

Nos dados do Censo Demográfico há um acentuado declínio no número de filhos por mulher nos anos de 1970 a 2000, (Tabela 1).

Tabela 1

Taxa de fecundidade total, Goiás – 1970 a 2000

Ano	Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)
1970	6,00
1991	2,47
1998	2,08
2000	2,2

Fonte: GeoGoiás 2002, IBGE-Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Conforme a tabela 1, até 1970, as mulheres residentes em Goiás registravam taxa de fecundidade de seis filhos, fenômeno que declinou rapidamente para 2,47 em 1991, e 2,2 em 2000, com tendência a atingir 1,84 em 2010, conforme as projeções do GeoGoiás 2002. De 1970 para 2000 o número de filhos por mulher diminuiu 63,3%. Com essa tendência declinante pode-se concluir que, em longo prazo, o crescimento da população nascida em Goiás tenderá a diminuir. O número de habitantes do Estado passará, então, a ser ainda mais influenciado pela migração.

O rápido declínio da fecundidade em Goiás de acordo com Almeida (2002), decorreu da combinação de dois fatores principais: o primeiro se deu à mudança de atitude da população em relação à sexualidade e à procriação; o segundo, ao fácil acesso aos meios anticoncepcionais. Dentre outros fatores pode-se considerar o papel da mídia, a ação governamental, a atuação de instituições estrangeiras, a esterilização feminina e o planejamento familiar.

Para Almeida (2002) as transformações estruturais que culminaram no estabelecimento de um novo padrão demográfico, caracterizado por baixas taxas de mortalidade e de natalida-



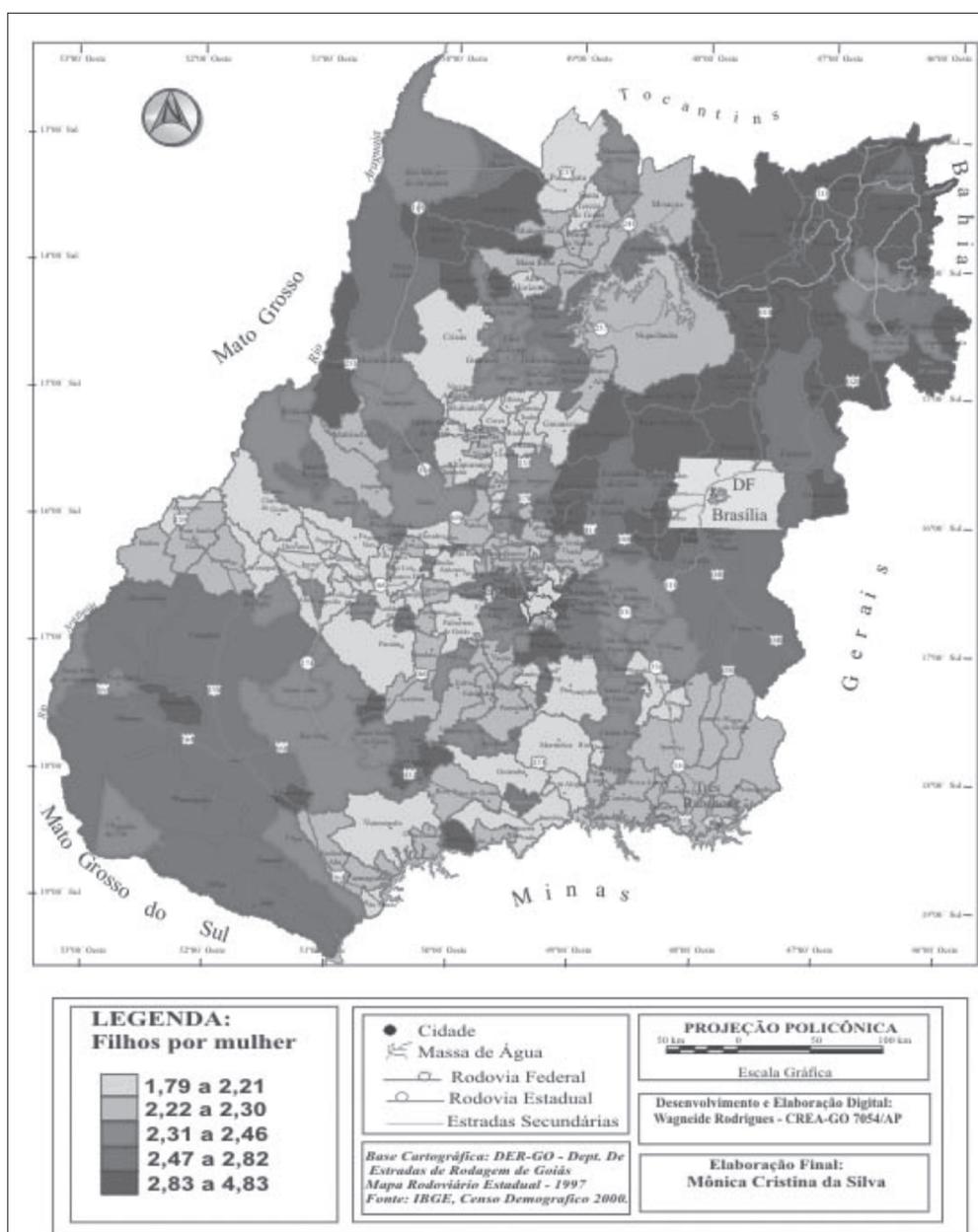
de, teriam suas origens relacionadas à industrialização, à urbanização e à modernização. O declínio da fecundidade está relacionado, além dos fatores citados acima, à influência de raízes ideológicas ou filosóficas dessa nova mentalidade, controlista e planejadora, que contribuiu para uma adesão maciça aos métodos anticoncepcionais que resultou no declínio generalizado da fecundidade.

Um outro fator que regula a fecundidade é a ausência de políticas governamentais (políticas demográficas), que de uma forma direta ou indiretamente sempre afetaram a população, no caso de políticas nas áreas financeiras, econômicas, de saúde, e de educação.

A queda da fecundidade é explicada, segundo Berquó (1994), pelo uso extensivo e intensivo de meios reguladores de alta eficácia, pelos avanços tecnológicos mais importantes e mais diretamente envolvidos que foram os ocorridos nos produtos e técnicas de anticoncepcionais, como a pílula e a camisinha. O acesso fácil e o uso descomplicado de alguns deles provocaram uma verdadeira revolução das práticas sexuais, permitindo a separação entre o sexo e a procriação.

O declínio da fecundidade em Goiás não demonstra apenas mudanças decorrentes das dificuldades econômicas e sociais, mas também traz como consequência o envelhecimento relativo

Mapa 1
Taxa de Fecundidade no Estado de Goiás – 2000



da população. Segundo os dados do IBGE, Censo Demográfico 2000, o declínio da fecundidade, nas últimas décadas, vem acontecendo de forma generalizada no país, mas se diferencia segundo as regiões e camadas sociais.

O mapa que segue abaixo sobre a taxa de fecundidade do estado de Goiás foi executado com os dados fornecidos pelo IBGE, nos Censos Demográficos juntamente com os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano 2000, comparando as informações referentes a cada município, a fim de se obter uma melhor precisão.

Os municípios que apresentaram maiores taxas de fecundidade encontram-se na faixa de 2,83 a 4,83 filhos por mulher. Eles são 43 municípios localizados na sua maioria no Norte e Noroeste Goianos, sendo apenas 11 municípios dispersos nas outras regiões do estado. O Nordeste goiano é a região mais “pobre” economicamente do estado, porém, com a maior taxa de fecundidade. Esta região é pouco integrada à dinâmica econômica no centro-sul de Goiás; as atividades predominantes encontram-se na pecuária extensiva, com grande concentração de terras, e com uma produção agrícola voltada para a agricultura tradicional como arroz, feijão e mandioca.

As altas taxas de fecundidade observadas no mapa 1 são vistas como típicas de sociedades agrárias tradicionais, onde a prole numerosa seria ao mesmo tempo uma defesa contra a alta mortalidade e uma garantia de mão-de-obra para uma agricultura intensiva de trabalho e extensiva de capital, e de baixo nível técnico. Deve-se também considerar que a assistência à saúde nessas regiões é precária.

Em contrapartida, os municípios que apresentam menores taxas de fecundidade estão entre as faixas de 1,79 a 2,3 filhos por mulher, correspondendo a 105 municípios, localizados em sua maioria no Centro Goiano. Essa região constitui a área de maior concentração econômica e populacional do estado, segundo o IBGE, Censo Demográfico, 2000, cerca da metade da população do Estado.

Essa área possui também uma densa malha viária, redes de comunicação e sistema de telecomunicações, constituindo uma complexa rede de infra-estrutura que atrai empresas e indústrias e conseqüentemente, um grande fluxo populacional direcionado para novas oportunidades de emprego e melhores condições de vida.

Embora a industrialização e a urbanização sejam fenômenos mundiais, onde se criam mudanças no modo de produzir, no modo de consumir, pensar, sentir, no padrão demográfico e também no modo de vida das pessoas, é fundamental considerar o papel das políticas oficiais explícitas ou não declaradas e seus efeitos na redução da fecundidade, aliadas à ação dos meios de comunicação, da urbanização, do novo papel que a mulher vem assumindo na organização e na execução da produção e os serviços.

O planejamento familiar e o controle da natalidade são elementos bem diferentes, e cabe à mulher ser o sujeito e não apenas um objeto desse planejamento.

Frente aos problemas que se originam na escassez de recursos, na limitação da cobertura de saúde, na irregularidade da qualidade e desigualdade no acesso a serviços de saúde reprodutiva, no desconhecimento e descumprimento das leis e nas dificuldades de integração gerencial entre as diversas esferas da administração pública no âmbito da descentralização do sistema de saúde, são elementos que contribuem para uma acentuada queda na fecundidade, não somente do estado de Goiás, mas também do país. Esses desafios contribuem para um novo contexto da fecundidade. Ela apresenta novas características que dependem das diferentes regiões e dos diferentes estratos socioeconômicos. Ao mesmo tempo em que temos baixas taxas de fecundidade total, ainda existem regiões, como o Norte e Nordeste Goianos, com taxas de fecundidade elevadas.

A nova realidade da fecundidade está relacionada ao rejuvenescimento da estrutura etária da fecundidade no Brasil e no avanço das ações no campo da saúde da mulher. Segundo Berquó e

“O planejamento familiar e o controle da natalidade são elementos bem diferentes, e cabe à mulher ser o sujeito e não apenas um objeto desse planejamento”



Cavenaghi (2004), a década de 1990 foi marcada por uma intensificação do rejuvenescimento da fecundidade no país:

Em 1980 cabia às mulheres entre 25 e 29 anos de idade o maior número médio de filhos, entre aquelas na faixa de idade reprodutiva entre 15 e 49 anos de idade. O deslocamento desta concentração para o grupo de 20 a 24 anos deu-se, inicialmente, em 1991, e manteve-se em 2000, concomitantemente ao aumento da fecundidade no grupo etário de 15 a 19 anos de idade. Representando um aumento de 25% da fecundidade entre jovens e adolescentes, com diferenças substanciais segundo as camadas socioeconômicas. (BERQUÓ E CAVENAGHI, 2004).

Para a autora, essa mudança nas faixas etárias da fecundidade reflete os diferenciais dos estratos de educação e renda de região para região. No estado de Goiás, as regiões que apresentam, conforme o mapa anterior, as maiores taxas de fecundidade são as regiões que chegam a um

nível de renda de ½ salário mínimo por chefe de família e com baixas taxas de alfabetização.

Em 1991, o percentual de adolescentes do sexo feminino entre 15 e 17 anos com filhos no Brasil era de 5,8 %, em 2000 chega a 8,45%. No estado de Goiás, em 1991, o município que apresentou o menor valor de adolescentes com filhos foi Cocalzinho de Goiás, no Entorno de Brasília, com um valor de 1,14 %, e o município com o maior percentual de adolescentes com filhos era Castelândia, no Sudoeste Goiano, com um valor de 16,22%. Em 2000, esses valores aumentaram. Dentre os municípios goianos destaca-se Planaltina no Entorno de Brasília, com o maior percentual de adolescentes com filhos, com valor de 19,87%; e o município com menor valor era Ouvidor, no Sudeste Goiano, com valor de 3,91%.

Os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000, também confirmam o aumento do percentual de adolescentes do sexo feminino entre 15 e 17 anos com filhos no estado de Goiás nos períodos de 1991 e 2000 (Tabela 2).

Tabela 2
Percentual de adolescentes do sexo feminino entre 15 e 17 anos com filhos do Estado de Goiás – 1991 e 2000

Porcentagem de adolescentes com filhos	1991		2000	
	Municípios	População	Municípios	População
2,50 a 5,00	53 (21,9%)	532.231 (13,2%)	18 (7,4%)	122.609 (2,5%)
5,00 a 7,50	68 (28,1%)	2.018.997 (50,2%)	56 (23,1%)	1.862.142 (37,2%)
7,50 a 10,00	62 (25,6%)	806.533 (20,1%)	63 (26%)	1.209.391 (24,2%)
10,00 a 12,50	31(12,8%)	369.743 (9,2%)	49 (20,2%)	1.045.323 (20,9%)
12,50 ou maior	28 (11,6%)	291.408 (7,3%)	56 (23,1%)	763.763 (15,3%)
Total	242 (100%)	4.018.912 (100%)	242 (100%)	5.003.228 (100%)

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

O Mapa 2 representa os municípios do estado de Goiás com percentuais de adolescentes do sexo feminino entre 15 e 17 anos com filhos em 2000. Como podemos observar, as porcentagens em relação ao estado se apresentam de forma geral altas, comparando-se com a fecundidade goiana que é de 2,2 filhos por mulher.

Essas taxas ultrapassam até mesmo os percentuais do Brasil, que em 2000 foi de 8,45, enquanto Goiás chegou a 19,87. Os municípios goianos de forma geral apresentam altas taxas de jovens com filhos, concentrando 43% dos municípios nas regiões norte e nordeste goia-

nos, refletindo mais uma vez, entre as jovens e adolescentes³, as diferenças socioeconômicas refletidas nas desigualdades regionais.

Goiás, no ano de 2000, além de contar com o aumento do percentual de adolescentes com filhos praticamente em todos os municípios tem ainda o surgimento de uma nova classe de

³ Observamos que o conceito de adolescência tem tido uma orientação combinativa, não apenas pela etariedade. E ainda tem-se a presença do modo como essa densidade social se insere no mundo global do consumo e da crise econômica. Há também o conceito de adultescência, o que demonstra a infantilização causada pelos aspectos da forma de subjetividade atual.

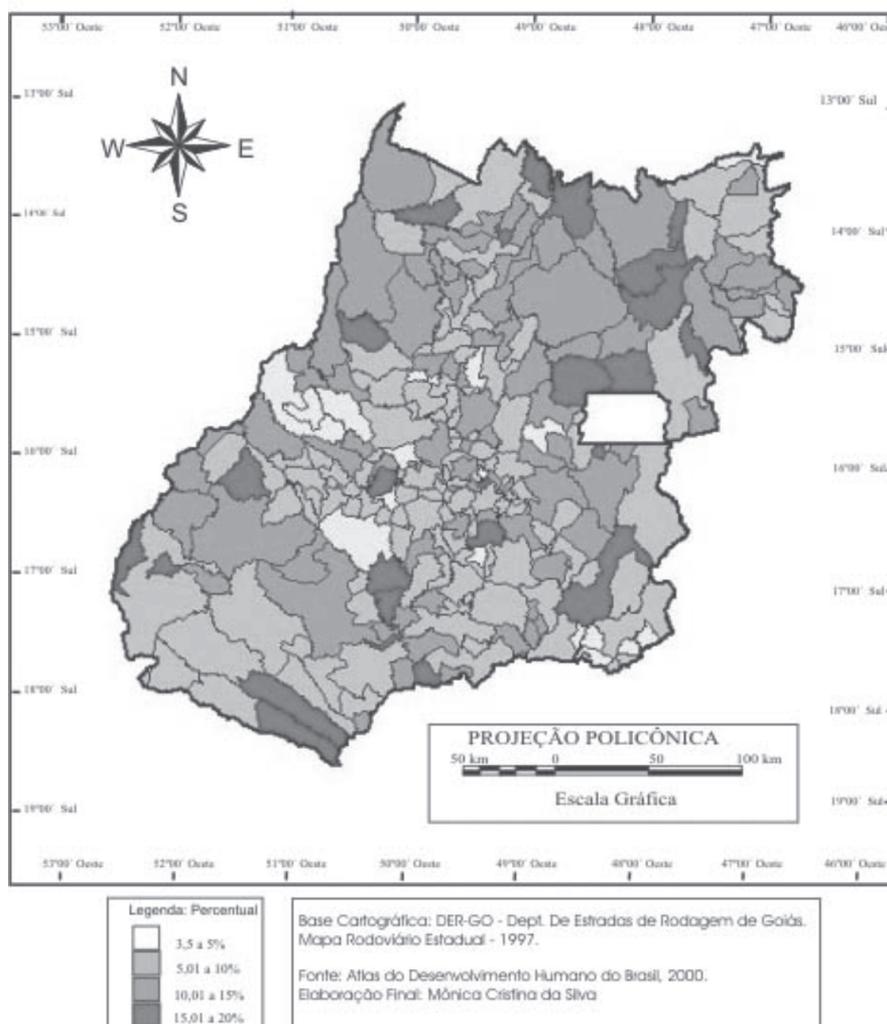


adolescentes com filhos, na faixa etária entre 10 a 14 anos, no ano de 2000.

Apesar do declínio das taxas de fecundidade, os dados dos censos demográficos de 1991 e 2000, representam uma concentração das

idades mais jovens com diferenciais de maior escolaridade e renda. Portanto, esses estratos socioeconômicos resultariam em obstáculos e dificuldades de se implementar adequadamente preferências reprodutivas.

Mapa 2
Percentual de Adolescentes do Sexo Feminino entre 15 e 17 anos com filhos - Estado de Goiás - 2000.



Com efeito, é importante ressaltar a mudança no comportamento sexual e uso de métodos contraceptivos. Segundo pesquisa do Ministério da Saúde/Cebrap, 2000 (Tabela 3), o comportamento sexual das mulheres começa cedo e também termina precocemente. Em 1984, das entrevistadas na pesquisa, 14% das jovens tiveram sua primeira relação sexual antes dos 15 anos; já em 1998, 32% das meninas com 15 anos de idade já tinham tido a primeira relação sexual.

A mesma fonte de dados revela que o grupo que menos usa o preservativo é o das mulheres com parceria estável, com uma porcenta-

Tabela 3
Início da vida sexual antes dos 15 anos, Brasil – 1984 e 1998

Anos	Mulheres	Homens
1984	14%	35%
1998	32%	47%

Fonte: Brasil, Ministério da Saúde/Cebrap, 2000.

O início da vida sexual, sem os devidos conhecimentos e esclarecimentos, pode vir a representar a contaminação por doenças sexualmente transmissíveis, além de uma gravidez indesejada, acompanhada de mortes de mulheres por complicações da gestação, aborto (espontâneo ou provocado),



parto e puerpério, responsável por 90% dos casos das mortes maternas (TANAKA, 2001).

Essa nova realidade, não apenas goiana, mas também brasileira, traz consigo um problema que vem se expandindo desde 1991. O fenômeno da fecundidade em adolescentes deve merecer os cuidados das políticas públicas, principalmente nos setores de educação e fornecimento de assistência à saúde prestada a essas jovens e mulheres saudáveis, que se encontram no auge de suas vidas reprodutivas.

3 – Considerações Finais

A dimensão das mudanças na fecundidade no território goiano nos revela um território cindido, desigual regional e socialmente, mediante combinação de fatores que o levaram ao rápido declínio na fecundidade, com transformações estruturais que culminaram no estabelecimento de um novo padrão demográfico caracterizado por baixas taxas de mortalidade e de natalidade.

O declínio da fecundidade em Goiás, além de demonstrar as mudanças decorrentes das desigualdades econômicas e sociais, diferenciadas segundo regiões e camadas sociais, também revela um novo comportamento nas faixas etárias: o rejuvenescimento da estrutura etária da fecundidade e o avanço das ações no campo da saúde da mulher.

A fecundidade é um fator dinâmico e uma variável demográfica que interfere de forma direta no crescimento populacional, merecendo, assim, políticas públicas destinadas à melhoria das condições de vida da população quanto à saúde do corpo da mulher, ao esclarecimento, escolha, acesso e uso adequado de métodos contraceptivos principalmente para a parcela da população que depende do sistema de saúde público.

Por conseguinte, componentes como violência, desemprego estrutural, competição, inserção da mãe no mercado do trabalho, crise no interior da família e urbanização acelerada, penetram as razões do declínio da fecundidade e remontam os modos de analisar os fenômenos demográficos, incluindo, necessariamente, fatores também de ordem subjetiva ligados aos de ordem objetiva. Ou seja, nesse processo altera-se o que é ser filho, o que é ser mãe e o que é ser pai, da mesma maneira que estão em curso novas trajetórias espaciais da relação filho e mundo, pais e espaço.

4 – Referências

- ALMEIDA, Orlando Francisco da R. Transformações no padrão demográfico de Goiás nas últimas décadas. In: Almeida, Maria Geralda de (org.). *Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade*. Goiânia: IESA, 2002. p. 119-1145.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Brasília: Ipea, 2000.
- BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. *Região da estrada do boi: usos e abusos da natureza*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.
- BERQUÓ, Elza. Fatores estáticos e dinâmicos: mortalidade e fecundidade. In: SANTOS, Jair L. F.; LEVY, Maria S. F.; SZMRECSANYI, T. (Orgs). *Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.
- BERQUÓ, ELZA; CAVENAGHI, S. Mapeamento socioeconômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. In: *Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 14. 2004, Caxambu. Campinas: ABEP, 2004.
- BRASIL. *Censo Demográfico 2000: Migração e deslocamento – resultado da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.
- CAETANO, André Junqueira. O declínio da fecundidade e suas implicações: uma introdução. *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, v.21/2, 2004.
- CARVALHO, José Alberto Magno de. SAWYER, Diana Oya. RODRIGUES, Roberto do Nascimento. *Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia - 2. ed. rev.* - São Paulo: ABEP, 1994, reimpressão. 1998.
- CENSO DEMOGRÁFICO. *Características da população e dos domicílios Resultado do Universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1970/2000.
- CHAVEIRO, Eguimar Felício. *Goiânia, uma Metrópole em Travessia*. Tese defendida na Universidade de São Paulo, FFLCH. São Paulo, 2001.
- GeoGoiás 2002 / Maurício Galinkin, ed.. Goiânia: agência Ambiental de Goiás: Fundação CBRAC: PNUMA: SEMARH, 2003.
- OLIVEIRA, M. C. F. A. de. SZMRECSANYI, M. Irene de Q. F. Fecundidade. In: SANTOS, Jair L. F.; LEVY, Maria S. F.; SZMRECSANYI, T. (Orgs). *Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo, SP: Nobel (Coleção espaços), 1985.
- SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo, SP, HUCITEC, 3ª ed.1996.
- SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria L. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.



A Oleaginosa Dourada Invade as Terras Goyases



Murilo José de Souza Pires*

Resumo: Os anos 70 do século XX marcaram profundamente a economia goiana, porque foi o momento que o Estado de Goiás aprofundou seus laços com o processo de desconcentração regional, proporcionado pelo governo militar, e iniciou uma profunda transformação em sua economia agrícola. A soja foi o principal vetor dessa modernização, pois trouxe consigo todos os insumos modernos da Revolução Verde. Desse modo, este trabalho tem por objetivo mostrar como está cristalizando-se, ao longo da última década e meia, a ocupação do solo agrícola no Estado de Goiás. Para tanto, a hipótese que servirá como nexo condutor do trabalho é a seguinte: A ocupação do solo agrícola em terras *goyases* está cada vez mais se especializando e se concentrando na cultura da soja, fato esse que está contribuindo para a redução da área colhida das culturas típicas de mercado interno, como por exemplo, arroz, milho e feijão.

Palavras-chave: Economia goiana – modelo shift-share – cultura da soja.

1.) Introdução

Os ares das mudanças estruturais da economia goiana iniciam-se a partir dos anos 70 do século XX, no bojo do processo de incorporação de áreas do cerrado ao circuito de valorização do capital em geral. É a partir da estratégia do governo militar de espriar o desenvolvimento econômico para fora do eixo São Paulo – Minas Gerais – Rio de Janeiro, durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (1974 – 1979), que a economia goiana foi aos poucos substituindo sua agricultura tradicional, alicerçada na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência, por uma agricultura moderna.

Esse atraso da economia goiana se explica porque até o último quartel do século XIX, a dinâmica de sua economia não conseguia alcançar e se conectar ao principal eixo motor da economia brasileira, que era o Estado de São Paulo. Deste modo, Goiás ficou deslocado no

espaço e no tempo do desenvolvimento econômico brasileiro até a penetração da Estrada de Ferro Mogiana em terras do Triângulo Mineiro (1889), lançando-se em seguida ao Sul do Estado de Goiás, o que acabou induzindo o “tempo das transformações” em Goiás¹.

Desse modo, até a década de 60 do século passado, a economia goiana ainda estava marginalmente incorporada ao desenvolvimento capitalista brasileiro, pois o eixo principal do seu desenvolvimento encontrava-se na fazenda tradicional que, até então, mantinha práticas econômicas alicerçadas no trabalho familiar, bem como, em uma baixa divisão social do trabalho, particularmente, entre o setor rural e o setor industrial/urbano brasileiro, fato esse que favoreceu a baixa incorporação de insumos modernos (fertilizantes, defensivos, máquinas e equipamentos agrícolas, herbicidas e outros) nos latifúndios goianos.

Deste modo, pode-se dizer que a economia goiana aproximava-se de uma economia mercantil simples, na qual o produto do trabalho oriundo da pecuária extensiva e da agricultura tradicional era deslocado para o autoconsumo da fazenda tradicional e, caso houvesse a geração de um excedente econômico, esse era lançado no mercado, mas a alíquota do capital que retornava a esfera de valorização do capital era insuficiente para acelerar o processo de desenvolvimento industrial do Estado.

No entanto, o “tempo das transformações” ganha efetivamente impulso no bojo da desconcentração regional proporcionada pelo governo militar, durante o II PND, quando implantou

* Economista formado pelo Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (IE/UFU), Mestre e Doutorando em Economia Aplicada pelo Instituto de Economia da UNICAMP. E-mail: murilojsp@gmail.com

¹ Não se pode compreender a economia de Goiás – a partir da década de 1890 – sem levar em conta o domínio comercial do Triângulo Mineiro, face aos impulsos dinâmicos emitidos pela cafeicultura paulista; enquanto o sul goiano não recebera influências de São Paulo, permanecia em condição introvertida e apenas fortuitamente negociava o excedente do autoconsumo. A partir do momento em que a produção do sul de Goiás e a importação de artigos passaram a se realizar rotineiramente pela ‘estação’ ferroviária triangulina, a região esteve sujeita a esta intermediação comercial, normalmente permeada pela especulação mercantil.” (Estevam, 2004, p. 34).



o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), que em conjunto com as pesquisas tecnológicas desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) adaptou às culturas as condições de latitude, clima e acidez do cerrado goiano. Nessa perspectiva, a soja foi o principal vetor de transformação da agricultura tradicional em uma agricultura moderna, pois ao ocupar, aos poucos e crescentemente, o solo agrícola goiano foi trazendo consigo todas as tecnologias da Revolução Verde. No entanto, essa ocupação do solo não se materializou de forma homogênea e equânime entre as várias culturas e microrregiões do Estado, pois se alastrou de forma concentrada e heterogênea, ao longo dos tempos, pelas terras *goyases*.

Desse modo, este trabalho tem por objetivo mostrar como está cristalizando-se, ao longo da última década e meia, a ocupação do solo agrícola no Estado de Goiás. Para tanto, a hipótese que servirá como nexos condutor do trabalho é a seguinte: a ocupação do solo agrícola em terras *goyases* está cada vez mais se especializando e se concentrando na cultura da soja, fato esse que está contribuindo para a redução da área colhida das culturas típicas de mercado interno, como por exemplo, arroz, milho e feijão.

Logo, as principais perguntas do artigo serão:

- 1.) A partir dos anos 80 do século XX, no bojo do processo de modernização da agricultura goiana, quais são as principais culturas que estão apresentando maiores ganhos ou perdas na composição do PIB agrícola estadual?;
- 2.) A fronteira agrícola no Estado de Goiás ainda está em expansão?;

2.) Procedimentos metodológicos:

Para elucidar as questões propostas na problemática do artigo, faz-se necessário destacar os procedimentos metodológicos utilizados na tessitura do argumento, o qual mostra que o Estado de Goiás, ao longo da última década e meia, cada vez mais se especializa na cultura da soja. Em termos gerais, as informações sobre área colhida (em hectares) são referentes às lavouras temporárias (soja, milho, arroz, feijão, cana-de-açúcar, algodão herbáceo, mandioca,

tomate, sorgo gramíneo, melancia, alho, trigo, abacaxi, ervilha, batata-inglesa, amendoim e batata-doce) e das lavouras permanentes (café, banana, laranja, limão, manga, tangerina, maracujá, mamão, abacate, goiaba, marmelo e figo), as quais foram encontradas na Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A par dessas informações foram construídas duas médias trienais. A primeira média (MT1) compreende o *período 1* que reúne os anos de 1990, 1991 e 1992, pois retratam a configuração do solo agrícola de Goiás no início da década de 90 do século XX e a segunda média (MT2) engloba o *período 2* que representa os anos de 2002, 2003 e 2004 que captam as mesmas informações da primeira média trienal, no entanto, espelhando a realidade do final do período em análise.

2.1) O modelo *Shift-Share*:

Para verificar se a fronteira agrícola de Goiás ainda está em expansão foi utilizado o modelo *Shift-Share*, o qual permite decompor a alteração da área colhida de um produto *vis-à-vis* a outro produto em relação à variação do tamanho do sistema agrícola de Goiás (lavoura temporária e lavoura permanente). Esse modelo já foi testado nos trabalhos em Igreja *et. alli.* (2004), Igreja *et. alli.* (1988) e em Zockun (1978).

Nesse sentido, o modelo *Shift-Share* permite captar dois efeitos causados no sistema agrícola do Estado. O primeiro refere-se ao efeito-escala que mostra a variação da área colhida das culturas causada pela alteração do tamanho do sistema, no entanto, a participação relativa de cada cultura mantém inalterada dentro do sistema. Se o efeito-escala for positivo significa que houve expansão da cultura, ao passo que, se o efeito-escala for negativo houve uma contração da cultura.

No caso do efeito-substituição seu objetivo é mostrar o que aconteceu com as culturas quando há uma variação dentro do sistema agrícola de Goiás, ou seja, se o efeito-substituição for positivo mostra que a participação da cultura aumentou, pois uma outra cultura foi substituída por essa cultura. Já no caso do efeito-substituição negativo há uma indicação que a participação da cultura reduziu



no sistema agrícola de Goiás, isto é, a cultura foi substituída por uma outra cultura. Logo, a idéia central do modelo é mostrar se está ocorrendo uma expansão na área colhida do sistema agrícola em Goiás, ao longo do período analisado, como também, mostrar se há uma substituição de uma cultura por outra.

Para tanto, o modelo matemático do *Shift-Share* pode ser representado da seguinte forma:

$$(0.1) A_{i2} - A_{i1} = (\alpha A_{i2} - A_{i1}) + (A_{i2} - \alpha A_{i1});$$

Sendo que,

- a) $A_{i2} - A_{i1}$ = representa a variação da área colhida com a cultura “i”, entre o período 2 e 1;
- b) $(\alpha A_{i2} - A_{i1})$ = efeito-escala;
- c) $(A_{i2} - \alpha A_{i1})$ = efeito-substituição;

Logo,

$$(0.2) \alpha = \frac{A_{i2}}{A_{i1}};$$

$$(0.3) A_{i1} = \sum iA_{i1};$$

$$(0.4) A_{i2} = \sum iA_{i2};$$

Desse modo, A_i representa a área colhida com a i-ésima atividade; $i = 1, 2, 3, \dots, n$ atividades; A_{i1} é o tamanho do sistema agrícola em Goiás no período 1; A_{i2} é o tamanho do sistema agrícola em Goiás no período 2 e “ α ” a razão entre A_{i2} e A_{i1} que representa a medida da alteração do sistema agrícola goiano entre o período 1 e o período 2.

3.) Aspectos gerais da evolução das principais culturas agrícolas no Estado de Goiás:

Os anos 80 do século XX chegam para a economia brasileira carregados de fortes incertezas, as quais foram ocasionadas pelas mudanças que estavam acontecendo na economia internacional em decorrência do forte ajuste do balanço de pagamentos norte-americano, que causou uma escassez de liquidez nos países periféricos como o Brasil. Dessa forma, o Brasil avança nesse período sem nenhuma fonte de financiamento externo, com um Sistema Financeiro Nacional

frágil e fraco embebido em uma vigorosa ciranda financeira e um Estado calcado em uma profunda crise fiscal e financeira.

É nesse ambiente que a vulnerabilidade externa brasileira vem solapando toda iniciativa de desenvolvimento econômico e social, pois os escassos recursos financeiros gerados pelo país eram deslocados para pagar parte do serviço da dívida externa. Não é por acaso, que o ano de 1987 se torna emblemático para o país, porque é quando ocorre o *default* da dívida externa levando o país para uma moratória.

Nesse sentido, os esforços dos *policy makers* nacionais foi incentivar cada vez mais o aumento das exportações, em particular, dos produtos agrícolas, pois assim, poderia atenuar a vulnerabilidade externa do país. É nesse ambiente que o Estado de Goiás é incorporado efetivamente ao circuito de valorização do capital a partir da estratégia de substituição de culturas de mercado interno (notadamente o arroz e feijão) por culturas de exportação como a soja².

Como pode ser verificado na Tab. 1, no ano de 1985, a cultura da soja e a cultura do arroz apresentavam participações relativas próximas uma da outra quando comparadas pelo produto interno bruto agrícola – PIB agrícola³ do Estado de Goiás. No caso da soja, sua participação era de 10,9%, ao passo que o arroz era de 8,5%. Já no final dos anos 80 a diferença entre a participação das duas culturas era muito expressiva, pois a soja representava 7,0% do PIB agrícola e o arroz somente 2,2% desse mesmo PIB.

No entanto, a cultura do milho que detinha 9,6% do PIB agrícola no ano de 1985 chega em 1989 na casa dos 8,2%, fato esse que representou uma redução relativa menor que a ocorrida com a cultura da soja. Em caminho contrário, a cultura de feijão que, em meados da década de 80, detinha 2,5% do PIB agrícola do Estado aporta no final dos anos 80 na casa dos 3,0%.

Essa mesma tendência de ampliação da par-

² Esta afirmação encontra sustentação no trabalho desenvolvido por Helfand & Rezende (2001) quando afirmam que: “A primeira onda de reformas encontrou sua motivação no problema da dívida externa. A crise do endividamento na década de 1980 tornou prioritária a obtenção de divisas, com a conseqüente adoção de vários programas voltados para incentivar os produtos agrícolas de exportação e substitutos de importação”. (Helfand & Rezende, 2001, p. 293).

³ Entende-se o PIB agrícola como sendo a somatória do PIB das lavouras temporárias e o PIB das lavouras permanentes.



ticipação da cultura da soja e da redução da participação da cultura do arroz na economia goiana se manteve nos anos 90 e ainda continua até os dias atuais. Mesmo apresentando uma oscilação até meados dos anos 90, a partir desse momento, a cultura da soja trilha caminhos opostos à cultura do arroz, à cultura do milho e à cultura do feijão. Em 2004, a soja representa quase 20,3% do PIB agrícola de Goiás, ao passo que, a cultura do arroz detinha parcos 1,3%, a

cultura do milho 6,5% e, finalmente, a cultura do feijão 1,6%.

Na verdade, o Plano Real tem uma importância fundamental para explicar essa inflexão na trajetória das culturas de arroz, milho, feijão e soja em Goiás, pois foi a partir de meados dos anos 90 que a soja apresentou uma tendência de forte expansão no Estado, ao passo que, as culturas de arroz, milho e feijão perderam participação na composição do PIB agrícola.

Tabela 1
Evolução da participação dos produtos na agropecuária do Estado de Goiás (%)

Ano	Soja	Milho	Arroz	Cana	Feijão	Algodão	Sorgo	Tomate	Trigo	Café	Outras Culturas
1985	10,9	9,6	8,5	3,4	2,5	2,1	0,0	0,0	0,0	0,9	1,7
1986	9,5	14,0	8,8	2,7	2,0	1,8	0,0	0,0	0,0	1,4	0,7
1987	7,2	11,0	6,6	3,5	3,0	0,8	0,0	0,0	0,0	0,6	1,7
1988	9,1	9,1	5,5	4,8	1,9	0,8	0,0	0,0	0,0	0,4	2,0
1989	7,0	8,2	2,2	3,5	3,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,2	2,0
1990	6,0	8,1	2,0	2,8	4,1	0,9	0,0	0,0	0,0	0,5	2,0
1991	6,7	8,1	2,9	2,7	4,3	0,9	0,0	0,0	0,0	0,4	2,2
1992	7,3	7,0	2,7	3,1	3,2	0,6	0,0	0,0	0,0	0,3	1,9
1993	5,8	10,1	1,4	3,4	3,3	0,7	0,0	0,0	0,0	0,3	2,1
1994	12,3	11,3	2,2	2,7	3,8	1,4	0,0	0,0	0,0	0,4	2,2
1995	8,2	10,9	1,8	3,2	2,2	1,9	0,0	0,0	0,0	0,2	2,2
1996	9,7	11,4	1,1	4,2	2,2	2,2	0,2	0,9	0,0	0,1	1,6
1997	11,8	10,4	1,0	3,9	2,7	2,4	0,2	0,9	0,0	0,1	1,7
1998	12,8	7,6	1,0	4,3	5,3	2,4	0,3	0,6	0,0	0,1	2,9
1999	12,7	9,0	1,5	2,9	2,9	2,8	0,2	1,2	0,0	0,1	1,2
2000	13,5	11,4	0,9	2,7	2,1	2,3	0,4	1,0	0,0	0,1	1,0
2001	13,6	8,3	0,7	2,7	3,2	4,1	0,3	0,8	0,0	0,1	1,3
2002	19,6	8,2	0,6	2,3	2,8	2,4	0,3	0,9	0,1	0,2	1,0
2003	18,4	7,9	0,8	2,8	3,6	2,3	0,6	0,7	0,1	0,1	1,2
2004	20,3	6,5	1,3	2,7	1,6	4,5	0,6	0,8	0,1	0,2	1,1

Fonte: Seplan-GO/Sepin

Seguindo essa linha de argumentação é importante verificar como está se materializando a ocupação do solo agrícola em terras *goyases*, para aferir quais são as culturas que estão perdendo ou ganhando em área colhida, ao longo da última década e meia, no Estado de Goiás.

4.) A ocupação do solo agrícola no Estado de Goiás:

No âmbito regional, a agricultura tradicional goiana (calcada no plantio de arroz, no plantio de feijão, no plantio da mandioca e na criação de gado) vai incorporando de forma crescente os pacotes difundidos pela Revolução Verde, proporcionando, deste modo, a modernização do latifúndio sem uma alteração profunda nas relações de poder entre as elites locais e na estrutura fundiária, a qual ainda concentra

parte significativa de sua área em poucas propriedades rurais.

No entanto, a ocupação do solo agrícola em terras goianas não aconteceu de forma equânime e homogênea entre as várias culturas que fazem parte do sistema agrícola de Goiás. Como a soja foi o principal vetor de modernização da fazenda goiana sua ocupação vem se materializando com maior intensidade na microrregião do Sudoeste Goiano⁴.

Mesmo assim, o espraiamento da soja pela macrorregião Sul do Estado de Goiás concentrou, como observou Pires (2005), quase a totalidade

⁴ Na opinião de Lunas & Ortega (2003) o Sudoeste Goiano pode ser caracterizado como sendo: "(...) uma área mais tecnificada que o estado de Goiás como um todo, indicando que na região o processo de incorporação do padrão tecnológico da Revolução Verde atingiu índices mais significativos que o restante do estado". (Lunas & Ortega, 2003, p. 147-8).



da área e produção dessa oleaginosa. Os dez principais municípios aglutinam a metade da produção do Estado, sendo Rio Verde e Jataí os principais produtores. Juntos, respondem por 21,4% de toda a soja goiana.

Entretanto, Pires (*Opus citatum*) afirma haver indícios de que a fronteira agrícola em Goiás

ainda não está plenamente fechada, pois a área colhida de soja ainda apresenta expansão. Para solucionar parte desse problema utiliza-se o modelo *Shift-Share* para aferir se o sistema agrícola goiano ainda está em expansão e se há substituição de culturas por outras ao longo da última década e meia.

Tabela 2
Indicadores do modelo Shift-Share para o sistema agrícola de Goiás

Posição	Cultura	MT1	MT2	Varição	Efeito-Escala	Efeito-Substituição
1	Soja (em grão)	864.343	2.223.585	1.359.241	475.566	883.675
2	Milho (em grão)	851.450	714.481	(136.969)	468.472	(605.441)
3	Arroz (em casca)	347.010	130.604	(216.405)	190.926	(407.332)
4	Feijão (em grão)	168.352	122.293	(46.059)	92.628	(138.687)
5	Cana-de-açúcar	99.494	162.086	62.592	54.742	7.849
6	Algodão herbáceo (em caroço)	44.074	114.362	70.289	24.250	(68.323)
7	Café (beneficiado)	15.556	6.948	(8.608)	8.559	(17.167)
8	Mandioca	14.695	17.749	3.054	8.085	(5.031)
9	Banana	11.642	13.179	1.537	6.405	(4.868)
10	Tomate	5.467	12.363	6.896	3.008	3.888
11	Sorgo granífero (em grão)	5.151	226.541	221.390	2.834	218.555
12	Melancia	4.886	5.823	937	2.688	(1.752)
13	Laranja	4.221	5.928	1.707	2.322	(615)
14	Alho	2.267	1.819	(448)	1.247	(1.695)
15	Trigo (em grão)	1.031	19.664	18.632	567	18.065
16	Abacaxi	886	2.083	1.198	487	710
17	Limão	803	512	(291)	442	(733)
18	Manga	591	225	(366)	325	(692)
19	Ervilha (em grão)	400	1.861	1.461	220	1.241
20	Tangerina	312	771	459	172	287
21	Batata - inglesa	282	3.246	2.964	155	2.809
22	Maracujá	237	1.225	988	130	857
23	Amendoim (em casca)	230	190	(40)	127	(167)
24	Mamão	184	161	(23)	101	(124)
25	Abacate	118	47	(71)	65	(136)
26	Goiaba	70	643	573	39	534
27	Batata - doce	50	55	5	28	(23)
28	Marmelo	38	5	(33)	21	(54)
29	Figo	9	19	10	5	5
Total		2.443.850	3.788.468	1.344.618	1.344.618	(3.788.468)

Fonte: Tabulada a partir de dados secundários da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – IBGE.

Nota: Os valores negativos estão entre parênteses ().

Como pode ser verificado na Tab. 2 o sistema agrícola em terras *goyases* apresentou uma expansão de 55,0% de sua área colhida ao longo da última década e meia, deixando claro, por conseguinte, que a fronteira agrícola do Estado ainda não está fechada. Logo, foram incorporados 1.344.618 hectares ao sistema agrícola, sendo a cultura da soja responsável por 65,7% dessa expansão, seguido pelo sorgo granífero com 16,3%, fato

esse que pode ser explicado porque essa cultura vem sendo utilizada no Estado para silagem de gado.

Já no caso da cultura do milho, da cultura do arroz e da cultura do feijão verifica-se que apresentaram quedas significativas em sua área colhida. Dessas culturas, o milho apresentou uma redução de 45% seguida pelo arroz com 30,3% e, por fim, o feijão com 10,3%. Dessa forma, a cultura da soja



vem substituindo várias culturas do sistema agrícola goiano, em particular, as culturas de arroz, milho e feijão, as quais são responsáveis pelo abastecimento do mercado interno nacional e fazem parte da cesta básica do trabalhador.

5.) Considerações conclusivas:

Como pode ser verificado, o artigo tece sua argumentação mostrando a importância que a soja tem para a economia goiana. Nesse sentido, desde os anos 80 do século passado, no bojo do processo de crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, os formuladores de política econômica vêm incentivando o incremento da exportação agrícola brasileira para reduzir a vulnerabilidade externa do país. É nesse ambiente que o Estado de Goiás vai aos poucos se tornando um dos principais produtores dessa oleaginosa em nível de Brasil.

Mas para isso acontecer é necessário que culturas de mercado interno como o arroz, feijão e milho sejam substituídos pela cultura da soja. Desse modo, o artigo mostra que na última década e meia o sistema agrícola em Goiás apresentou uma expansão de 55% incorporando, desse modo, 1.344.618 hectares em sua área colhida sendo a cultura da soja responsável por 65,7% da substituição de outras culturas, mormente, arroz, feijão e milho.

Logo, as terras *goyases*, a cada dia, estão sendo banhadas por essa oleaginosa dourada, fato esse que vem ganhando maior expressão, a partir do Plano Real, quando a soja apresentou uma tendência de forte expansão no Estado, ao passo que, as culturas de arroz, milho e feijão perderam participação na composição do PIB agrícola. No entanto, a expansão da soja não se materializou por todo o espaço agrícola de Goiás, ao contrário, se concentrou, em grande parte, na região do sudoeste goiano.

6.) Referências e bibliografia:

- ESTEVAM, Luís Antônio. Agricultura tradicional em Goiás. In: **PEREIRA**, Armantino Alves [et. al]. **Agricultura de Goiás: Análise & Dinâmica**. Goiânia: Editora da UCG, 2004, p. 25 – 48.
- HELFAND, Steven M. & **REZENDE**, Gervásio Castro de. A agricultura brasileira nos anos 1990: O impacto das reformas de políticas. In: **GASQUES**, José Garcia & **CONCEIÇÃO**, Júnia Cristina P. R. da (org.). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001, p. 247 – 301.
- IGREJA, A. C. M. *et. alli*. **A evolução da soja no Estado de Goiás e seu impacto na composição agrícola**. Instituto de Economia Agrícola, São Paulo, 1988, 20p.
- IGREJA, A.C.M.; **ROCHA**, M.B.; **BRAGA**, N.R.; **OTSUK**, I.P. & **SCHAMMASS**, E.A. Simulação da produção de soja e milho no Brasil; detecção de características regionais com o Modelo Shift-Share. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 42, Cuiabá – MT, 2004. **Anais...** (Cd Room). Cuiabá: SOBER, 2004..
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Agrícola Municipal - PAM. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?ti=1&tf=99999&e=c&p=PA&v=110&z=t&o=10>. Acesso em 10/01/2006.
- LUNAS, Divina Leonel & **ORTEGA**, Antônio César. A construção do complexo agroindustrial da soja no sudoeste goiano. In: **PEREIRA**, Sebastião Lázaro & **XAVIER**, Clésio Lourenço. **O agronegócio nas terras de Goiás**. Uberlândia: EDUFU, 2003, p. 139-173.
- PIRES, Murilo José de Souza. A Soja na dinâmica do agronegócio goiano. In: **Revista Conjuntura Econômica Goiana**. Goiânia: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, n.º6, novembro de 2005. 72p.
- PIRES, Murilo José de Souza. **Transportes e Desenvolvimento Agrícola no Centro-Oeste**. 2000, 153f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.
- ZOCKUN, M. H. G. P. **A expansão da soja no Brasil: alguns aspectos da produção**. 1978. 288f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade São Paulo. São Paulo: USP/FEA, 1978.



Transferência e Apropriação de Tecnologias Através da Unidade de Teste e Demonstração – UTD, no Cultivo do Algodão para a Agricultura Familiar no Sudoeste de Goiás, com Enfoque no Município de Rio Verde, Safra 2004/2005*

Resumo: O projeto de implantação da cultura do algodão no município de Rio Verde foi desenvolvido através do financiamento do Fundo de Incentivo à Cultura do Algodão – FIALGO e em parceria com a Embrapa Algodão – Paraíba e Fesurv. O projeto utilizou-se da metodologia da Unidade de Teste e Demonstração – UTD para demonstrar aos produtores rurais os manejos e a condução da cultura. A UTD implantada foi de 4,84 hectares. O custo total da produção ficou em R\$ 4.040,95 (quatro mil e quarenta reais e noventa e cinco centavos). O principal item na composição do custo foi a mão-de-obra com operações manuais, que totalizaram 45,28% do custo. Este resultado indica que, com este tipo de utilização de mão-de-obra, a cultura não tem viabilidade econômica para o produtor familiar. Por isso, para que haja a implantação da cotonicultura em regime de agricultura familiar no Sudoeste de Goiás, de forma sustentável, são necessárias políticas de incentivos e financiamento para o desenvolvimento da cultura, através de um modelo de associação entre os produtores familiares.

Palavras-chave: algodão; agricultura familiar; viabilidade

1 - Introdução

A partir de meados da década de 60, a agropecuária brasileira sofreu inúmeras transformações

* Trabalho desenvolvido em parceria com Embrapa Algodão – Campina Grande - PB e financiado com apoio do Fundo de Incentivo à Cultura do Algodão em Goiás – FIALGO. Os resultados parciais deste

¹ Economista, Mestre em Economia pela UFPB, pesquisadora e professora da Universidade de Rio Verde na Faculdade de Ciências Econômicas. e-mail: cinara@fesurv.br

² Economista, Mestre em Desenvolvimento Econômico – UFU e Doutoranda em Economia Aplicada pela UNICAMP, pesquisadora e professora da Universidade de Rio Verde na Faculdade de Ciências Econômicas. e-mail: lunas@fesurv.br

³ Agrônoma, pesquisadora e professora da Universidade de Rio Verde na Faculdade de Agronomia. Doutora em Fitotecnia – UFV. e-mail: june@fesurv.br

⁴ Agrônomo, pesquisador e professor da Universidade de Rio Verde na Faculdade de Ciências Econômicas.

Mestre em Economia Aplicada – UFV. e-mail: paulo.cesar@fesurv.br

⁵ Agrônomo, pesquisador e professor da Universidade de Rio Verde na Faculdade de Ciências Econômicas. Mestre em Economia Aplicada – UFV. e-mail: ricardof@fesurv.br

⁶ Administrador e pesquisador da Embrapa Algodão – Paraíba. e-mail: cartaxo@cnpa.embrapa.br

⁷ Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Rio Verde e estagiário do Projeto FIALGO/EMBRAPA/FESURV em 2005.

⁸ Acadêmico da Faculdade de Agronomia da Universidade de Rio

*Cinára Lopes de Moraes*¹

*Divina Aparecida Leonel Lunas*²

*June Faria Scherrer Neves*³

*Paulo César Dias Do Nascimento*⁴

*Ricardo Francischini*⁵

*Waltemilton Viera Cartaxo*⁶

*Leucivaldo Carneiro de Moraes*⁷

*Túlio Marco de Andrade Fernandes*⁸

decorrentes de diversas alterações na política agrícola e nos planos e programas econômicos governamentais, que produziram, até o final da década de 70, estímulos à transformação de uma agricultura tradicional para uma agricultura moderna. Neste contexto, a partir da década de 70, a agricultura brasileira passou por grandes transformações, mudando a base produtiva no campo, em decorrência da inserção do aporte de capital para a introdução de tecnologia e expansão de área (fronteiras agrícolas), cujo objetivo maior era intensificar a produção. Esse processo de modernização - fundamentado na mudança da base técnica da produção agropecuária - verificou-se, mormente em função do mercado internacional, que se mostrava extremamente favorável à incorporação do setor rural ao processo de expansão capitalista, já presente em outros setores da economia. Esse processo de modernização da agricultura brasileira gerou uma constante elevação da produção, com a ocupação de novos espaços.

O Agronegócio brasileiro é o maior responsável pelos sucessivos saldos comerciais em nosso balanço de pagamentos. É a principal causa de sustentação da política macroeconômica no país. Na safra colhida em 2003, o PIB do agronegócio ultrapassou os 31% do PIB nacional. Esses resultados existem porque, nas últimas três décadas, o Brasil investiu fortemente em pesquisa agropecuária.

O Agronegócio em Rio Verde tem se destacado, nos últimos anos, graças aos seus *clusters* de grãos, aves e suínos. A soja tem incorporado muitas áreas que antes eram cultivadas com milho, arroz, algodão e pecuária, além de outras atividades. A soja tem sido o principal produto de grandes e



pequenas empresas rurais na região. Contudo, percebeu-se uma queda na rentabilidade da atividade, ocasionada por uma redução nos preços internacionais. Os latifúndios têm conseguido manter os ganhos devido às elevadas produtividades, decorrentes do uso intensivo de tecnologias e do baixo custo médio de produção, derivado da economia de escala.

Para os agricultores familiares, que cultivam a soja em pequenas áreas, o grão deixou de ser atividade rentável, principalmente em função do módulo econômico de produção, pois esta cultura não possui um meio diferenciado de produção, que suporte a agregação de valor, no que concerne a diferenciação dos padrões de qualidade do produto. Deste modo, insere-se uma nova opção estrategicamente viável, em nível econômico e social, vinculada a diversificação de atividades produtivas para pequenos produtores: a cultura do algodão. Esta atividade apresenta inúmeras possibilidades aos produtores, entre elas a produção de fibras especiais, plumas coloridas, que apresentam melhor preço de mercado e a rotação de cultura.

A metodologia da UTD proposta incentiva esses agricultores familiares ao cultivo do algodão porque, de forma harmônica, treina e capacita os produtores, através de demonstrações práticas sobre o cultivo da atividade, com uso de tecnologias adequadas às realidades das famílias; realiza dias de campo; apresenta formas de manejo e conservação do solo e da água, com vistas ao desenvolvimento sustentável; agrega valor à produção, pelo fato de propiciar o beneficiamento e armazenamento na propriedade rural; permite solucionar um dos grandes gargalos que tem levado à ineficiência econômica os empresários rurais, pela comercialização da produção final. Neste intuito, pretende-se que agricultores familiares desenvolvam uma atividade que traga benefícios sociais, mantendo no campo membros da família e gerando empregos a terceiros; e benefícios econômicos, gerando renda para a sustentabilidade no negócio, num longo prazo, através de uma ação cooperada entre os membros familiares dos assentamentos. Buscando caracterizar a importância do sistema cooperativista para a agricultura

familiar será feita uma breve contextualização do cooperativismo.

2 – Contextualização do Cooperativismo

A natureza é um sistema integrado, onde cada partícula depende da outra para garantir a sua própria existência. Assim também é o ser humano. Foi ele que descobriu a vantagem da ajuda mútua.

Um dos princípios do cooperativismo é o da participação, do controle e da gestão democrática das organizações cooperativistas, baseada na máxima de que cada associado equivale a um voto (independente do seu nível de instrução, riqueza ou poder), e o princípio do retorno das sobras líquidas aos associados, na proporção das operações havidas.

Segundo, Tragtemberg (1987:23), uma real “participação” exige a auto - organização e auto - determinação de massas, muito difícil de se realizar na estrutura hierárquica rígida, tanto das organizações social - democráticas como bolchevistas, na medida em que se pretende fazer tudo “pelos” trabalhadores “sem” os mesmos, ou melhor, a hegemonia exercida pelos “aparelhos” partidários ou sindicais em “nome” dos produtores.

É fundamental que o cooperado se sinta co-responsável na organização cooperativa. Participar, significa “fazer parte de”, especialmente no relativo a tomada de decisões e na fiscalização sobre a execução de decisões tomadas.

A participação bem como o interesse do associado pela sua cooperativa só pode ser fruto de um trabalho educativo junto a ele e sua família. O trabalho educativo visa tornar o associado atuante em sua cooperativa, desenvolvendo uma atitude de cooperação. (RICCIARD,1990:47).

Escreveu um grande economista do século XIX, Alfred Marshall, “certas organizações apresentam uma vocação social e outras têm como objetivo a realização do comércio. Somente a cooperação tem as duas funções”.

Schneider (1978:31 a 47) explica que a cooperativa não é uma empresa como outra qualquer, mas uma empresa diferente, precisamente por

“Um dos princípios do cooperativismo é o da participação, do controle e da gestão democrática das organizações cooperativistas”



ter uma dupla dimensão: a econômica e a social. Na sua dimensão econômica visa assegurar aos associados os meios adequados de subsistência e de trabalho, segundo critérios da melhor eficiência e racionalidade possível, assegurando-lhes autonomia e segurança.

Ricciard (1990:41) afirma: “o capitalismo insiste incondicionalmente, na posição privada individual do capital como garantia para a prosperidade. O comunismo vê exatamente o contrário: o capital é do Estado, e são estatizados pelos burocratas do Estado!!!”.

Concluiu-se, então que a atitude da economia cooperativa deve ser diferente. Necessita concentrar-se no homem sócio, segundo seus princípios, e colocar o capital, a propriedade e os meios de produção a serviço dos seus associados.

A participação social é o processo mediante o qual os membros de uma sociedade (ou organização) tomam parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens desta sociedade. AMMANN (1977:03) Bordenave (1983:03) reforça que a participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática à satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a auto – expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros.

Schneider (1978: 31 a 47) justifica que a cooperativa não é uma empresa como outra qualquer, mas uma empresa diferente, precisamente por ter uma dupla dimensão: a econômica e a social. Na sua dimensão econômica visa acometer o importante objetivo de assegurar aos associados os meios adequados de subsistência e de trabalho, segundo os critérios da melhor eficiência e racionalidade possível, assegurando-lhes a autonomia e a segurança num aspecto essencial e sujeito a tantas distorções e explorações no mundo de hoje.

Antes de ser uma empresa econômica, a cooperativa é uma associação de pessoas que se organizam para alcançar objetivos que devem ser comuns a todos. Laidlam (1980:55) esclarece que o fundamento de uma cooperativa repousa sobre um grupo de pessoas com necessidades semelhantes e que decidem satisfazê-las propondo-se fazer causa comum em ação e unidade.

O desenvolvimento cria riquezas de maneira per-

manente, cumulativa e aproveita as potencialidades do conjunto: em particular, as potencialidades dos recursos humanos. Recebe financiamentos externos como também tecnologia, mas cria uma fonte de riqueza e de inovação tecnológica. (DE MASY, 1979:156)

A modernização agrícola é condição necessária mas não é suficiente para que ocorra o desenvolvimento rural. Além da modernização é preciso que os agricultores se organizem para comprar e vender melhor, e, progressivamente, aumentar a área de sua atuação passando a produzir insumos e bens de capital agrícolas e a industrializar sua própria produção.

A proposta associativista não se limita ao econômico em si. O que se pretende é proporcionar o desenvolvimento global do homem e da comunidade associada. O “global” é considerado aqui em oposição a uma versão fragmentária que pretende desenvolver o econômico, o social, o educacional, etc. Como se o homem e a comunidade fossem um conjunto de departamentos justapostos. O que se privilegia é a participação e a autonomia. A mudança econômica tem que ser orientada e planejada conscientemente pelos produtores.

Benecke (1980:120) mostra que os associados esperam da cooperação, em primeiro lugar, melhoria de sua situação econômica, quer dizer sobretudo renda maior e/ou mais segura. Este desejo não se realiza automaticamente, mas apenas sob duas condições:

- a) Efeito de racionalização: quer dizer, os custos que os associados tinham antes da cooperação em sua produção, aquisição e venda individual, são reduzidos através da cooperativa, racionalizando os processos de produção, aquisição e/ou vendas.
- b) Efeito de concorrência: quer dizer, modificam-se as condições de compra e/ou venda em favor dos associados.

Percebe-se por esta contextualização que o cooperativismo possibilita aos pequenos grupos se inserirem dentro do sistema capitalista de forma que mantenha a sua sustentabilidade e sobrevivência como atividade produtiva. A proposta desta pesquisa é que através da UTD se desenvolva dentro do assentamento a base necessária de solidariedade e trabalho em grupo para sustentar uma organização através do cooperativismo.



3 - Material e Métodos

O projeto utilizou a metodologia da Unidade Teste e Demonstração – UTD para demonstrar aos produtores rurais os manejos e a condução da cultura. A UTD implantada foi de 4,84 hectares. A data de plantio e a condução dos tratos culturais do algodão no assentamento Vaianópolis – Rio Verde seguiram regularmente as prescrições descritas pela assistência técnica, iniciando-se na segunda quinzena do mês de dezembro, mais especificamente no dia 24/12/04. Durante o desenvolvimento da pesquisa foram seguidas todas as recomendações da adubação e manejo do algodoeiro. Entende-se que a produtividade da planta é determinada por muitos fatores de produção. À medida que o produtor consegue controlar com eficiência esses fatores de produção ele pode assegurar a lucratividade de seu empreendimento e competir no mercado nacional ou internacional.

O conhecimento tecnológico é cada vez mais imprescindível para uma agricultura competitiva. Na globalização de mercados não há espaço para improvisações e perdas de colheitas ou redução de lucros por causa de falhas de controle de fatores de produção perfeitamente previstos. É possível prevenir insucessos devido a deficiências ou excessos de nutrientes pela correção dos solos usando a análise de solos como critério para recomendação de corretivos e fertilizantes e também a própria planta como objetivo de diagnóstico (Bataglia; Santos, 2001).

A correção do solo e adubação do algodoeiro deve ser feita aplicando as quantidades de fertilizantes necessárias para a obtenção das produções máximas econômicas, porém com a garantia de qualidade do produto final, a pluma ou fibra. Para que o produtor realize a adubação corretamente é necessário que haja um acompanhamento da análise da fertilidade do solo, pois é uma das melhores técnicas que detecta os fatores limitantes do crescimento e desenvolvimento de qualquer vegetal, além de servir como base para a recomendação de calagem e fertilizantes (Bernardi et al., 2004).

Sendo o algodoeiro uma cultura muito sensível à acidez do solo, a prática da calagem corrige esta acidez e fornece Ca e Mg. A recomendação é feita baseada no índice de saturação por bases que deve ser elevado para 50%, utilizando calcário que complementa o teor de Mg no solo para valores entre 0,5 a 1,0 cmolc dm⁻³ (Sousa; Lobato, 2002).

A recomendação de adubação com N, P₂O₅ e K₂O e micronutrientes para solos dos Cerrados é determinada pela análise de solo baseada no sistema de plantio convencional, conforme as tabelas desenvolvidas por Sousa; Lobato (2002) e Galvão (2002). A adubação corretiva com micronutrientes é em função das faixas de teores da análise do solo, sendo que as doses recomendadas possuem efeito residual de até 4 anos, necessitando um monitoramento pela análise de solo para micronutrientes a cada dois anos (Galvão, 1998).

É importante ressaltar que a eficiência do uso de fertilizantes e corretivos tem grande importância econômica, uma vez que estes custos podem representar entre 20 a 30% do custo total da cultura.

A colheita e a verificação dos resultados econômicos foram determinadas no período de 09 a 18 de maio de 2005.

4 - Resultados e Discussão

Os dados coletados e tabulados do assentamento Vaianópolis encontram-se na Tabela 1 e referem-se aos custos totais relativos às atividades realizadas na área de 4,84 hectares com a cultura do algodão.

Os custos de produção, durante todo o ciclo da cultura do algodão, totalizaram R\$ 4.040,95.

Os custos fixos, mencionados na Tabela 1, referem-se ao custo de oportunidade de uso da terra e participam com apenas 6,03% do custo total. O valor do alqueire na região fora estimado em R\$ 20.000,00. A taxa de juros apreciada no período corresponde a 7,85% a.a. Não consta nenhuma outra discriminação que mencione os custos fixos de produção, uma vez que a propriedade não apresentou um parque de máquinas dimensionado em conformidade a suas exigências e todas as operações mecanizadas foram realizadas com locação das mesmas.

Os custos variáveis representam cerca de 93,97% do custo total de produção da cultura do algodão. Sua composição é detalhada em função das despesas com insumos, operações agrícolas, operações manuais e outros. A participação destes itens respectivamente refere-se aos números de 33,24%, 11,62%, 45,28% e 3,83%.

Dentre o subitem insumos as maiores participações ocorreram em função da aquisição de fertilizantes e inseticidas, o que representou cerca de 18,86% e 11,88%, respectivamente, totalizando 32,70% do custo variável total. Percebe-se, portan-



to, uma clara demonstração da alta concentração da estrutura de mercado, representada aqui pela cadeia de suprimento de insumos, com graves conseqüências na redução da viabilidade de atividades agrícolas, principalmente para os pequenos produtores.

O subitem operações agrícolas apresentou uma participação de 11,62%. Os custos de horas máquinas foram calculados conforme metodologia específica, levando-se em conta o cálculo da depreciação, do consumo médio de combustível e das despesas médias com reparos e manutenção.

Tabela 1
Custo de produção da cultura de algodão por hectare do Assentamento Vaianópolis – 2005.

Componentes	Unid.	Qtde.	Preço Unit. R\$	Valor R\$	US\$*	Part. (%)
A – Custos fixos				243,75	89,29	6,03
Remuneração da terra	R\$/ha		3.125,00	243,75	89,29	6,03
B – Custo variável				3.797,20	1.390,92	93,97
<i>B.1. Insumos</i>				<i>1.343,17</i>	<i>492,00</i>	<i>33,24</i>
Calcário	kg	1.479,17	0,06	88,75	32,51	2,20
Semente de algodão (COODETEC 406)	kg	16,76	3,10	51,96	19,03	1,29
Fungicida 1 (FURADAN)	l	0,21	85,00	17,71	6,49	0,44
Fungicida 2 (VITAVAX THIRAN)	l	0,21	60,00	12,50	4,58	0,31
Fertilizante - Micronutriente	l					
Boro		15,63	5,36	83,75	30,68	2,07
Sulfato de zinco		13,13	2,80	36,75	13,46	0,91
Fertilizante - Macronutriente	kg					
Sulfato de amônio	kg	187,50	2,59	485,63	177,88	12,02
Cloreto de potássio	kg	177,08	0,88	155,83	57,08	3,86
Herbicida dessecante 1 (ROUND UP)	l	3,13	13,00	40,63	14,88	1,01
Regulador de crescimento (PIX)	l	0,42	120,00	50,00	18,32	1,24
Inseticidas 1 (THIODAN)	l	7,92	32,80	259,67	95,12	6,43
Inseticidas 2 (MATCH CE)	l	1,04	44,50	46,35	16,98	1,15
Inseticidas 3 (PERMETRINA 384 CE)	l	0,21	65,00	13,65	5,00	0,34
<i>B.2. Operações agrícolas</i>				<i>469,52</i>	<i>171,99</i>	<i>11,62</i>
Distribuição de calcário	hm	1,88	25,00	47,00	17,22	1,16
Semeadura/adubação	hm	1,04	25,00	26,00	9,52	0,64
Aplicação de herbicida (dessecação)	hm					
Trator 1 - Valmet 880	hm	0,42	25,00	10,50	3,85	0,26
Trator 2 - CBT 1090	hm	0,42	22,00	9,24	3,38	0,23
Preparo do solo						
Trator 1 - Valmet 880	hm	2,92	25,00	73,00	26,74	1,81
Trator 2 - CBT 1090	hm	1,88	22,00	41,36	15,15	1,02
Diesel	l	83,21	1,83	152,28	55,78	3,77
Aplicação de inseticidas	hm	4,17	22,00	91,74	33,60	2,27
Aplicação (PIX)	hm	0,84	22,00	18,41	6,74	0,46
Colheita mecânica	hm					
<i>B.3. Operações manuais</i>				<i>1.829,82</i>	<i>670,26</i>	<i>45,28</i>
Capina 1	dh	13,54	30,77	416,63	152,61	10,31
Capina 2	dh	6,88	30,30	208,46	76,36	5,16
Colheita	dh	39,76	30,30	1.204,73	441,29	29,81
<i>B.4. Outros</i>				<i>154,69</i>	<i>56,66</i>	<i>3,83</i>
Fretes						
Calcáreo				110,32	40,41	2,73
Cloreto de potássio e sulfato de amônio				28,13	10,30	0,70
Diversos						
Balança para pesagens	unid.	0,21	15,00	3,12	1,14	0,08
Discos para plantio	unid.	1,46	9,00	13,12	4,81	0,32
Transporte externo						
Custo Total (A + B)				4.040,95	1.480,20	100,00

Fonte: dados da pesquisa.

* US\$ - média de três meses (jan., fev. e março de 2005).



O subitem operações manuais apresentou uma participação representativa em termos de custos de 45,28%. Explica-se este alto percentual em função da terceirização de mão-de-obra pela ausência da mesma na propriedade. O assentamento pesquisado não caracteriza o perfil de agricultura familiar justificado pelo alto índice de segregação da família, pela busca de melhores condições de vida nas cidades circunvizinhas.

No último subitem visualiza-se uma participação de 3,83% no custo total. Nota-se uma participação expressiva em função da variável frete (3,43%). Isso se deu pelo fato da indisponibilidade dos insumos na região de Rio Verde (período de pique de safra) e que foram comprados no município de Indiara, a 120 km do município de Rio Verde.

Finalmente, quando se comparam os custos de produção acima descritos com os custos de produção da EMBRAPA¹⁰ para o pequeno produtor e áreas de assentamento rural, verifica-se uma

grande disparidade, uma vez que a tecnologia adotada pelo produtor da área de Rio Verde é muito maior, principalmente no que se diz respeito à utilização de insumos modernos de produção.

No tocante aos indicadores de viabilidade, detalhados em função da venda do produto realizada no período, pode-se afirmar notoriamente que apresentaram-se inviáveis economicamente. Um período de veranico, que se estendeu por um mês no período de janeiro representou quebras significativas na produção, gerando uma produtividade muito abaixo dos níveis esperados.

A produção total foi de 392 arrobas algodão em caroço que equivalem a 154 arrobas algodão em pluma, pós-beneficiamento. O preço de venda (algodão em pluma) foi de R\$ 31,00 por arroba. Nota-se conforme tabela 2, que seriam necessários 630,91 arrobas para que os custos totais de produção fossem cobertos em função da receita realizada na atividade.

Tabela 2
Medidas de resultado econômico para a cultura de algodão.

Ponto de nivelamento (em arrobas)	Capacidade produtiva (%)	Área (hectare)	MBT ¹¹ (R\$/ha)	MLT ¹² (R\$/ha)	Taxa Retorno (% ao mês)
630,91	409,68	19,82	- 2.810,83	- 3.054,6	- 51,61

Fonte: dados da pesquisa

A taxa de retorno da atividade se mostrou muito inconsistente para a sustentabilidade do negócio, em função de ter-se demonstrado negativa 51,61% ao mês.

4 - Considerações Finais

Em função dos indicadores de análise de renda da atividade, pode-se declarar a inviabilidade produtiva da cultura do algodão para pequenos produtores rurais, com a adoção de parâmetros medianos de tecnologia adotada.

Os dados da pesquisa indicam que os elevados custos com mão-de-obra, principalmente na colheita do produto, inviabilizam a produção de algodão com a estrutura familiar

disponível no Sudoeste de Goiás. O número reduzido de filhos e mesmo a sua ausência fazem com que o produtor familiar tenha que manter suas atividades com o auxílio de mão-de-obra assalariada. Isto acontece em todas atividades produtivas ou culturas desenvolvidas nos assentamentos.

Contudo, mesmo com esse diferencial de mão-de-obra assalariada entende-se que a cotonicultura para agricultura familiar deve ser incentivada através de um modelo de associação cujos responsáveis pela condução da lavoura sejam os grupos familiares. Este grupo familiar pode, através da cooperação, reduzir custos e viabilizar a atividade dentro das propriedades, diversificando a renda e garantindo a permanência na terra. Por isso recomendam-se políticas de incentivos financeiros e técnicos para a expansão da cotonicultura em Goiás, em propriedades familiares.

⁹ Comunicado Técnico 78. ISSN 1679-0472.

¹⁰ Margem Bruta Total

¹¹ Margem Líquida Total



5 - Referências

- AMMANN, S.B. **Participação Social**. São Paulo, Editora Cortez e Moraes, 1977.
- BATAGLIA, Ondino Cleante; SANTOS, Wagner Rodrigues dos. **Estado nutricional de plantas perenes: avaliação e monitoramento**. Potafós, Campinas, dezembro, 2001. 03-08. (Potafós, Informações Agronômicas 96).
- BENECKE, D.W. **Cooperação e Desenvolvimento; o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do terceiro mundo**. Porto Alegre, Coojornal; Recife, Assocene, 1980.
- BERNARDI, Alberto C. de Campos; CARVALHO, Maria da Conceição Santana; FREITAS, Pedro Luiz de; JUAREZ Júnior, Patrício de Oliveira; LEANDRO, Wilson Mozena; SILVA, Thiago Mesquita da. **No sistema plantio direto é possível antecipar a adubação do algodoeiro**. Embrapa, Rio de Janeiro, dezembro, 2004. 7p. (Comunicado técnico, 24).
- BORDENAVE, J. e D. **O que é participação**. Editora Brasiliense, 1983.
- DE MASY, C. **Moderna administração de empresas cooperativas agrárias**. Porto Alegre, Fundação para Desenvolvimento de Recursos Humanos, 1979.
- FIALGO/FESURV. Estudo de viabilidade econômica da cultura do algodão em propriedades familiares no sudoeste de Goiás. Rio Verde, 2004.
- GALRÃO, E.Z. Micronutrientes. In: Simpósio sobre fertilidade do solo em plantio direto, Dourados, 1997. **Anais...** Dourados: Embrapa CPAO, 1998. p. 76-80. (Embrapa CPAO. Documentos, 22).
- GALRÃO, E. Z. Micronutrientes. In: Sousa, D. M.G. de; Lobato, E. **Cerrado: correção do solo e adubação**. Planaltina: Embrapa Cerrados. 2002. p 185-226.
- LAIDLAW, A. F. **As cooperativas no ano 2000. – Relatório da Aliança Cooperativa Internacional – ACI, apresentado no XXVII Congresso de Moscou 1980**. Tradutor: Valdir Carlos Sarapu. Ed., o lutador – MG Coleção Ato Cooperativo no.1.
- SOUSA, Djalma Martinhão Gomes de; LOBATO, Edson. Calagem e adubação para culturas anuais e semiperenes. In: SOUSA, D. M.G. de; LOBATO, E. **Cerrado: correção do solo e adubação**. PI
- RICCIARD, L. **Uma solução para os problemas atuais**. Composto e impresso no setor de artes gráficas da OCB, 1990.
- SCHEIDER, J. O. **A comunicação nas cooperativas**. In perspectiva Econômica, v.8, n.17, São Leopoldo. Unisinos, 1978.
- TRAGTEMBERG, M. **Uma prática de participação**. In Fernando C. Prestes Motta & Roberto Venosa. **Participação e participação**. São Paulo, Babel Cultural, 1987.



O Mercado Sucroalcooleiro Goiano Pós-desregulamentação na Década de 1990

Resumo: Este artigo analisa em que medida a reestruturação produtiva que a agroindústria canavieira brasileira enfrentou nos anos 90 contribuíram para o processo de abandono da herança colonial que determinou um novo padrão de crescimento extensivo e baseado na acumulação patrimonialista, característica essa que permaneceu mesmo após as grandes transformações ocorridas no setor, que tornaram o Brasil o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, observando principalmente o mercado goiano.

Palavras-chave: desregulamentação, mercado sucroalcooleiro.

A atividade canavieira e seu processamento industrial ocupam economicamente o estado de Goiás desde o final do século XIX, introduzida por migrantes paulistas, graças às condições climáticas importantes para o êxito do cultivo da cana-de-açúcar. Nesta época existiam em Goiás apenas duas indústrias açucareiras, localizadas nos municípios de Santa Helena e Barro Alto.

Para BORGES (1998), em Goiás o plantio da cana-de-açúcar apresentou um rendimento médio de produtividade significativo e favorável ao plantio, estimulando várias atividades econômicas, as quais correspondem à fabricação de subprodutos.

O maior dinamismo da produção de cana-de-açúcar em Goiás origina-se de fatores intrínsecos à região, como melhores condições físicas, ou seja, solos férteis e clima propício, além do ambiente econômico estimulador de mudanças tecnológicas, com maiores esforços de pesquisa. Todo este aparato se traduz na adaptação e introdução de novas variedades de cana mais produtivas e de menores custos agrícolas. A maior lucratividade do setor sucroalcooleiro goiano, por sua vez, encoraja mais investimentos em busca de maior eficiên-

* Economista, especialista em finanças, docente Faculdades ALFA. E-mail: karine@halexistar.com.br



*Karine Cristiane Ferreira**

cia, o que leva ao crescimento.

A cana é cultivada em várias regiões do território goiano e se desenvolveu inicialmente com a expansão da área cultivada e, posteriormente, com a elevação da produtividade. Nota-se que no estado de Goiás houve um crescimento tanto da área plantada como da produção e produtividade, saltando, em 1932, de 9.300 ha para 455.800 t de cana e uma produtividade de 49.011 kg/ha para 197.837 ha para 15.752.868 t de cana produzida e 79.685 kg/ha, em 2005. Um aumento de 2.127,28 %, 3.456,09 % e 162,59%, respectivamente (ÚNICA, 2005). Goiás, dado o seu desempenho no mercado nacional, se consolidou como um dos estados mais importantes na produção de cana-de-açúcar, ocupando em 2005, a sexta posição no ranking nacional, ficando atrás de São Paulo que acumulou 229 milhões de toneladas de cana colhida em 2004, Paraná, Pernambuco, Minas Gerais e Alagoas.

O processo de desregulamentação e suas influências

O desempenho da agroindústria canavieira goiana tem sido fundamentalmente afetado pelos comportamentos do açúcar e do álcool. Entre meados da década de 70, a área ocupada pela lavoura canavieira cresceu, em boa medida, como resposta às solicitações do mercado. A expansão da lavoura canavieira nas safras posteriores foi consequência da política de diversificação do setor, com a intensificação da produção alcooleira, durante o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) em 1975. Este programa fomentou o destino da cana para produção de combustível, tendo efeito positivo no aumento da competitividade do sistema como um todo. Neste período, a escala de produção de cana e a necessidade de intensificar o processo de moagem cresceram, assim como cresceram



também os ganhos com produtividade. A década de 1980 marcou a produção de cana, devido justamente ao êxito do carro a álcool, estimulado pelo PROÁLCOOL. Na primeira metade dos anos 90 verificou-se uma considerável redução no ímpeto do PROÁLCOOL, concomitante a uma fase de recuperação dos preços internacionais do açúcar, sendo insuficiente para arrefecer a crise açucareira mundial. Iniciaram-se, então, as exportações de açúcar pelo setor privado.

A longa intervenção estatal na economia brasileira canavieira, desde a colonização, foi marcada por políticas paternalistas e protecionistas do IAA (Instituto do Açúcar e Álcool), através de subsídios, perdão de dívidas, incentivo da produção, dentre outros, com vantagens que nenhuma outra atividade econômica recebia. Essa intervenção tem sua decadência a partir do final da década de 1980, quando se inicia a desregulamentação do setor sucroalcooleiro envolvendo o desmonte do IAA, com a diminuição do suporte governamental às usinas e destilarias. A década de 90 caracterizou-se, portanto, pela mudança de um padrão de intervenção governamental direta para outro, no qual os interesses do setor têm como principal arena de defesa o Congresso Nacional e não mais um órgão específico como o IAA. Sendo assim, o principal lócus de pressão do setor passou a ser o Congresso Nacional, o que incentivou a criação de lobbies e a defesa de interesses regionais sobre os do conjunto do setor (IAMAMOTO, 2001).

A desregulamentação sofrida pelo setor sucroalcooleiro na década de 1990 fez com que, em 1997, uma Portaria Interministerial¹ determinasse que o governo deixaria de definir o preço para o açúcar e o álcool anidro e, em 1999, liberasse os preços da cana-de-açúcar e do álcool hidratado. O preço da cana, a partir de então, passou a ser determinado pelo teor de sacarose e pureza da cana fornecida (ATR), o que depende diretamente da qualidade da matéria-prima oferecida, tornando precárias as relações entre fornecedores e usineiros (BELIK, 1998).

Nas negociações que envolvem os preços da

cana e as condições de entrega, quem possui maior poder de barganha são as usinas e as destilarias frente aos fornecedores, pois constitui o único caminho para o processamento da cana. Poder este que tem se intensificado a cada dia com a limitação do número de usineiros em decorrência dos processos de fusão e da relativa retração dos subsídios estatais, impulsionando um novo movimento de concentração e centralização de capitais no setor sucroalcooleiro. A tendência é o aumento da seletividade direcionada aos maiores grupos econômicos que atuam no setor.

Goiás observou na década de 1990 uma significativa modernização tecnológica, envolvendo tanto as unidades processadoras, quanto o campo, refletindo diretamente no aumento da produtividade da terra e do trabalho. Passaram então a ser implementadas inovações gerenciais, pois empresas que eram tipicamente familiares, foram substituídas por técnicos contratados, e incorporações na esfera produtiva, progressos no campo da mecânica, da microeletrônica e da biotecnologia, mostraram-se cada vez mais presentes no setor. No entanto, como afirmam VERAS & SENA (1998, p. 96), “no que diz respeito ao rendimento da terra pouco se avançou, em decorrência, sobretudo do baixo investimento em pesquisas tecnológicas”.

Essa desregulamentação do setor sucroalcooleiro exigiu das usinas e destilarias goianas, a adoção de diferentes estratégias que visassem à competitividade entre as empresas através da diferenciação do produto e otimização nos sistemas logísticos como, por exemplo, com a certificação social, ou o investimento em projetos sociais e ambientais; oferta crescente de produtos de melhor qualidade; adoção de programas de qualidade total, certificação ISO 9000 e terceirização de atividades.

No entanto, o processo de terceirização das atividades adotado pelas usinas e destilarias goianas, trouxe a redução dos direitos trabalhistas, mantendo-se a desregulamentação das relações de trabalho, bem como a restrição dos benefícios a grupos seletos das empresas ocorrendo, a partir daí, um crescimento no nível de desemprego e a precarização do trabalho. Esse aumento da oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho faz

¹ Portaria Interministerial nº 06, de 09/05/1997.



crescer a desvalorização da força de trabalho, reduzindo os pisos salariais.

Apesar dessa desvalorização da mão-de-obra no mercado goiano, existem autores como VERAS & SENA (1998), que acreditam que a modernização das unidades produtoras trouxe inovações na organização do trabalho, introduzindo um maior controle da qualidade do corte de cana, permitindo aumentar a produtividade da mão-de-obra na colheita, bem como a adoção de procedimentos como: seleção e recrutamento mais rigorosos e com posterior monitoramento; treinamento para todos os envolvidos na produção, objetivando a conscientização de todos envolvidos na qualidade do corte; fornecimento de complemento alimentar para o cortador de cana; fornecimento, controle e uso obrigatório de equipamento de proteção individual – EPI; e, incentivo semanal de pagamento baseado na produtividade e frequência no trabalho. Essas estratégias passaram a ser utilizadas pela maioria das usinas e destilarias goianas.

A modernização das unidades processadoras reduziu drasticamente o número de trabalhadores. O usineiro passou a utilizar-se de processos modernos de produção, incorporando tecnologias de bases biológicas, químicas e mecânicas, e de um padrão de organização do processo de trabalho assentado em padrões tayloristas e fordistas.

A partir da década de 1990, observa-se nas usinas goianas, a flexibilização mais expressiva no emprego da mão-de-obra, utilizando-se de contratos de curto prazo firmados por safra, em média por um período de seis meses. Ocorre ainda, a subcontratação de mão-de-obra por terceiros, com restrição de direitos atinentes à esfera da seguridade social e do trabalho, ou, quando existem, são marcados pela inobservância das regulamentações legais, fazendo prevalecer o poder do usineiro (Ministério do Trabalho, 2006).

Conclusão

Analisou-se neste artigo a trajetória de desenvolvimento do Complexo Canavieiro Goiano, destacando as mudanças sofridas após o processo de desregulamentação dos anos 90 e as perspectivas colocadas para os períodos posteriores. Como visto, a fase pós-desregulamentação explicitou a enorme diferenciação entre os produtores goianos e as diferentes estratégias competitivas adotadas e tornaram-se cada vez mais distantes os antigos consensos quanto à necessidade de estabelecimento de políticas públicas.

Referências

- ALVES, M. R. P. A. **A Liga do Açúcar: Integração da cadeia produtiva do açúcar à rede de suprimento da indústria alimentícia.** (Tese de Doutorado). Escola Politécnica, Departamento de Engenharia de Produção, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. 298 p.
- BELIK, W. et alli. **Mudanças Institucionais e Seus Impactos Nas Estratégias dos Capitais do Complexo Agroindustrial Canavieiro no Centro-Sul do Brasil.** Publicado nos *Anais do XXXVI Encontro Nacional da Sober - Poços de Caldas* em Agosto de 1998.
- BORGES, Pedro Célio Alves. **Ruralismo, síndrome de periferia e Estado – mitos políticos e identidade regional em Goiás.** Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília: 1998.
- CARON, D. **Novas Tecnologias para a Indústria Sucroalcooleira.** PREÇOS AGRÍCOLAS, novembro, p.13-16. 1996.
- IAMAMOTO, M. V. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista.** São Paulo: Cortez, 2001.
- VERAS, E. C; SENA, D.J. **A dinâmica da agroindústria sucroalcooleira de Alagoas:** Relatório de Pesquisa. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 1998.



C onsórcios Públicos – O Poder de Diálogo das Prefeituras Junto aos Governos Estadual e Federal

Resumo: A formação de consórcios entre entes públicos (municípios, estados e União) para gestão de atividades específicas e consecução de objetivos de interesse comum constitui-se em alternativa válida e importante para melhorar a eficiência da prestação de serviços públicos. Agora, com nova legislação, será permitido que os estados, os municípios e a União, associados, empreendam obras nas áreas de planejamento, saneamento básico, infraestrutura, saúde e educação. Tudo que possa beneficiar mais de um município, mais de um ente federativo, poderá ser realizado por meio de consórcio público. A intenção é criar um fórum permanente de discussão dos assuntos de interesse regional, com o governo estadual participando como estimulador, buscando diagnosticar os problemas e instituindo regras claras para a formação de consórcios públicos no Estado de Goiás.

Palavras-chave: consórcios públicos, intermunicipal, desenvolvimento regional, desigualdades regionais, interesse comum, qualidade de serviços públicos.

1 - Introdução

A Constituição Federal de 1988 agregou complexidade ao desenho federativo brasileiro, reconhecendo o município como ente federado. Esse processo foi acompanhado por intensa descentralização de políticas públicas, pelo fortalecimento do poder local e por mecanismos pouco coordenados de relação vertical e horizontal entre os entes federativos. Ao mesmo tempo, a ausência de políticas de desenvolvimento regional acentuou as desigualdades locais e regionais observadas historicamente no país.

Diferentes experiências de consorciamento foram levadas a cabo por municípios no país e ainda hoje esse é um instrumento de larga utilização.

O governo federal começou a discutir a lei dos consórcios em agosto de 2003 com o objetivo de regulamentar o artigo 241 da Constituição e dar mais segurança jurídica e administrativa às

* Assessora Técnica da Gerência Executiva de Projetos Estratégicos da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento-SEPLAN, Arquiteta e Urbanista e Especialista em Planejamento Urbano e Ambiental pela Universidade Católica de Goiás. e-mail: raquel@seplan.go.gov.br



*Maria Raquel Machado de Aguiar Jardim de Amorim**

parcerias entre os entes consorciados. O grupo de trabalho foi coordenado pela Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais/PR e representantes dos ministérios da Casa Civil, Integração Nacional, Cidades, Saúde e da Fazenda.

O projeto foi discutido também com governadores, prefeitos e gestores de consórcios em operação e entidades representativas das prefeituras do País. Foram incorporadas contribuições dos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional e de experiências utilizadas em outros países. Durante a discussão no Congresso, o governo aceitou unir sua proposta ao Projeto de Lei 1071, de 1999, do deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), que já estava no Senado. Essa composição foi um avanço político e acelerou a apreciação da matéria, sendo possível afirmar que o texto final representou um grande consenso.

O projeto de lei de regulamentação foi encaminhado ao Congresso Nacional em 30 de junho de 2004 e aprovado em março de 2005. Em 06 de abril, a lei foi sancionada pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Tal ambiente normativo favorável procura afastar algumas das dificuldades que a legislação federal impõe no estabelecimento de obrigações entre entes da Federação, uma vez que, no sistema federal brasileiro, cabe à União fixar as normas gerais de todos os contratos celebrados por entes da Federação que integram a administração pública. A sanção da nova lei não ficou livre de polêmicas.

O grande consenso em torno do seu mérito, no entanto, faz com que seja grande a expectativa de que a regulamentação dos consórcios públicos possibilite a constituição de instrumentos de cooperação federativa, adequados a diferentes escalas territoriais e a múltiplos objetivos, assim como seja superada a insegurança jurídica dos arranjos de cooperação que os entes públicos hoje utilizam.

O efetivo uso dos *consórcios públicos* e da *gestão*



associada de serviços pode ser instrumento poderoso para o enfrentamento da nova agenda federativa, em especial a agenda das cidades e do desenvolvimento regional.

2. Consórcios Públicos – conceito

Os consórcios públicos são parcerias formadas por dois ou mais entes da federação, para a *realização de objetivos de interesse comum*, em qualquer área. Os consórcios podem discutir formas de promover o desenvolvimento regional, gerir o tratamento de lixo, saneamento básico da região, saúde, abastecimento e alimentação ou ainda execução de projetos urbanos. Eles têm origem nas associações dos municípios, que já eram previstas na Constituição de 1937. Hoje, centenas de consórcios já funcionam no País. Só na área de saúde, 1969 municípios fazem ações por meio destas associações. Porém, faltava a regulamentação da legislação dos consórcios para garantir regras claras e segurança jurídica para aqueles que já estão em funcionamento e estimular a formação de novas parcerias. É esta a inovação da lei atual. Ela busca, sobretudo, *estimular a qualidade dos serviços públicos prestados à população*.

3. Objetivos

Um dos objetivos dos consórcios públicos é viabilizar a gestão pública nos espaços metropolitanos, em que a *solução de problemas comuns só pode se dar por meio de políticas e ações conjuntas*. O consórcio também permite que pequenos municípios ajam em parceria e, com o ganho de escala, melhorem a capacidade técnica, gerencial e financeira. Também é possível fazer alianças em regiões de interesse comum, como bacias hidrográficas ou pólos regionais de desenvolvimento, melhorando a prestação de serviços públicos.

4. Possibilidades

Há amplas possibilidades de atuação conjunta de municípios através de consórcios. Desde pequenas ações pontuais a programas de longo prazo e intensa influência sobre o destino dos municípios, os consórcios podem se constituir com menor ou maior pretensão de durabili-

dade e impacto. Também podem assumir os mais variados objetos de trabalho, como alguns apresentados a seguir:

a) Serviços públicos: Os municípios podem oferecer serviços públicos em parceria com municípios vizinhos. Com isso, é possível amortizar os custos fixos e os investimentos sobre uma base maior de usuários, reduzindo o custo unitário da produção e distribuição dos serviços.

b) Saúde: Este é o campo mais propício para a criação de consórcios para prestação de serviços públicos. A operação conjunta da rede pública de serviços de saúde tem sido o motivo da criação de vários consórcios municipais nos últimos anos. Isso por que é um tipo de serviço que exige grandes investimentos e que naturalmente é hierarquizado em rede por demanda: um município de pequena população não terá condições (nem fará sentido que o faça) para oferecer todo o leque de serviços possíveis e necessários. Com isso, muitos municípios passam a depender de serviços oferecidos fora, cuja operação está totalmente além de seu controle; outros implantam equipamentos e serviços superdimensionados, cujo investimento necessário ou o custeio da operação são muito elevados para o potencial econômico do município (muitas vezes esta opção implica o sucateamento em médio prazo desses mesmos investimentos).

c) Obras públicas: Muitas vezes as obras públicas podem ser do interesse de mais de um município. É o caso de obras em áreas de divisa (especialmente em áreas conurbadas), canalização de cursos d'água e obras viárias que garantam o acesso a vários municípios. Pode ser interessante compartilhar recursos para diversas obras a cargo de cada município: rodízio de máquinas próprias, aquisição ou locação de máquinas para uso comum, contratação de projetos arquitetônicos padronizados ou mutirões de manutenção de estradas vicinais. Este é um item em que os consórcios intermunicipais revelam um desempenho muito bom, por conta do próprio caráter circunstancial: são ações com objetivos e etapas perfeitamente definidos, facilitando o estabelecimento de responsabilidades de cada parceiro.

d) Atividades-meio: Outra forma de tirar mais proveito dos recursos por intermédio de consórcios é a realização de atividades-meio das prefeituras. É o caso da informática, que dá



espaço para o uso comum de equipamentos (em caso de aplicações que requeiram maior capacidade de processamento, o que pode ocorrer para municípios de maior porte) e para o desenvolvimento de sistemas informatizados que possam atender a mais de um município, como, por exemplo, programas para gestão das redes de educação e saúde. Também é possível estabelecer consórcios para realizar atividades de treinamento e capacitação de funcionários públicos municipais, permitindo criar programas permanentes de capacitação de pessoal de menor custo por servidor beneficiado.

e) Meio Ambiente: Muitos consórcios têm surgido a partir de projetos de recuperação ou preservação do meio ambiente, sobretudo em busca de soluções para problemas em torno do manejo de recursos hídricos de uma bacia hidrográfica, como no caso do Comitê da Bacia do Rio Meia Ponte. Esses consórcios podem ir além das questões hídricas num sentido estrito e assumir um papel de interlocutores frente aos governos estadual e federal em questões ambientais mais amplas como saneamento básico, lixo e enchentes.

f) Desenvolvimento econômico regional: Há uma grande possibilidade de atuação dos consórcios no campo da promoção do desenvolvimento regional. Podem assumir funções de incentivo a atividades econômicas (atração de investimentos, apoio à produção agrícola) e funcionar como agentes de controle e prevenção da “guerra fiscal” entre municípios. No campo do turismo as ações de consórcios têm sido pouco utilizadas, apesar da boa possibilidade de emprego desse instrumento para divulgar o potencial turístico regional e também preparar os municípios para sua exploração racional, empreender programas de capacitação e reciclagem profissional da mão-de-obra local nesse setor.

5. Como funcionam

Os consórcios podem ser firmados entre todas as esferas de governo (municípios-municípios, municípios-estados, estados-União, municípios-estado-União). Entretanto, a União somente participará de Consórcios Públicos em que também façam parte todos os estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados. Além disso, algumas informações se

fazem necessárias:

- Consórcios não podem contratar operações de crédito. Devem receber dinheiro apenas dos entes consorciados.
- O dinheiro pode ser captado com cobrança de tarifa pela prestação de serviços (saneamento, por exemplo); pelo uso ou outorga de uso de bens públicos administrados pelos consórcios; por rateio entre os consorciados; ou convênios com estados e a União.
- É permitido ao consórcio fazer concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos.
- Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.
- A alocação de recursos nos consórcios por meio de empréstimos obtidos pelos entes da federação deve respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal e os limites de endividamento.
- O consórcio está sujeito à fiscalização do Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio.
- A Lei dos Consórcios, Nº. 11.107, de 06/04/2005, regulamenta o artigo 241 da Constituição, incluído pela Emenda Constitucional 19/98.
- A alteração ou extinção do consórcio público precisa ser aprovada pela assembléia geral de associados. Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão de responsabilidade dos entes federados que forem os titulares dos respectivos serviços.
- Os consórcios podem ser entidades de direito público ou privado. Se forem de direito público, integram a administração indireta de todos os entes consorciados. Se forem de direito privado, deverá



seguir as normas do direito público para licitação, celebração de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

6. Resultados

Do ponto de vista da ação dos governos municipais envolvidos, a criação de consórcios públicos pode produzir resultados positivos de cinco tipos:

a) Aumento da capacidade de realização: os governos municipais podem ampliar o atendimento aos cidadãos e o alcance das políticas públicas por conta da disponibilidade maior de recursos e do apoio dos demais municípios.

b) Maior eficiência do uso dos recursos públicos: é o caso dos consórcios cuja função central é o compartilhamento de recursos escassos, de máquinas de terraplanagem a unidades de saúde ou unidades de disposição final de resíduos sólidos. O volume de recursos aplicados como investimento no consórcio e o custeio de sua utilização são menores do que a soma dos recursos que seriam necessários a cada um dos municípios para produzir os mesmos resultados.

c) Realização de ações inacessíveis a uma única prefeitura: a articulação de esforços em um consórcio pode criar condições para que seja possível atingir resultados que não seriam possíveis a nenhuma prefeitura isoladamente, ou mesmo à soma dos esforços individuais de cada uma delas. É o caso da aquisição de equipamentos de alto custo, o desenho de políticas públicas de âmbito regional (como no caso das políticas de desenvolvimento econômico local).

d) Aumento do poder de diálogo, pressão e negociação dos municípios: a articulação de um consórcio pode criar melhores condições de negociação dos municípios junto aos governos estadual e federal, ou junto a entidades da sociedade, empresas ou agências estatais. Com isso, vê-se fortalecida a autonomia municipal.

e) Aumento da transparência das decisões públicas: como as decisões tomadas pelos consórcios são de âmbito regional e envolvem vários atores, naturalmente elas se tornam mais visíveis, pois exigem um processo de discussão mais aprofundado em cada município e em termos regionais. Com isso, abre-se espaço para uma maior fiscalização da sociedade sobre a ação dos governos.

7. Participação do Estado

O governo estadual prestará, quando solicitado, apoio consistente em cooperação técnico-profissional com vistas a orientar a organização de Consórcios, sua implantação e a análise de condições adequadas para a avaliação de investimentos em funções, áreas e setores a serem determinados, em conjunto com as municipalidades. O Estado poderá celebrar convênios de Consórcios Públicos a serem instituídos legalmente, visando participar de esforço conjunto de interesse comum, ou para cumprir execução descentralizada de função, serviço, obra ou evento de sua competência. Deverão ser observadas as disposições regulamentares a serem baixadas posteriormente pelo Poder Executivo, mediante legislação competente, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº. 11.107, de abril de 2005, que rege os Consórcios Públicos.

A experiência atual de Consórcios em Goiás

O Consórcio Intermunicipal de Obras - CIMOS é uma forma inovadora que o governo estadual encontrou para apoiar as prefeituras goianas, efetivamente, para a execução de obras rodoviárias e/ou de outra natureza. Hoje, o consórcio tem o seguinte funcionamento: as prefeituras de determinada região se unem e formam um consórcio – uma empresa paraestatal – que recebe máquinas (patrolas, retroscavadeiras, caminhões, automóveis e outras), pessoal e ferramentas da Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas – AGETOP, para a execução de obras. O equipamento é cedido às prefeituras por períodos determinados, podendo ser utilizado tanto na conservação e manutenção das estradas vicinais e urbanas, como também em outros programas de obras, previamente definidos pelo município. Por exemplo, se a prefeitura desenvolve com os produtores rurais um programa de formação de tanques para criação de peixes, os equipamentos poderão ser empregados nessas obras.



Quadro 1
Consórcios Intermunicipais de Obras – CIMOS – Estado de Goiás - 2006

Quantidade de consórcios		Municípios	Programas	Tipos de serviços	Malha municipal atendida	Investimento		
constituídos	em operação					Estado	Prefeituras	Consórcios
26	18	Mais de 200	Nova Via	Patrolamento e encascalhamento de estradas municipais não-asfaltadas.	40 mil km	R\$ 60 milhões (estrutura - instalações físicas, bens e imóveis e ainda 841 equipamentos)	Custos com óleo diesel, alojamento e alimentação dos trabalhadores.	Pessoal.
Outros programas a serem definidos pelas prefeituras, com possibilidades de execução através do CIMOS.			Nova Cidade	Execução de serviços urbanos	O Cimos é, na verdade, um amplo programa de parceria do Estado com os Executivos municipais no tocante a execução de serviços. Essa parceria já é contemplada em programas realizados pela Agetop, mas, com a formação dos consórcios o trabalho ganha maior efetividade. As prefeituras têm, inclusive, condições de acesso a recursos orçamentários do Estado e da União para suas obras. Os consórcios intermunicipais vão facilitar para as prefeituras a possibilidade de buscar financiamento com organismos internacionais, como o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).			
			Mais Trabalho	Implantação de obras e serviços de apoio ao desenvolvimento econômico, como pesquisas e incentivo à instalação de novas indústrias.				
			Campos Novos	Execução de obras e serviços em propriedades rurais				
			Obra Nova	Implantação de obras e serviços públicos, como saneamento e telefonia.				
			Novo Servidor	Promoção de cursos de treinamento e capacitação para servidores públicos municipais.				

Fonte: Assessoria de Imprensa da AGETOP, maio / 2006.

Os equipamentos, num total de 841, as instalações físicas e bens imóveis pertencentes às antigas regionais da Agetop e necessários à estruturação dos 26 Cimos existentes foram disponibilizados pelo Governo do Estado. Toda essa estrutura representa um patrimônio de aproximadamente R\$ 60 milhões. As prefeituras assumiram os custos com óleo diesel, alojamentos e alimentação dos trabalhadores. Os consórcios se responsabilizam pelo pagamento de pessoal.

Cinco programas de atividades compõem o plano anual de operação dos **CIMOS**, definidos pelas prefeituras de acordo com suas necessidades. O programa *Nova Via* engloba basicamente patrolamento e encascalhamento de estradas municipais não-asfaltadas. O *Nova Cidade* é voltado para a execução de serviços urbanos. O *Mais Trabalho*

tem como alvo a implantação de obras e serviços de apoio ao desenvolvimento econômico, como pesquisas e incentivo à instalação de novas indústrias.

Vinte e seis **CIMOS** já foram formados em todo o Estado. Dos 25 **CIMOS** existentes, 18 já estão atendendo os municípios consorciados com serviços diversos. Os outros 07 devem começar a atender em breve. Mais de 200 municípios goianos já integram os consórcios intermunicipais de obras.

8. Considerações Finais

No processo recente de fortalecimento dos governos locais no Brasil, identifica-se também a emergência de diferentes formas de cooperação



intergovernamental que parecem resultar da confluência entre fatores institucionais e a vontade política dos governos locais. Quer originárias de estímulos vindo do centro, quer emanadas de uma decisão política local, tanto a cooperação vertical como a cooperação horizontal supõem a existência de políticas “autônomas” nos diversos níveis de governo. É esta autonomia que permite que uma efetiva colaboração ocorra e não a simples subordinação dos municípios a programas federais ou a subordinação dos pequenos municípios a municípios de maior porte.

A perspectiva de cooperação também está presente internamente a um mesmo governo, na forma da articulação intersetorial e da ação integrada, sinalizando a emergência de um novo enfoque na promoção de políticas públicas. A articulação entre esferas de governo e entre diferentes órgãos e setores de um mesmo nível de governo deve ser vista como parte de um movimento mais abrangente de ampliação do leque de atores envolvidos na gestão pública, o qual inclui também a participação da sociedade civil. Trata-se de uma das dimensões da nova governança local, centrada na mobilização de interesses e recursos de diversos participantes, governamentais e não-governamentais, em torno de metas coletivas.

Dentre os alcances do processo em curso deve-se observar a importância que assume a vontade política dos governantes num quadro de crise do modelo de desenvolvimento em nível regional. Os novos arranjos institucionais assumidos pelo poder público, o incentivo proveniente da esfera federal e estadual, a ruptura do círculo vicioso da descontinuidade administrativa e os avanços na legislação em torno da gestão compartilhada, dão ênfase aos Consórcios Públicos.

Os exemplos dos Consórcios representam o melhor exemplo das lentas, porém importantes, mudanças em curso no nível das gestões regional e local. As razões para a sua constituição são de diversas ordens. Uma primeira corresponde ao desafio com que se deparam os governos locais, diante das necessidades de municipalização das políticas públicas, dadas as suas carências de

capacidade instalada, de recursos financeiros e humanos. Um segundo fator a impulsionar os consórcios consiste na possibilidade que este mecanismo oferece de resolução de problemas e de implementação de ações de interesse comum, garantindo respostas eficientes a problemas de capacitação de recursos humanos, ao planejamento de ações em âmbito regional, articulando esforços e formas de pressão junto aos órgãos de governo em nível estadual e federal.

Acreditamos serem os consórcios públicos uma boa solução para os 5.560 municípios do Brasil, incluindo-se aqui os 246 municípios goianos, e um bom exemplo para a construção do tão falado pacto federativo.

9. Referências

AGÊNCIA GOIANA DE TRANSPORTE E OBRAS PÚBLICAS (AGETOP). CIMOS:

consórcio intermunicipal de obras e serviços. Disponível em: <<http://www.agetop.go.gov.br>> Acesso em 15, maio, 2005.

AZEVEDO, Damião Alves de. **A natureza jurídica das associações de municípios e dos consórcios intermunicipais**. Disponível em: <<http://www.ibam.org.br>> Acesso em 15, maio, 2005.

BRASIL. **Comentários sobre Consórcios Públicos**. Disponível em:

<<http://www.planalto.com.br>> Acesso em 10, maio, 2005.

BRASIL. **Lei nº. 11.107, de 6 de abril de 2005**: dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.com.br>> Acesso em 9, maio, 2005.

VAZ, José Carlos ; BAVA, Emiliano. **Consórcios intermunicipais, dicas**: 125 idéias para a ação municipal. São Paulo: Polís, 2000. Disponível em: <<http://www.polis.org.br>> Acesso em 5, maio, 2005.

FARAH, Marta Ferreira Santos ; JACOBI, Pedro. **Governos locais e cooperação inter e intragovernamental no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ibam.org.br>> Acesso em 4, maio, 2005.

IBAM. **Relatório final**: encontro de trabalho sobre Consórcios Públicos. Rio de Janeiro: IBAM, 2004. Disponível em: <<http://www.ibam.org.br>> Acesso em 3, maio, 2005.

“Os exemplos dos Consórcios representam o melhor exemplo das lentas, porém importantes, mudanças em curso no nível das gestões regional e local”



Pesquisa de Intenção de Investimentos no Estado de Goiás

Investimentos nos setores industrial e de serviços alcançarão R\$ 12,89 bilhões até 2009

O Estado de Goiás tem concentrado esforços no sentido de atrair investimentos produtivos com o objetivo de expandir, modernizar e diversificar a economia do estado, buscando a geração de novos postos de trabalho e renda, procurando reduzir as desigualdades sociais e regionais, através de incentivos fiscais e de linhas de créditos voltados à produção.

A pesquisa de intenção de investimentos integrante da oitava edição do boletim Conjuntura Econômica Goiana apurou o montante de R\$ 12,89 bilhões de intenção de investimentos nos setores industrial e de serviços, em 986 projetos, gerando cerca de 90 mil novos postos de trabalhos. Estes investimentos estão apresentados por atividade econômica e localizados por região de planejamento.

Do total previsto em investimentos no estado, constatou-se que R\$ 6,21 bilhões (48,2%) correspondem ao segmento de Alimentos e Bebidas e R\$ 1,86 bilhões (14,5%) à atividade de Mineração e Beneficiamento. Juntas estas atividades totalizam 62,7% das intenções de investimentos e 48,1% dos projetos anunciados.

Os investimentos previstos na atividade de Alimentos e Bebidas se devem à importância deste segmento na economia de Goiás, destaque para a fabricação de açúcar e álcool etílico, abate e preparação de produtos de carne, fabricação de óleos vegetais e derivados e laticínios. As indústrias alimentícias identificam vantagens competitivas na região, considerando como atrativo grande disponibilidade de grãos, concentração de rebanho bovino e produção de leite.

No que se refere à atividade Mineral e Beneficiamento, há uma busca por minerais como níquel, ouro, cobre, fosfato e outras substâncias em Goiás. As empresas ligadas a grandes grupos internacionais têm interesse de explorar a mineração para atenderem à grande demanda do mercado mundial.

Do total de investimentos previstos no estado, 32,1% (R\$4,13 bilhões) estão localizados na Região de Planejamento Centro Goiano, com destaque para o município de Anápolis. Outras três regiões que apresentaram concentração na intenção de investimentos foram: Sudoeste Goiano (16,8%), Metropolitana (13,5%) e Sul Goiano (8,3%). As demais regiões totalizaram 17,6% do montante previsto.



Tabela 1
Intenção de Investimentos para Goiás
Montante de Investimentos e Quantidade de Projetos por Atividades 2006 - 2009

Atividades	Montante (R\$ 1.000)	Projetos
Alimentos e Bebidas	6.209.795	45.248
Atividade Mineral e beneficiamento	1.864.533	2.140
Metal-Mecânico	1.470.481	5.925
Outras atividades industriais	913.562	7.280
Químico/Farmacêutico	670.772	6.055
Plásticos/Embalagens	527.725	4.901
Comércio Atacadista e Varejista	352.045	5.158
Hotelaria	213.741	747
Serviços	202.353	3.015
Calçados/Textil/Confecções	172.482	4.672
Insumos Agropecuários	144.482	1.748
Higiene, beleza e Limpeza	88.752	2.191
Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	55.067	559
Total	12.885.791	986

Fonte: Goiás Fomento/SIC/Seplan-GO/FCO/Jornais Diversos

Elaboração: Sepin/Seplan-GO

Dados Preliminares sujeitos a retificação. Coletados até 31/05/2006

Tabela 2
Intenção de Investimentos para Goiás
Montante de Investimentos e Quantidade de Projetos por Região de Planejamento 2006 – 2009

Região de Planejamento	Montante (R\$ 1.000)	Projetos
Centro Goiano	4.131.530	189
Sudoeste Goiano	2.166.247	99
Metropolitana de Goiânia	1.740.982	431
Sul Goiano	1.513.656	70
Entorno do Distrito Federal	1.068.956	56
Sudeste Goiano	816.193	43
Oeste Goiano	718.578	52
Norte Goiano	390.651	29
Noroeste Goiano	225.449	6
Nordeste Goiano	113.548	11
Total	12.885.791	986

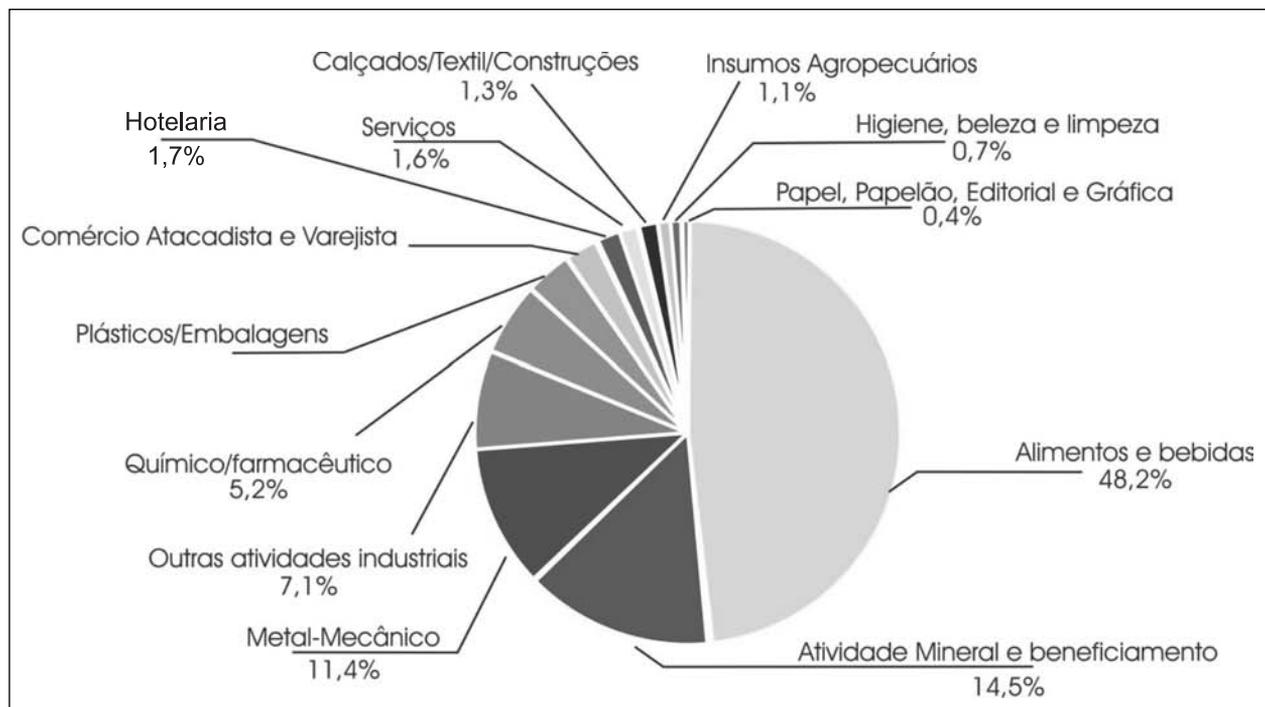
Fonte: Goiás Fomento/SIC/Seplan-GO/FCO/Jornais Diversos

Elaboração: Sepin/Seplan-GO

Dados Preliminares sujeitos a retificação. Coletados até 31/05/2006



Gráfico 1
Intenção de Investimentos para Goiás - 2006 / 2009
Participação dos Investimentos por Atividades



Fonte: Goiás Fomento/SIC/Seplan-GO/FCO/Jornais Diversos
 Elaboração: Sepin/Seplan-GO
 Dados Preliminares sujeitos a retificação. Coletados até 31/05/2006

Metodologia da Pesquisa de Intenção de Investimentos no Estado de Goiás

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação da Seplan para levantar as intenções de investimentos no estado de Goiás consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados nos setores industriais e de serviços, divulgadas pelos principais meios de comunicação. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, O Popular, Diário da Manhã e Valor Econômico. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria e Comércio, através dos projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos do programa PRODUZIR e FUNMINERAL; ao Fundo Constitucional do Centro-Oeste, através da aprovação das cartas consultas; à Goiás Fomento e à Secretaria da Fazenda.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas e expandidas no Estado, verifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados são apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e a participação dos investimentos por atividade, por Região de Planejamento e quantitativo de projetos e emprego gerado. Os valores dos investimentos previstos são expressos em reais.

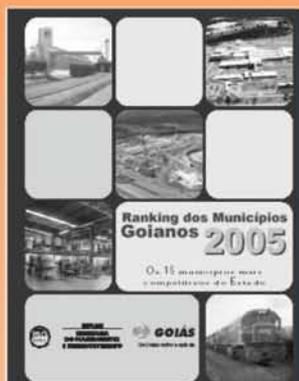


Visite o site da Seplan e conheça nossas publicações

DESTAQUES



CONJUNTURA GOIANA
Clique aqui e acompanhe mensalmente o desempenho da economia goiana



Informações estatísticas
SIEG - Sistema Estadual de Informações Estatísticas e Geográficas



Acesse <http://www.seplan.go.gov.br/sepin>



Email: conjuntura@seplan.go.gov.br



SEPLAN
SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO



ESTADO DE GOIÁS



Normas para publicação de artigos

O **Boletim Conjuntura Econômica Goiana**, editado pela Superintendência de Estatística Pesquisa e Informação, da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, sob a forma de artigos versando sobre aspectos econômicos e sociais de Goiás.

Os artigos são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos:

- Resumo contendo no máximo 10 linhas e palavra-chave;
- Formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 4 páginas, incluindo notas, tabelas, gráficos e referências bibliográficas;
- Identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- Cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à SEPIN, ou cópia magnética enviada para o e-mail: conjuntura-goiana@seplan.go.gov.br;
- Tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentadas no corpo do texto;
- Notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- Citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- Referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da SEPLAN.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Envie-nos seu artigo



Sepin
Superintendência de Estatística
Pesquisa e Informação

